

ANA CAROLINA SANTOS E SILVA

**MEMÓRIA E TOPONÍMIAS: UMA ANÁLISE DA PAISAGEM CULTURAL
NO MUNICÍPIO DE UBÁ - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

S586m
2017
Silva, Ana Carolina Santos e, 1990-
Memória e toponímias : uma análise da paisagem cultural
no município de Ubá-MG / Ana Carolina Santos e Silva. –
Viçosa, MG, 2017.
ix, 131f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Wagner Barbosa Batella.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.109-112.

1. Toponímia. 2. Memória. 3. Paisagens culturais - Ubá
(MG). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
História. Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural,
Paisagens e Cidadania. II. Título.

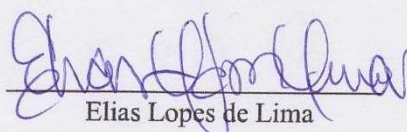
CDD 22 ed. 910.014

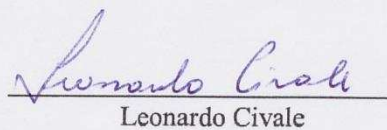
ANA CAROLINA SANTOS E SILVA

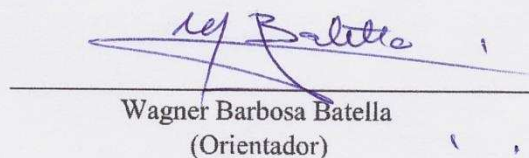
**MEMÓRIA E TOPONÍMIAS: UMA ANÁLISE DA
PAISAGEM CULTURAL NO MUNICÍPIO DE UBÁ - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 22 de agosto de 2017.


Elias Lopes de Lima


Leonardo Civale


Wagner Barbosa Batella
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar todos os meus agradecimentos à minha vó Zilah, pela criação e educação exemplar que recebi e pelo exemplo de vida excepcional, sem ela essa conquista não poderia ser real.

Agradeço aqui aos meus pais Regina e Mirto que me concederam a possibilidade de alcançar esta conquista com todo seu apoio, carinho e confiança e também ao meu irmão Pedro Henrique pela força de sempre. Vocês são a base da minha vida e por isso todas as minhas conquistas são suas também.

Agradeço enormemente a ajuda inestimável dos meus queridos amigos, em especial ao Inacio, William, Diego e Paula, que além de me auxiliarem no âmbito psicológico de todo este processo, me ajudaram muito durante a pesquisa.

Ao meu orientador Wagner Barbosa Batella pelo incentivo, confiança e suporte durante toda execução deste trabalho.

A todos vocês meu muito obrigada de coração!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA DE QUADROS.....	vii
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1.....	10
1.1 AS RELAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO DE MINAS GERAIS.....	17
1.2 OS CAMINHOS DO OURO.....	19
1.3 A ZONA DA MATA E O VALE DO RIOPOMBA.....	24
1.4 O CORONELISMO BRASILEIRO E SUA REPRESENTAÇÃO NA SOCIEDADE.....	27
CAPÍTULO 2.....	29
OS NOMES DE LUGARES NA LÓGICA DA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS E PODER	29
2.1 TOPONÍMIAS E SUAS APROPRIAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS.....	30
2.2 O PAPEL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NA ESTRUTURAÇÃO DE MEMÓRIAS.....	34
2.3 IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO COM O PASSADO E ORIGENS DA MEMÓRIA.....	39
2.4 CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS.....	43
CAPÍTULO 3.....	50
A PAISAGEM COMO REFLEXO DAS ATIVIDADES HUMANAS: UMA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS TOPONÍMIAS UBAENSES.....	50
3.1 O “CULTURAL” NA TRAJETÓRIA GEOGRÁFICA.....	51
3.2 A PAISAGEM NA GEOGRAFIA E SUA CONSOLIDAÇÃO.....	55
3.3 ANÁLISE DA PAISAGEM CULTURAL SOB O ASPECTO TOPONÍMICO.....	60
CAPÍTULO 4.....	77
4.1 PERTINÊNCIA SOCIAL DO “ENCONTRO MICRORREGIONAL PAISAGENS E CIDADANIA”.....	80
4.2 DESCRIÇÃO DO EVENTO.....	83

4.3	REFLEXÕES ACERCA DO EVENTO	98
4.4	CARTILHA GEO-HISTÓRICA: CONSTRUÇÃO	101
4.5	A CARTILHA GEOHISTÓRICA COMO INTERLOCUTORA DO PRODUTO COM A PESQUISA	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
	ANEXOS	113
	CARTILHA.....	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 :Mapa de localização do município de Ubá. FONTE: Diego Ingran Lopes..	12
Figura 2: Foto Aérea parcial da cidade de Ubá, MG.	13
Figura 3: Gráfico de evolução populacional do município de Ubá. 1872-2010.....	15
Figura 4: Mapa de evolução da mancha urbana de Ubá-MG.	16
Figura 5: Mapa de localização da Estrada Real na região sudeste.....	22
Figura 6: Evolução do povoamento na região da zona da mata, século XVIII e primeira metade do século XIX.	23
Figura 7: Ilustração dos primeiros habitantes da região do vale do rio Pomba-MG. .	25
Figura 8: Espacialização dos nomes das ruas na planta de referência cadastral de Ubá, selecionados para análise na presente pesquisa.	66
Figura 9: Banner de divulgação do evento.	84
Figura 10: Palestra de Abertura do Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagem intitulada: “O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania-UFV”.....	87
Figura 11: Mesa Redonda 1, com o tema “Patrimônio Documental: A experiência da Casa Setecentista de Mariana. ”, ministrada pela mestrandia Aline Ribeiro.	88
Figura 12: Participantes durante o evento.....	89
Figura 13: Mesa redonda 2 com o tema, “Estudo de caso sobre as patrimonializações feitas em Ubá entre 2001 e 2004-políticas públicas, patrimônio e memória”, ministrada pelo mestrando Anderson Moreira.....	90
Figura 14: Mesa redonda 2 com o tema “Sobre as terras de São Sebastião: a freguesia do Anta NOS sertões do leste oitocentista”, ministrada por Flávio Teixeira.	91
Figura 15: Apresentação artística com participação dos músicos Wagner Candian e Júnior Martins.	92
Figura 16: Mesa redonda 3 com o tema: “Patrimonialização alimentar: o saber fazer doces artesanais no distrito de São Bartolomeu (Ouro Preto/ Minas Gerais) ” ministrada por Inacio Andrade Silva.	93
Figura 17: Mesa redonda 3 com o tema: “Um estudo da paisagem cultural da cidade de Ubá, em Minas Gerais, à luz das toponímias”. Ministrada pela mestrandia Ana Carolina S. e Silva.....	94

Figura 18: Mesa redonda 4 com o tema: “A Manchester mineira como nova capital do estado: olhares sob a paisagem juiz-forana em fins do século XIX”. Ministrada Profa. Dra. Vanessa Lana.	95
Figura 19: Troca de saberes.	96
Figura 20: Troca de saberes.	96
Figura 21: Equipe organizadora; Leonardo Almeida, Anderson Moreira e Ana Carolina S. e Silva.....	97
Figura 22: Mapa da Zona Central de Ubá, separado por categorias de nomeações das ruas.	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista de nomes das ruas selecionadas para a presente pesquisa.....	65
Quadro 2: Nomes das ruas da zona central de Ubá, contextualizados de acordo com arquivos do Colégio Sagrado Coração de Maria, Arquivo Histórico de Ubá, Câmara Municipal de Ubá e Prefeitura Municipal de Ubá.	73

RESUMO

SILVA, Ana Carolina Santos e, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2017. **Memória e Toponímias: uma análise da paisagem cultural no município de Ubá - MG.** Orientador: Wagner Barbosa Batella.

A presente investigação ocorreu durante o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania e refere-se à análise da paisagem cultural da cidade de Ubá, Minas Gerais, sob a perspectiva das toponímias. Por meio da apreciação do contexto histórico-geográfico da cidade, foi desenvolvida algumas reflexões acerca da nomeação de vinte e sete nomes de ruas pertencentes à zona central. A paisagem do município é reflexo da ação de grupos sociais influentes os quais grafaram nela seu poderio e prestígio social. A memória social neste trabalho então, é discutida no âmbito da sua representação oficial, ou seja, almejou-se destacar quais grupos sociais exerceram influência política e econômica a ponto de deixarem marcados seus nomes e de seus parentes mais próximos nas ruas da área central da cidade. Entende-se que os nomes da área central possuem um destaque especial, visto que estão geograficamente localizados em uma área de prestígio dos munícipes onde se desenvolvem boa parte das relações de convívio social como lazer e trabalho, daí a importância desta área para o presente estudo. A memória enquanto algo socialmente construído reflete as relações de poder concebidas no espaço, sendo ela grafada na paisagem por meio de símbolos e signos que representem os conflitos existentes nessas relações. Assim, este trabalho contribui para os estudos de paisagem cultural, proporcionando uma nova perspectiva na sua interpretação, e compreensão dela como fator essencial na constituição de memórias.

ABSTRACT

SILVA, Ana Carolina Santos e, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2017. **Memory and toponymy: an analysis of the cultural landscape in the city of Ubá - MG.** Adviser: Wagner Barbosa Batella.

The following research has happened during the professional master on Cultural Heritage, Landscapes and Citizenry at UFV, and it refers to the review of cultural landscape of the city of Uba, in Minas Gerais state, in Brazil, according to toponymy perspective. Through the appreciation of the city historic-geographic context, it was developed some reflections about the nomination of twenty seven cities names, which belong to the central area. The municipality landscape is an echo of social groups which imprint on it their both power and social prestigious. Having said that, social memory in this research will be discussed around official representations, pointing out which social groups have influenced both politics and local economy in order to let their names imprinted nearby central streets in the city. We understand that the names in the central area of Uba have a special highlight, once they are geographically localized in a prestigious neighborhood where citizens develop an notorious part of their social relation such as labour and leisure. That's why the importance of this are to this research. Memory, as something socially built, reflects relations of power designed on the space. Therefore, memories are imprinted on the landscape through symbols and signs that represent conflicts which describe these relations. Thereby, this research aims at contributing to landscape studies, other than providing a new perspective about its interpretation and comprehension as a crucial element about memories construction.

INTRODUÇÃO

A paisagem é antes vivida e carregada de valor afetivo, em escala social ou mesmo individual. Esses vínculos, que são designados por meio de símbolos, signos e condutas de comportamento, fazem parte da construção da identidade humana. Nesse sentido, o presente trabalho evidencia os nomes de lugares, as toponímias, como um modo de registro e apropriação cultural que representa o poder dos grupos detentores de prestígio econômico e social local.

No intuito de suscitar um particular debate acerca da paisagem cultural, tenta-se compreender alguns aspectos de sua configuração, por meio dos nomes das ruas da zona central da cidade de Ubá-MG. Ao analisar as relações de poder estabelecidas no espaço, averigua-se os fatores econômico e político como possível artifício de enquadramento de memória local.

Essa investigação é parte da trajetória acadêmica da autora que vem sendo construída desde 2010, quando foram realizados os primeiros estudos sobre as toponímias da Zona da Mata Mineira. Durante esse primeiro contato com os nomes de lugares, foi focado a presença da cultura afrodescendente no registro das paisagens além das diversas marcas presentes nos hábitos culturais da região, como religião, culinária, dança e vestuário.

Ao longo desses sete anos de análise da paisagem mineira foi possível compreender um pouco melhor o histórico regional posto que, ficou claro a dinâmica por trás das relações de poder na região. Foram estudados os nomes de lugares em geral, como ruas, bairros, localidades rurais e acidentes geográficos das cidades de Teixeira e Viçosa, ambos pertencentes à Zona da Mata Mineira Norte, local que recebeu intenso número de mão de obra escrava negra para trabalhar nas lavouras de café essencialmente. Tal contingente populacional influenciou diretamente os costumes locais, contribuindo para a construção do que conhecemos como cultura na Zona da Mata Mineira.

Ao longo da graduação em geografia a autora pode amadurecer o referencial teórico sobre as toponímias e a paisagem em seu aspecto cultural. Foi agregado ao estudo os diversos campos de conhecimento que tecem análises sobre a paisagem como a história e as ciências sociais. Assim, ao ingressar no Mestrado Profissional Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania, optou-se por dar continuidade ao trabalho mudando,

entretanto, o objeto de estudo, estendo a análise para a cidade de Ubá sua cidade natal e atual pólo econômico, o qual exerce influência sobre os distritos que a rodeiam como Rodeiro, Guidoal, Visconde do Rio Branco, Divinésia, Senador Firmino e Diamante.

Por sua importância regional principalmente no que tange ao aspecto socioeconômico, a cidade foi escolhida para uma análise mais aprofundada e sob um viés diferente dos trabalhos já realizados sobre a cidade. Escolheu-se uma investigação que trouxesse à tona o reflexo dos conflitos sociais na paisagem de Ubá, contudo, devido ao curto espaço de tempo que uma pesquisa de mestrado possui, foi escolhido o centro da cidade como foco de análise para os estudos dos nomes das ruas, essencialmente.

No primeiro momento, propõe-se uma contextualização da cidade, sua presente configuração social e econômica, sua importância enquanto pólo moveleiro regional, reconstituindo parte de sua trajetória histórica através do destaque de momentos importantes que consolidaram socioculturalmente a cidade. Para tanto, perpassa-se sobre o papel da Zona da Mata, uma vez que o município a ela fez parte, como núcleo abastecedor de gêneros de subsistência das áreas mineradoras, seu progresso como área de grande importância agrícola no cenário brasileiro, a constituição das oligarquias agrárias e seus impactos na formação da sociedade, até a ascendência de Ubá como pólo agrícola e atualmente moveleiro.

Posteriormente, avança-se em direção à composição de memórias, desde suas experiências vividas e compartilhadas, até a eleição de símbolos e signos que a representam. Em vista disso, debruça-se em torno do discurso geopolítico grafado na paisagem, responsável pela constituição das normas de conduta e exercício de poder. Assim, a investigação propõe um novo olhar sobre a paisagem cultural, realçando as toponímias como importantes meios de apropriação e poder na sociedade, que podem representar os aspectos sociais no espaço.

A história da cidade de Ubá está intimamente ligada ao desenvolvimento da Zona da Mata Mineira, tendo sido consolidada como cidade por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas, Ubá se assemelha a boa parte das demais cidades da região tendo sido ocupada inicialmente por Coropós, Coroados e Puris desde o século XVIII.

Já nesta época, a Zona da Mata Mineira se apresentava em pleno processo de

colonização. Caio Prado baseando-se em uma declaração do então governador do estado de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes, argumentava que o mesmo, apesar desse processo, ainda se constituía de maneira fechada e de certa forma isolado, por opção do governo português, uma vez que acreditavam ser de suma importância a manutenção de uma “barreira natural” que mantivesse as regiões auríferas preservadas.¹

Todavia, o conceito de civilização adotado naquela época estava intimamente ligado ao de cidade, o que permitiu refutar a ideia de inexistência de ocupação na região antes da colonização. Tanto assim que a região era denominada de “Sertões do Leste”, termo sertão que segundo Cascudo possuía o significado de “interior”², mas que Carrara ao aprofundar sua significação o interpreta como região pouco povoada.³

Após a decadência da mineração, o ciclo econômico do café promoveu um novo afluxo populacional à região, como a mão de obra escrava negra, que por mais de dois séculos foi responsável pela riqueza produzida no Brasil. Aliás, o número de escravos em meio à população brasileira sempre foi significativo, principalmente, nas áreas voltadas à exportação. No século XIX, segundo Albuquerque e Filho, o Brasil possuía 3.818.000 habitantes os quais 1.930.000 eram escravos. Por anos, em algumas partes do Brasil, o número de escravos ultrapassou o de homens livres.⁴

Assim, torna-se impossível entender a formação da estrutura sociocultural da Zona da Mata Mineira sem considerar as diferentes etnias que habitaram o local. Logo, ao analisar a paisagem cultural destas cidades encontra-se a todo instante vestígios de culturas subterrâneas nos costumes, tradições, e símbolos locais. Estes vestígios culturais revelam os pontos chave de construção da memória social local, tendo sido estruturados ao longo dos séculos de ocupação desta região.

Além da contribuição de diversas culturas no processo de constituição de memórias sociais locais, a região da Zona da Mata Mineira sofreu influência de grupos sociais atuantes, os quais representaram o poder social durante muito tempo. Tal poderio

¹ JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

² CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. v. 2. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969, 620p

³ CARRARA, A. A. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.

⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R de; Walter Fraga Filho. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador.

está atrelado à ascensão agrícola regional, fundamentalmente após a decadência do ouro nas regiões de Mariana e Ouro Preto, momento em que estas regiões passaram de núcleos abastecedores de gêneros alimentícios à grandes produtores rurais.

Evidentemente, a estrutura social que se formou com esta nova realidade acompanhou as necessidades que a economia demandava na época. Constituindo-se uma sociedade pautada em preceitos centralizadores, patriarcais e oligárquicos, com características conservadoras que privilegiava os detentores dos meios de produção e dos recursos financeiros. Esse poderio e prestígio social obtido por estes grupos influenciaram de maneira direta na grafia das paisagens, fenômeno compreensível ao se admitir a mesma como reflexo das experiências humanas no espaço geográfico.

Durante o processo histórico da constituição dos territórios, a grafia dos nomes geográficos nos mapas históricos tornou-se um registro. Conforme Souto, os topônimos, ao singularizar os lugares, identificam e mostram os resquícios históricos, marcando a passagem de gerações e grupos linguísticos. Desta maneira, os nomes geográficos são como testemunhos do povoamento, da cultura e da ocupação de um território.⁵

Qualquer local é nomeado, a partir do instante que passa a refletir alguma significância de identidade e conseqüente motivação, relacionada ao corpo social que a adotou. Esse significado poderá assumir aspectos diferenciados, relacionados de forma preferencial aos jogos de poder, políticos, sentimentais, históricos, culturais e econômicos. Tuan afirma que a interação entre as pessoas e o meio ambiente em que vivem e como respondem a ele, não pode ser conhecida diretamente no caso das cidades do passado – nem tampouco são conhecidos na maioria das metrópoles do mundo -porque não existem levantamentos, entrevistas e nem observações minuciosas a respeito desta temática.⁶

Desta maneira, neste trabalho parte-se do princípio que o poderio exercido por grupos detentores de prestígio social durante os momentos de destaque econômico

⁵ SOUTO, A. A. C. **Fernand Braudel em três dimensões: Dialética da duração, didática e Geohistória**. Percurso, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 9-23, 2003.

⁶ TUAN, Y. F. **Topofilia: Um estudo da percepção, estudos e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira, Difel Difusão Editorial S.A. São Paulo, 1974.

agrícola na região da Zona da Mata, fundamentalmente na cidade de Ubá, contribuiu de maneira patente na nomeação de áreas públicas que de alguma maneira reforçam tal prestígio.

Acredita-se que ao compreender a relação entre toponímia e cultura, torna-se viável desenvolver estudos acerca da paisagem cultural por meio do processo de nomeação dos lugares. Nesse contexto, a geografia é um meio eficiente para analisar tal processo, por meio de um dos seus conceitos chave, a paisagem, na qual é possível reconhecer os traços de uma cultura dominante assim como qualquer manifestação cultural, política ou econômica.

Segundo Gluszevicz, a toponímia pode representar então um importante papel na classificação dos locais uma vez que esse estudo tem grande importância para a análise tanto geográfica quanto cartográfica, pois os nomes geográficos são registros históricos da passagem do tempo na ocupação do território e a consequente modificação da paisagem.⁷

Alves coloca que as toponímias, a depender do contexto em que o indivíduo se insere num tempo e espaço, levam os sujeitos a transcenderem a dimensão física dos lugares, de forma que nem o tempo cronológico e nem mesmo as fronteiras físicas que os limitam se tornam barreiras. Isto se remete à fluidez com que a percepção e a experiência levam os sujeitos a se relacionarem com os lugares, tornando-os estáveis às sensações que a cada dia os sujeitos imprimem nas espacialidades.⁸

Logo, esta investigação justifica-se numa dimensão social ao propor uma apreciação da construção da memória ubaense, por meio da análise da contribuição dos grupos sociais na paisagem cultural. Huyssen diz que sem memória, sem uma

⁷ GLUSZEVICZ, Ana C.; BORGES, Emilene S.; VIEIRA, Sidney G. **Estudo da Geonímia Histórica do Rio Grande do Sul, anotada Com Base no “dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil, 1885”**. In: Encontro Nacional de Geografia, XVI, 2010. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de esperanças. Porto Alegre: UFRGS. 2010.

⁸ ALVES, Juliana Araújo. **Natureza, Sociedade e Cultura: A Amazônia (RE) inventada a partir de seus topônimos**. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewArticle/13975>, acessado em 20 de setembro de 2011.

releitura do passado, é impossível haver um reconhecimento da diferença muito menos a compreensão das complexidades e instabilidades de identidades pessoais, culturais, políticas e nacionais.⁹ Em uma dimensão científica, pesquisa visa coadjuvar os estudos sobre toponímias, uma vez que o tema ainda se encontra em estágio de construção. E por fim, sob uma dimensão prática esta investigação busca promover um evento na cidade de Ubá que proporcione o debate sobre as toponímias enfatizando seu papel político e sua influência na construção de memórias.

Ao analisar a paisagem cultural de Ubá-MG sob a perspectiva dos topônimos, almeja-se realizar um estudo da zona central da cidade, pautada nas toponímias, o qual representa o locus de interação social dos habitantes e, portanto, área em destaque social. Avaliar os nomes das ruas da área central de Ubá é o principal objetivo do trabalho, desta maneira pretende-se adotar uma investigação empírico-dedutiva por meio de uma abordagem qualitativa em que serão analisadas as origens dos homenageados das ruas que constituem a área. Além disso, procura-se discutir a relação entre toponímias, memória e paisagens; avaliar a contribuição política dos topônimos na construção de paisagens culturais em Ubá- MG; organizar e promover um evento na cidade de Ubá, intitulado “Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagens”, que possibilite a apresentação à comunidade local e regional da pesquisa e uma discussão do tema.

Como aporte metodológico à primeira etapa do trabalho, foi realizado um levantamento do material cartográfico da cidade, junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Ubá/MG, a fim de colher os registros já existentes, na identificação dos nomes. Neste momento foi estabelecido contato com técnicos do instituto que forneceram as bases digitais (SHAPES) com os nomes das ruas da cidade com seus respectivos setores censitários. Nesta mesma instituição recebeu-se a informação de que a cidade de Ubá não possui delimitação de bairros pelo IBGE, o que dificultou a identificação do centro da cidade durante a pesquisa e tornou-se necessária a pesquisa por outra fonte de dados.

A segunda opção foi o contato com o setor de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal onde foi fornecida o documento da Lei Complementar n° 030 de

⁹ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

11 de julho de 1995, a qual estabelece em seu anexo II, a delimitação das zonas urbanas do município que ainda hoje é utilizada para serviços como a cobrança de IPTU.

Tais registros serviram para tecer uma apreciação crítica acerca da nomeação da cidade enquanto ferramenta de exercício de poder. Primeiramente selecionou-se apenas os nomes das ruas pertencentes à Zona Central de Ubá, por acreditar serem estes os nomes com maior destaque social na cidade, devido à sua localização privilegiada cercada de imóveis bem valorizados, concentração de instituições comerciais e de serviços em geral. Julga-se neste trabalho ser a área central da cidade o local principal de interação social, posto que lá ocorre uma concentração significativa de atividades econômicas, sedes políticas e administrativas, bem como as fontes de lazer dos munícipes. Logo, essa área possui uma importância sociopolítica fundamental não só para a garantia de realização de atividades básicas da cidade bem como para a constituição de memórias oficiais.

Em segundo lugar foram selecionados apenas os nomes de ruas da zona central relacionados a pessoas, os antrotopônimos, totalizando vinte e sete nomes de ruas. Tal escolha obviamente não foi aleatória tampouco despreziosa. Entende-se aqui que os antrotopônimos são maneiras eficientes de reafirmar ou mesmo atribuir poder social à pessoa homenageada ou à sua família.

Desta forma, optou-se pelo estudo destes antrotopônimos buscando entender se o poder político influenciou a nomeação de ruas da zona central do município. Para tanto foi feita uma pesquisa sobre cada uma das pessoas homenageadas, buscando compreender qual foi o papel desempenhado por elas no espaço ubaense e em qual época. Esses dados foram coletados no Arquivo Histórico de Ubá, nos jornais locais, no Colégio Sagrado Coração de Maria, uma das mais antigas instituições da cidade, no arquivo da Câmara Legislativa Municipal através de algumas atas de nomeações e em bibliografias sobre a temática.

Outra etapa da pesquisa tratou-se da pesquisa bibliográfica sobre o tema, que foi realizada por meio de artigos presente em anais de eventos, publicados em revistas científicas e livros sobre geografia cultural e epistemologia da geografia presentes na Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa bem como as fontes digitais de pesquisa.

O presente trabalho ao propor uma análise da paisagem cultural da cidade de Ubá-MG, por meio do estudo dos nomes de lugares, acompanha esta nova tendência da geografia cultural, tentando valorizar e a re-aflorar culturas alternativas que foram obscurecidas por ações arbitrárias de grupos dominantes no passado. Para Cosgrove, o termo “cultura dominante” significa a ação de um grupo com poder sobre outros.¹⁰

“Por definição, cultura dominante é a de um grupo com poder sobre outros. Quando falo em poder não quero me referir apenas ao sentido limitado de um grupo executivo ou de governo em particular, mais precisamente ao grupo ou classe cuja dominação sobre outros está baseada objetivamente no controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas, e força de trabalho. No final são eles que determinam, de acordo com seus próprios valores, a alocação do excedente social produzido por toda comunidade.”

Segundo o autor, naturalmente as culturas chamadas alternativas são menos visíveis na paisagem do que as dominantes, apesar da mudança na escala de observação, podem parecer dominantes uma cultura subordinada ou alternativa. Entretanto, por mais dominante localmente que possa ser uma cultura alternativa, ela continua subdominante à cultura nacional oficial.¹¹

Nesse sentido, o ato de nomeação de lugares se apresenta como uma maneira de expressão de poder assim como uma forma de se obter singularidade na ocupação do espaço. Assim, os nomes tornam-se símbolos de um espaço apropriado pelo homem.

Então a pesquisa busca compreender se as marcas das culturas alternativas ou subterrâneas foram encobertas pela influência exercida pela permanência do poderio das famílias dos antigos latifundiários, na constituição da nomeação dos lugares públicos da cidade de Ubá, essencialmente no centro, que representa a área de maior destaque social.

Com relação ao produto apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu no planejamento, na organização e na execução de um “Encontro” no

¹⁰ COSGROVE, Denis E.A geografia está em toda parte: paisagem e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Introdução à Geografia Cultural*. 6°. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

¹¹ Ibidem. P.116,117.

município de Ubá, em julho de 2016, a partir de entendimento conjunto de três acadêmicos/mestrandos: Ana Carolina Santos e Silva, Anderson Moreira Vieira e Leonardo Augusto de Almeida. O “Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagens”, buscou problematizar e apresentar à comunidade a estrutura da nomeação dos lugares públicos de Ubá, a partir de uma abordagem empírica, de maneira que ao longo da investigação os próprios topônimos coletados proporcionem uma crítica sobre o tema.

Com temática voltada para o patrimônio cultural, o encontro foi realizado considerando as organizações públicas (prefeituras, arquivos públicos municipais, agências estaduais como, por exemplo, a Superintendência Regional de Ensino, localizada em Ubá e o Ministério Público de Minas Gerais, também localizado neste município, bem como a Universidade do Estado de Minas Gerais – campus Ubá) e instituições sociais como, por exemplo, sindicatos, associações, museus e centros culturais da microrregião de Ubá, cujos representantes convidados a participarem das diferentes modalidades de atividades pensadas - apresentação de trabalhos, debates, palestras, trocas de saberes, mesas-redondas - puderam discutir os desafios e as possibilidades das relações entre história, memória, patrimônio cultural, gestão participativa e educação patrimonial.

Por meio de uma programação ampla e variada, incluindo exposição fotográfica, painéis, mesas redondas, espaço para troca de saberes foi possível aos participantes expressarem seus diversos olhares sobre o patrimônio e a paisagem cultural regional.

Na segunda parte deste produto partiu-se para uma abordagem mais específica realizando a construção de uma cartilha geo-histórica da cidade de Ubá, com foco nas toponímias. O intuito da cartilha foi construir um material que articulasse a parte teórica da dissertação com a parte prática, apresentando a população uma análise geográfica da paisagem ubaense sob uma nova perspectiva, os topônimos.

Ou seja, este “produto” também permitiu inserir-se nas discussões sobre a cidade que queremos e desejamos para os próximos anos, tanto do ponto de vista das questões patrimoniais como também das paisagens culturais, urbanas e rurais de uma microrregião que pode ampliar o debate sobre planejamento urbano, questões culturais e especialmente sobre como o patrimônio cultural pode iluminar estes debates.

CAPÍTULO 1
“ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE UBÁ NO CONTEXTO
DE MINAS GERAIS

O processo de produção do espaço é simultaneamente histórico e social, logo está em constante movimento expressando a cada passo de sua trajetória as determinações sociais presentes naquele momento. Em cada etapa está incorporada as relações de classe vigentes na sociedade, os sujeitos de interesses e os objetivos de quem a constituem bem como os diferentes valores que estruturam sua cultura.¹²

Sendo um produto da sociedade, o espaço vai refletir a sua estrutura dinâmica, uma vez que recebe da sociedade a sua forma e conteúdo, sua compreensão só será possível se acoplada à compreensão da sociedade. Não sendo ela imutável, toda a análise da mesma deverá estar relacionada ao grau de desenvolvimento a que chegaram, tanto no que tange as forças produtivas quanto às relações de produção e à cultura.¹³

Desta maneira torna-se necessário remontar o processo de estruturação do espaço urbano da cidade de Ubá, escolhida para análise no presente trabalho. Visto que, ao se reconstituir momentos históricos da cidade e refletir sobre seus efeitos no arranjo da sua paisagem cultural, empenha-se em colaborar com os estudos sobre a compreensão das relações sociais locais.

O município de Ubá, representado na Figura 1, faz parte do vale do rio Pomba na região da Zona da Mata Mineira central e se destaca como um dos seus principais núcleos econômicos. Foi elencado para esta análise, dentre muitos municípios, devido sua expressividade econômica microrregional, resultado de um histórico destaque agrícola. Aliás, Ubá representa um núcleo regional de desenvolvimento socioeconômico desde sua fundação oficial em meados do século XIX.

¹² ABREU, Maurício de Almeida. O Estudo geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. IN: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 21-122, 1994.

¹³ Ibidem. P.57,58.

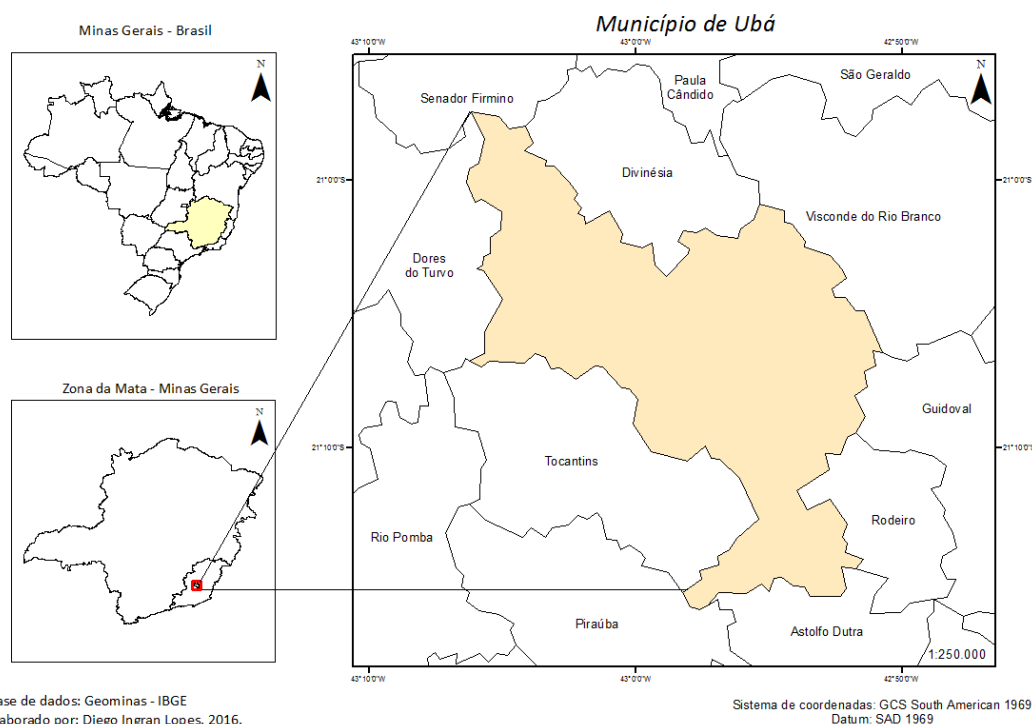


Figura 1 :Mapa de localização do município de Ubá. **FONTE:** Diego Ingran Lopes.

Como resultado desta histórica relevância econômica, nos dias atuais a cidade tem a atividade moveleira como sua principal atividade. Sendo assim, pouco mais de 60 anos após o desenvolvimento das primeiras atividades moveleiras na cidade, ela é atualmente considerada o mais importante polo produtor de móveis de Minas estando entre os sete mais importantes do país, contando com mais de 400 fábricas de móveis, sendo cerca de 250 alocados no próprio município.¹⁴

Com uma área geográfica de 402,454 km² Ubá possui atualmente pouco mais de 100 mil habitantes, estando sua maioria instalados em zona urbana. Sua economia está pautada no setor de indústria e serviços, com pouca expressividade no ramo agropecuário.¹⁵

¹⁴ FERNANDES, C.L.L.; OLIVEIRA JUNIOR, R. H. *Cluster no setor Moveleiro: Um estudo das potencialidades da região de Ubá (MG)*. X Seminário sobre a Economia Mineira Diamantina, jun. 2002. Disponível em < <http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D31.PDF>>. Acesso em 24 jan. 2017.

¹⁵ IBGE <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/economia.php?lang=&codmun=316990&search=minas-gerais|uba|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>> Acessado em 24 de janeiro de 2017.

Embora atualmente o setor agrícola não se destaque na economia local, sua fundação, supostamente, está ligada à imigração das áreas mineradoras de Mariana e Ouro Preto tendo sido área abastecedora de gêneros alimentícios para tais cidades. Mas, o acesso à região do “golfão de Ubá”¹⁶ por muito tempo foi negligenciado, segundo registros, haja vista o pouco interesse político pela região até um certo momento. Isso possivelmente ocorria com o intuito em preservar a mata espessa, a fim de dificultar ou mesmo impossibilitar o contrabando do ouro. Apesar disso, o povoamento da área já era uma realidade desde o século XVIII, composto por indígenas oriundos dos campos de Goitacazes e pessoas que buscavam terras férteis para cultivar, objetivando uma maior estabilidade se comparada à prática da mineração.¹⁷

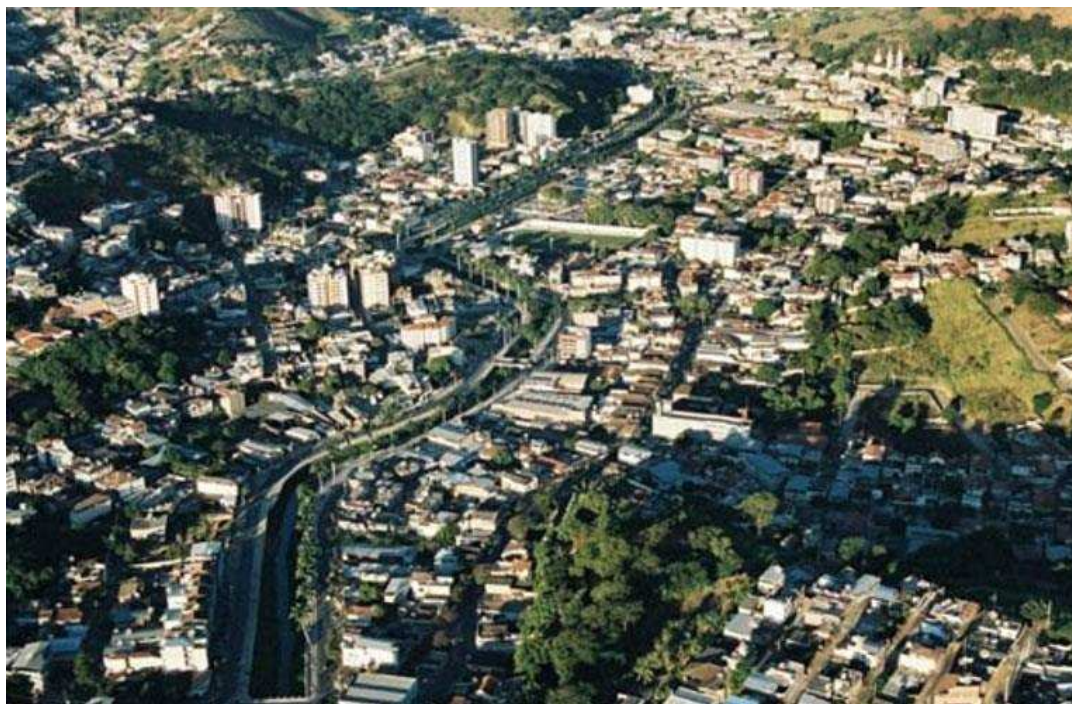


Figura 2: Foto Aérea parcial da cidade de Ubá, MG.

¹⁶ “Na realidade o que chamamos de “golfão” de Ubá nada mais é que uma reentrância morfológica em que a superfície Guarani-Rio Novo (450-500) penetra fundo naquilo que Valverde chamou de superfície Ervália. Por sua vez o rio Pomba e seus afluentes dissecam a primeira superfície em função dos níveis da chamada superfície Leopoldina. ” ANDRADE, Manuel Correia de. **Aspectos Geográficos da Região de Ubá**. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, avulso n. 1, 1961.P 14.

¹⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. Aspectos Geográficos da Região de Ubá. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, avulso n. 1, 1961.

FONTE: Disponível em < [Http://www.uba.mg.gov.br/](http://www.uba.mg.gov.br/)>. Acessado em 25 de maio de 2016.

As atividades econômicas desenvolvidas em Ubá desde o extrativismo vegetal no século XVIII, passando pela economia de subsistência e abastecimento das áreas mineradoras no século XIX, cafeicultura e fumicultura no século XX e mais recentemente a indústria moveleira, refletiram na construção das relações de poder na sociedade local e conseqüentemente na grafia da sua paisagem natural e cultural.

Por meio da análise do gráfico de evolução populacional da cidade, figura 3, nota-se que a partir da década de 1960 a população rural iniciou uma queda expressiva enquanto a população urbana aumentou significativamente. Esse fato deveu-se ao declínio da produção agrícola após a década de 1950, período em que foi implantado um plano nacional de progresso da industrialização, do tipo “substituição de importações”¹⁸, fazendo com que a indústria ampliasse seu alcance consideravelmente, sobretudo, sua participação na composição do PIB nacional.¹⁹

Até a década de 1960 as principais funções econômicas de Ubá eram a comercial e a agrícola, servindo de mercado abastecedor das áreas rurais vizinhas de produtos manufaturados como o sal e a carne e de centro comprador de fumo, arroz, cebola e milho, produzidos tanto na cidade quanto nos arredores.

Nesta época o produto comercial mais importante da cidade era o fumo, chegando a possuir mais de 80 depósitos de compradores deste artigo.²⁰

Após essa década Ubá apresentou um processo de mudança acentuada com

¹⁸ Após a crise de 1929 os países da periferia capitalista foram obrigados a reorganizar sua economia, uma vez que estavam muito dependentes da tecnologia externa. No caso especial do Brasil, foi investido grande quantidade de capital nas indústrias de base a fim de amenizar tal dependência, neste momento verificou-se a “preparação” das metrópoles brasileiras para a instalação de futuras indústrias, por meio de melhorias (paliativas) nas áreas de saúde pública, educação e segurança além de infraestrutura e saneamento básico. LIMA, Saulo de Castro. **Da substituição de importações ao Brasil potência. Concepções do desenvolvimento 1964-1979**. 2011.

Disponível em <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/4castrolima34a44.pdf> Acessado em 30 de janeiro de 2017 às 14:50.

¹⁹ NETTO, Marcos Mergarejo. DINIZ, Alexandre M.A. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. Curitiba, *Ra'ega – O espaço geográfico em análise*. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. n. 12, 2006.

²⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. Aspectos Geográficos da Região de Ubá. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo, avulso n. 1, 1961.

instalações de fábricas de móveis na cidade, sendo tal crescimento resultado de investimentos de ex-funcionários de antigas fábricas, que aproveitando o conhecimento adquirido em tecnologia e logística passaram a posição de empregados a empregadores, se beneficiando da mão de obra disponível e abrindo suas próprias fábricas, ainda que pequenas.²¹

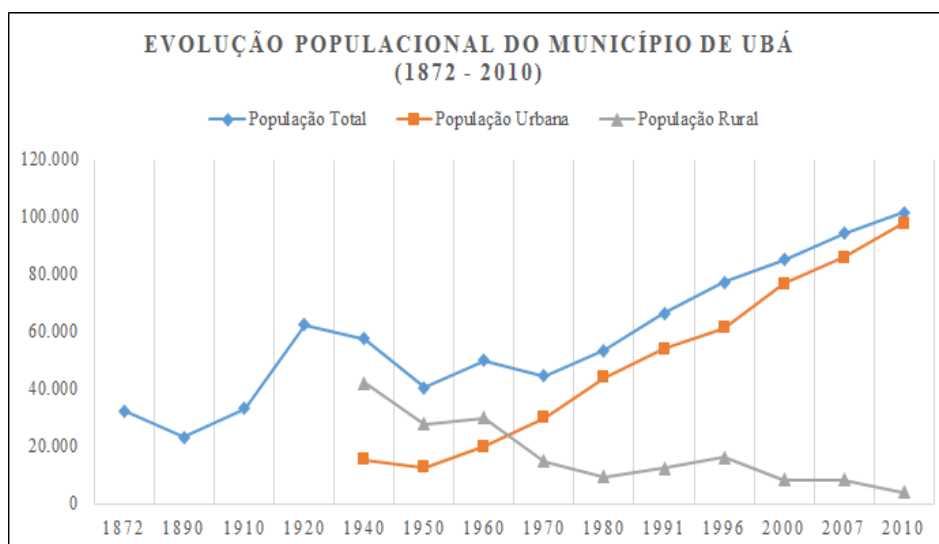


Figura 3: Gráfico de evolução populacional do município de Ubá. 1872-2010.

Fonte: IBGE.

Evidentemente, foi necessário neste momento um investimento, ainda que incipiente na área urbana, visto que muitos trabalhadores migraram da zona rural em busca de trabalho nas fábricas. Ao considerar o mapa de evolução da mancha urbana do município, representado na Figura 4, constata-se o aumento expressivo da delimitação urbana revelando um aumento da concentração populacional neste perímetro.

Logo, podemos considerar a importância da área urbana da cidade para a população, sendo visível que grande parte da interação social desta comunidade ocorre em meio urbano. Daí a importância em se analisar tal área, fundamentalmente a zona central, posto que lá se encontram o maior número de locais de lazer como bares, restaurantes e sorveterias e boa parte do comércio local. Ao se verificar tal aspecto, pressupomos que o

²¹ TEIXEIRA, Pedro Henrique Silva; BARBOSA, Elton Santos Lopes. PEREIRA, Gabriel. Expansão da malha urbana de Ubá: uma relação com o desenvolvimento e transformação econômica. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2015/files/p0822.pdf>. Acessado em 20 de janeiro de 2017. .p.4189.

lócus de interação social da cidade de Ubá está concentrado em sua Zona Central.

A fim de refletir sua configuração espacial e relações sociais estabelecidas, por meio das grafias deixadas na paisagem ao longo do tempo (ou seja, os nomes de localidades-toponímias), é feita aqui uma investigação geo-histórica da paisagem ubaense tentando compreender os vínculos sociais estabelecidos com o lugar, tanto no que tange à construção da memória coletiva quanto às relações de poder local.

A observação da paisagem cultural da cidade de Ubá é fundamental nesta investigação já que cada sociedade estabelece relações sociais vinculativas com o meio natural que vivem, por meio do estabelecimento de signos que representam os valores e remetem à memória social. Entre estes destacam-se a grafia propriamente dita da paisagem por meio dos nomes de lugares, as toponímias, que revelam o elo social com o espaço e fundamentalmente a ótica da sociedade sobre sua estrutura.

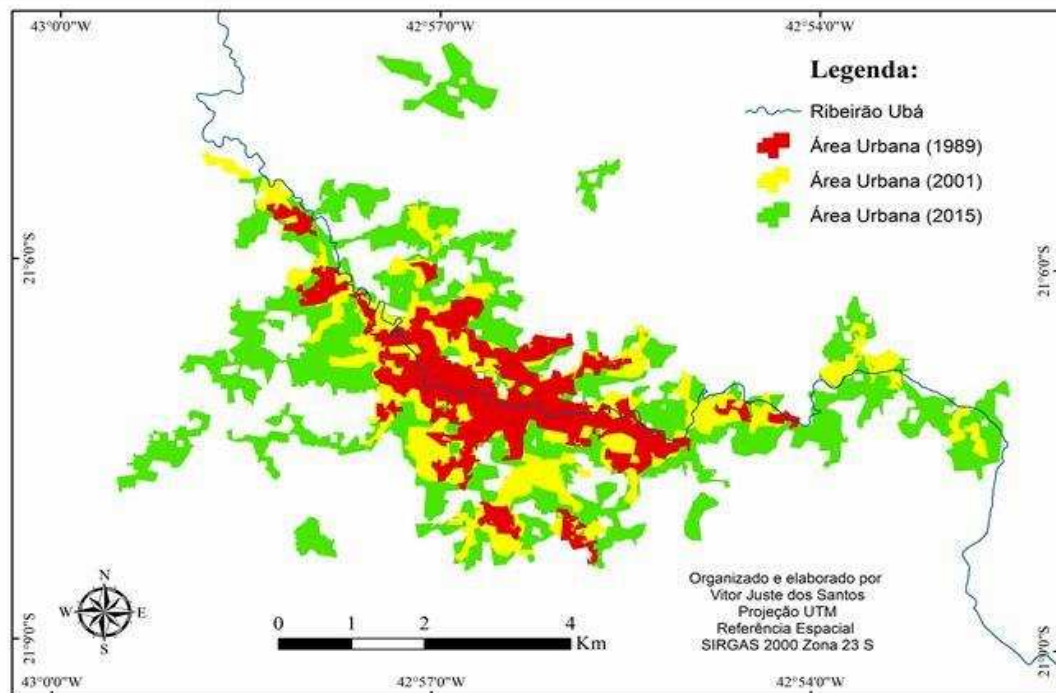


Figura 4: Mapa de evolução da mancha urbana de Ubá-MG.

Fonte: Vitor Juste Dos Santos

Sob este raciocínio, a retórica política torna-se essencial, visto que a nomeação de lugares é sem dúvida uma maneira de estabelecer poder sobre outras culturas, trata-se de uma eleição de nomes que “representam” o interesse de um grupo social, na

maioria das vezes aquele (s) que detém o domínio econômico local. Neste cenário os antrotopônimos²² são capazes de manifestar a representatividade política dos cidadãos locais e até mesmo a pouca, ou nenhuma manifestação de algum grupo, o que revela interações de poder dentro da sociedade que podem refletir de maneira direta ou indireta na maneira como os cidadãos encaram o espaço e desenvolvem seus vínculos de identidade com a cidade.

Isto posto, é inevitável correlacionar o histórico de desenvolvimento socioeconômico de Ubá com a Zona da Mata de Minas Gerais, assim é preciso esclarecer alguns aspectos importantes deste processo por meio de uma breve contextualização histórica regional.

Por muito tempo a história da Zona da Mata de Minas Gerais foi permeada por manifestações de poder que construíram as normas e princípios sociais, reverberados nos dias atuais, e que fazem parte da composição da afinidade social com o espaço. Essa estrutura social estabelecida impactou a forma de entender o lugar, posto que, papéis sociais foram constituídos e discursos foram representados na paisagem. Discurso esse que é simbolizado de inúmeras maneiras e uma delas são os nomes de lugares, que na cidade de Ubá são em grande parte relacionados a nomes de pessoas (antrotopônimos), simbolizando a grande influência social e política das famílias mais influentes da cidade, as quais levam grande parte dos nomes de ruas, especialmente das áreas centrais.

1.1 AS RELAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO DE MINAS GERAIS

A fim de tentar remontar a formação territorial no estado de Minas Gerais, mesmo que de maneira resumida, levanta-se aqui momentos específicos da sua trajetória histórica tendo início na descoberta do ouro no final do século XVII. Tal evento resultou de um processo de exploração e reconhecimento do território da América Portuguesa, por meio de expedições de penetração no interior do território brasileiro em busca de riquezas minerais. As expedições, denominadas “bandeiras”, eram organizadas pela Coroa Portuguesa e partiam de diversos pontos do território

²² Antrotopônimos são os nomes de lugares relacionados a nomes de pessoas que podem representar parte da sociedade local, evidenciando seu poder de atuação no espaço.

brasileiro como Bahia, Sergipe, Ceará, Espírito Santo e São Paulo.²³

O minério teria aguçado o interesse de muitas pessoas levando a um grande afluxo migratório em direção às minas. Pessoas oriundas da colônia e do reino começaram a se fixar perto das áreas mineradoras, possibilitando o surgimento de diversos assentamentos humanos. Com o desenvolvimento dos trabalhos de extração mineral, arraias, inicialmente de cunho bastante rudimentar, teriam começado a se formar estabelecimentos permanentes.

Contudo, a diversidade cultural da população reunida nesses locais e a divergência de interesses, além da forma de exploração e a estrutura social vigente levaram ao surgimento de desordens e até mesmo conflitos na região das minas, que culminaram em revoltas e crises de fome, resumindo assim os primeiros anos da história de Minas Gerais e alertando para a necessidade em se desenvolver um controle efetivo sobre a área e na arrecadação dos tributos relativos aos rendimentos das lavras.²⁴

Supõe-se que as ações de controle e organização local teriam fortalecido as relações entre a Coroa e a América Portuguesa, dado que até então não havia nenhuma ação de atuação efetiva na área. Logo, entende-se que a mineração contribuiu de maneira patente na interação e articulação do território colonial, reforçando o mercado interno e embora a mineração não produzisse gêneros de subsistência, ela obrigou o desenvolvimento de uma atividade comercial dinâmica, favorecendo o artesanato, as atividades manufatureiras e a agricultura de abastecimento. Por conseguinte, a abertura de rotas comerciais teria sido essencial, consolidando e diversificando o fluxo humano, permitindo a fixação do povoamento ao longo dos percursos definidos.²⁵

Neste momento da mineração era comum que os produtores de alimentos também praticassem outras atividades ocupacionais, tais como o comércio, a mineração ou a ocupação em cargos da administração local, evidenciando a divisão

²³ SOARES. Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais: Um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata Mineira**.2009. p. 39.

Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RAAO-7RUJGJ>>. Acessado em 16 de agosto de 2016 às 22:34.

²⁴ Ibidem.p.40.

²⁵ Ibidem.p.42.

do espaço e da mão-de-obra da mineração com a agricultura, a pecuária e as atividades manufatureiras. Por isso, articulou-se uma rede de linhas comerciais nas regiões mineradoras que conectava a província aos mercados externos, estabelecendo fluxos interprovíncias, inter-regionais e intra-regionais.²⁶

1.2 OS CAMINHOS DO OURO

Segundo fontes oficiais a Coroa Portuguesa já havia interesse em encontrar ouro na América desde seu descobrimento, essencialmente após o sucesso dos espanhóis nesta empreitada referente ao seu território, de acordo com a divisão feita no Tratado de Tordesilhas²⁷. Embora no território correspondente ao domínio de Portugal não houvesse sido encontrado nenhum indício de ouro, até então, algumas incursões teriam sido incentivadas pela Coroa como as bandeiras.

Quando enfim encontrou-se o minério, foi revelado um atrativo para inúmeras pessoas interessadas em enriquecer “rapidamente”, ao encontrar alguma (s) pepita (s) de ouro nos rios da região das minas, contribuindo para um povoamento da região de Minas Gerais, como já foi discutido anteriormente.

Esta procura pelo ouro teria estimulado o surgimento de inúmeros caminhos que levavam às minas, ou seja, passagens construídas a partir do Rio de Janeiro até as minas de ouro. Porém, a pluralidade de caminhos, desvios e mudanças ocorridas ao longo do tempo teriam facilitado, em certa medida, o contrabando do ouro e a fim de controlar o escoamento do minério até o porto do Rio de Janeiro, onde era levado para a corte, a Coroa Portuguesa estabeleceu a “Estrada Real” como sendo os caminhos oficiais para o escoamento em que eram cobrados os devidos tributos e fiscalizados ao longo do percurso.

A Estrada Real, também conhecida como Caminho Velho, compreendia

²⁶ Ibidem.p.58.

²⁷ Após a descoberta da América por uma expedição comandada pelo genovês Cristóvão Colombo em 1492, a serviço do reino de Castela, emergiram novas negociações entre os reinos luso e espanhol sobre a divisão do território encontrado. Até que finalmente em 7 de junho de 1495 foi ratificado por D. João II, então rei de Portugal, o Tratado de Tordesilhas, estabelecendo dois meridianos para separar o setor português do espanhol; um passando 250 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, e outro a 370 léguas; a ocidente estariam as terras espanholas, a oriente, as portuguesas. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, 1º vol., livro 1, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1960.

aproximadamente 1400Km de extensão contendo nela mais de 200 municípios, correspondentes aos limites territoriais atuais, divididos em três estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e eram através destes caminhos que o ouro era levado à corte do Rio de Janeiro.²⁸

O chamado Caminho Velho tratava-se de caminhos longos e exaustivos, logo, com o apoio do então governador Artur de Sá e Menezes foi encomendado uma estrada ao filho do caçador de esmeraldas, Garcia Rodrigues Paes, que em 1707 apresentou-lhe o Caminho Novo, permitindo o acesso mais rápido e menos dispendioso até as Minas.²⁹ Isto significou uma abreviação importante na viagem entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, passando de três meses para quinze dias e de cinquenta dias até São Paulo.³⁰

Durante o período colonial, o leste da capitania de Minas Gerais foi estigmatizado como uma área natural intocada por colonos e habitada por coropós, coroados e puris, agressivos e resistentes à colonização. Esta imagem foi difundida por muito tempo por governadores da capitania, sendo também reproduzida pela economia e historiografia paulista.³¹

Todavia, desde as primeiras descobertas de ouro na região das minas, o Leste mineiro já se apresentava como um espaço de inconstantes fluxos de ocupação territorial após o deslocamento da fronteira pelos colonos. Por estar localizada à borda da região mineradora, foi-lhe conferida a condição de porta obrigatória de passagem para o deslocamento de algumas frentes pioneiras. Uma região em contínua formação cuja característica principal foi a instabilidade e o surto demográfico crescente.³²

A simbologia da região Leste como fronteira ainda sob o domínio da natureza, do “gentio” ou de feras, notável na cartografia da época, é especulado como um dos

²⁸ Ibidem.p.58.

²⁹ CARVALHO, Francisco de Assis. Entre a Palavra e o Chão: Memória toponímica da Estrada Real. Disponível em <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt63/09.pdf>> Acesso em 20 de set. 2016.

³⁰ SOARES. Josarlete Magalhães. Das Minas às Gerais: Um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata Mineira, 2009. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RAAO-7RUJGJ>>. Acesso em 16 ago. 2016.

³¹ CARNEIRO, Patrício.A.S.; MATOS, Ralfo. E.S. Geografia Histórica da ocupação da Zona da Mata Mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”. p. 2. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A081.pdf>. Acesso em 06 set. 2016.

³² Ibidem.

possíveis empecilhos que dificultaram ou retardaram o povoamento por parte dos portugueses. Entre os colonizadores o encantamento pela riqueza fácil atraiu aventureiros dispostos a deslocar a fronteira.³³

A região da Zona da Mata foi assim ocupada mesmo com a legislação que instituiu as “áreas proibidas” e dificultou a abertura de novos caminhos nas áreas não povoadas da capitania. Mas, o sistema de administração colonial com ações frágeis e inconsistentes da coroa em relação à colônia, e a inflexibilidade na implementação de ordens, levaram os instrumentos normativos impostos pela metrópole a se tornarem fracos.³⁴

Por conseguinte, roças e pousos, estabelecidos no decorrer do Caminho Novo, (Figura 6), operaram de maneira categórica no modo de povoamento da Zona da Mata Mineira, pois impactavam o meio ambiente por meio do trabalho, para o sustento e comércio, do espaço físico ou de gêneros alimentícios. Então, é concludente que a área já era habitada por povos nativos, porém, a ação colonizadora desencadeou uma redefinição de significados, posto que existem diferenças nas duas formas de agir sobre a paisagem. Então, acredita-se que a Zona da Mata Mineira, pode ser considerada mais do que uma área de interligação entre as gerais e a capitania do Rio de Janeiro, durante o século XVIII, pois já existia uma atividade econômica que a diferenciava da região mineradora, isto é, a atividade agrícola.³⁵

Desta forma é possível repartir o momento da colonização e povoamento da mata em duas fases: uma na primeira metade do século XVIII, com a abertura do Caminho Novo, na região sul da Mata, e a outra na segunda metade do mesmo século durante a penetração na área central da Mata ao longo das margens do Rio Pomba.³⁶

Essas diferentes maneiras de ocupar o espaço da Zona da Mata, ao longo de sua trajetória, é que construíram as bases da sociedade local, ou seja, desde o princípio esta região teve uma ocupação baseada em medidas autoritárias que tornaram excluíram a maioria da população da construção de símbolos oficiais. Tal

³³ Ibidem.p.3.

³⁴ Ibidem.p.3.

³⁵ LAMAS, Fernando Gaureto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. Disponível em:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em 09 set. 2016.

³⁶ Ibidem.p.2.

característica reverbera em todas as etapas de construção desta sociedade e como resultado na constituição de memórias.

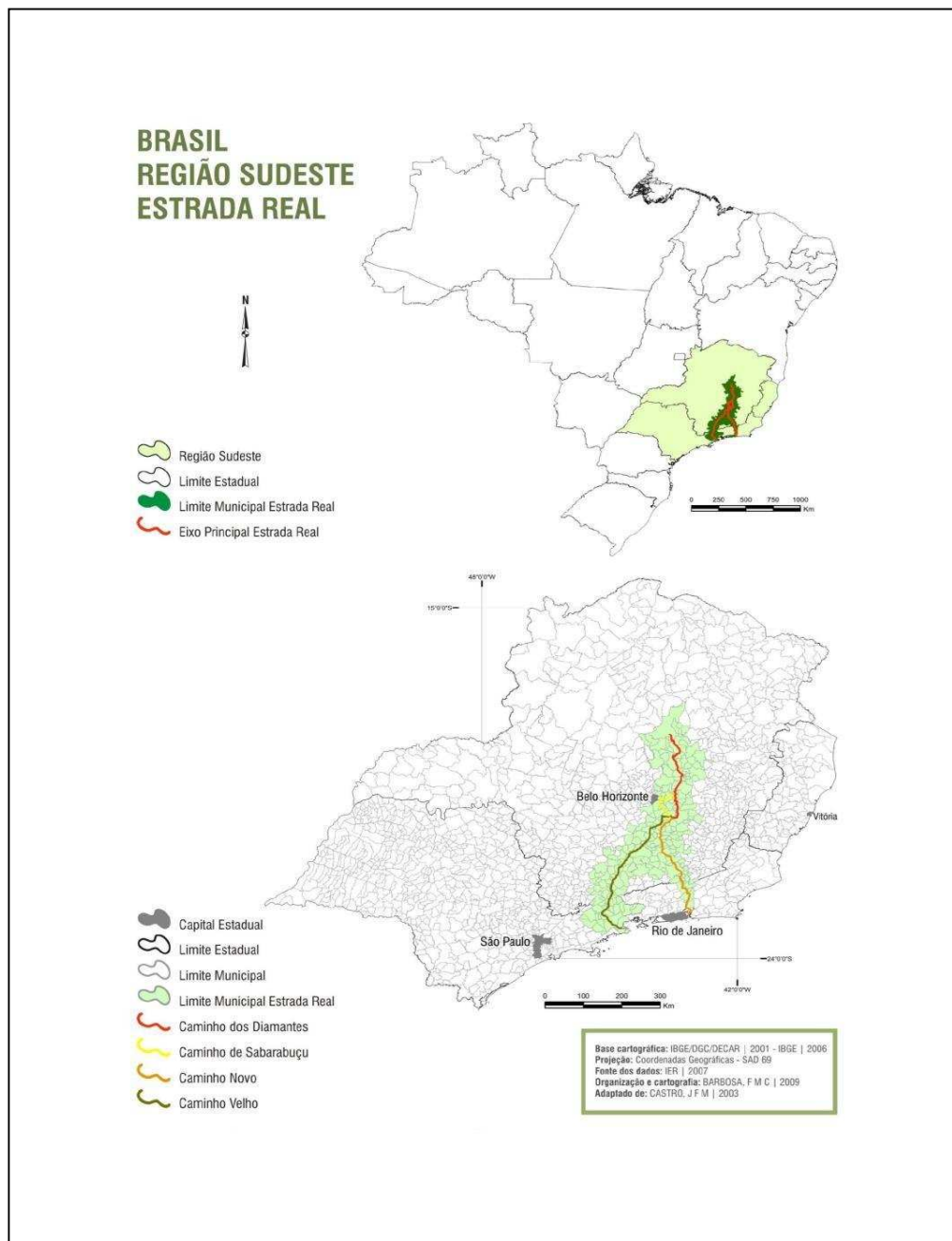


Figura 5: Mapa de localização da Estrada Real na região sudeste.

FONTE: Barbosa, Flávia Machado da Cruz Pinheiro. Mapa de localização da estrada real na região sudeste. Vulnerabilidade ecoturística no caminho dos diamantes – Estrada Real/mg. dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. p.74. Disponível em <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/tratinfespacial_barbosafm_1.pdf>. Acessado em 18 de outubro de 2016 às 19:50.

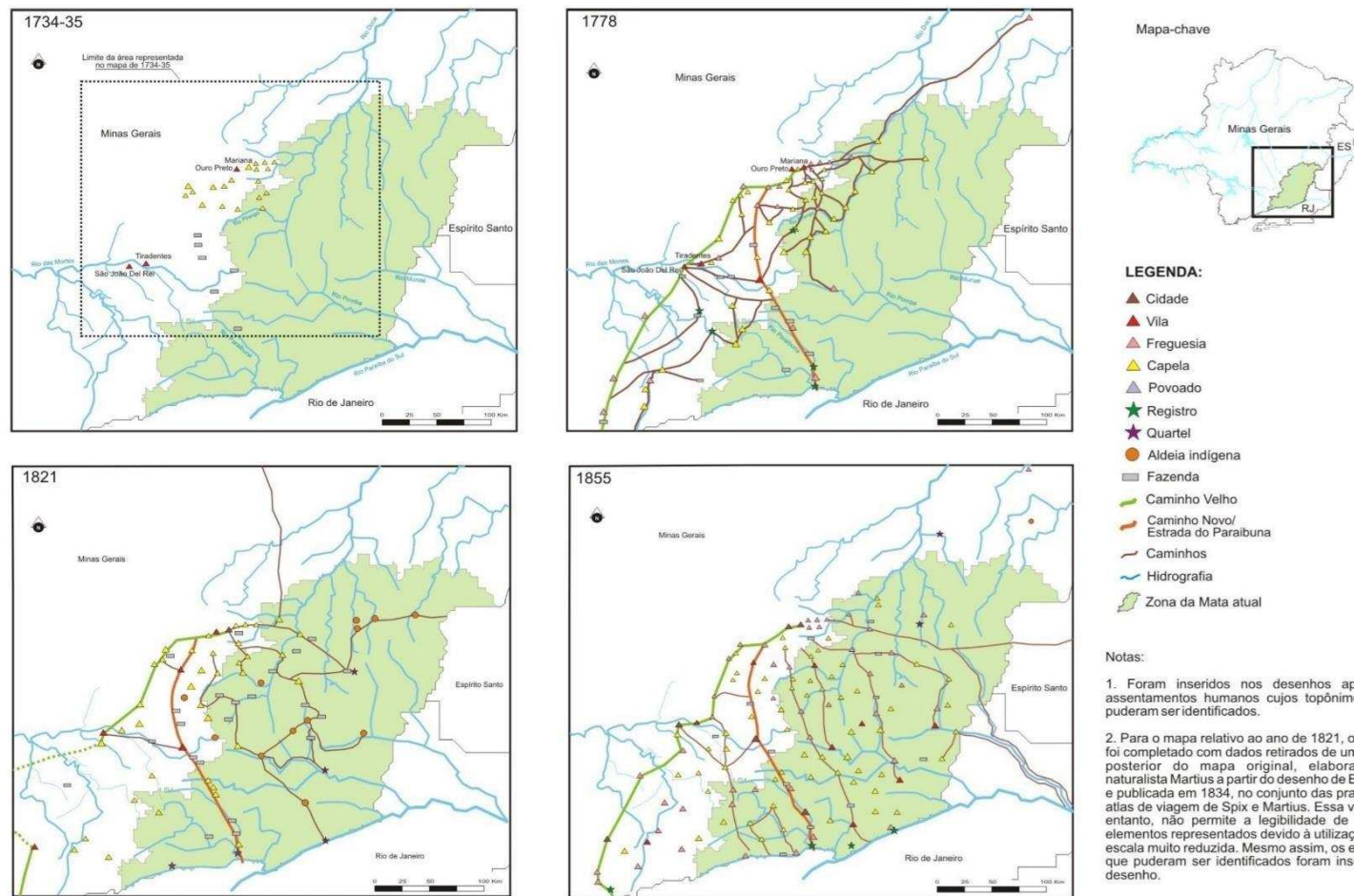


Figura 6: Evolução do povoamento na região da zona da mata, século XVIII e primeira metade do século XIX.

FONTE: SOARES. Josarlete Magalhães. **Cartografia e ocupação do território: a zona da mata mineira no século XVIII e primeira metade do XVIII.** III simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica. Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/soares_cartografia-e-ocupacao-do-territorio-a-zona-da-mata-mineira.pdf>. Acessado em: 19 de outubro de 2016 às 09:10.

1.3 A ZONA DA MATA E O VALE DO RIOPOMBA

A região central da Zona da Mata mineira compreendida pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba ao alto do vale do rio Doce até o limite com o Espírito Santo, possuía a maior concentração de população da Capitania durante o século XVIII. Compunham esta área os municípios de Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, Mercês, Rio Espera, Viçosa, Teixeiras e a parte norte de Rio Pomba.³⁷

A ocupação por parte de colonos portugueses saindo das áreas mais altas, em direção ao vale do rio Pomba, começou a se tornar evidente a partir do final do século XVIII levando em conta o número de escrituras de compra e venda de propriedades rurais situadas nessa área.³⁸

Contudo, é reduzido o número de registros sobre as terras indígenas, as quais eram muitas vezes transferidas aos colonos portugueses por meio de contratos de compra e venda. Conforme relatório de 1833 cada pai de família indígena recebia o equivalente a um quarto de sesmária de terras, cerca de 100 hectares, as quais devido a conflitos constantes com a vizinhança, ou seja, as sesmarias doadas ao redor, acabavam sendo vendidas a terceiros.³⁹

Evidentemente a relação entre os colonos portugueses e os povos indígenas era muitas vezes conflituosa, dado as diferenças culturais e a maneira como se deu o processo de ocupação do território por parte dos portugueses, visto que aconteceu de maneira arbitrária, ao repartir as terras que já eram ocupadas pelos indígenas e ao impor seus hábitos culturais aos nativos.

Sendo a região central da mata o maior núcleo de concentração indígena, por volta de 1767 o governador da Capitania ordenou a fundação de uma aldeia central que concentrasse os índios *coropós*, *coroados* e *puris*, figura 6, habitantes dessa área. Obviamente o intuito era desalojar a população indígena de suas terras nativas, para ocupação do território por parte dos colonos, além de facilitar a catequese e a defesa de possíveis rebeliões.

³⁷ CARRARA, A. A. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

³⁸ Ibidem.p.30.

³⁹ Ibidem.p.32.

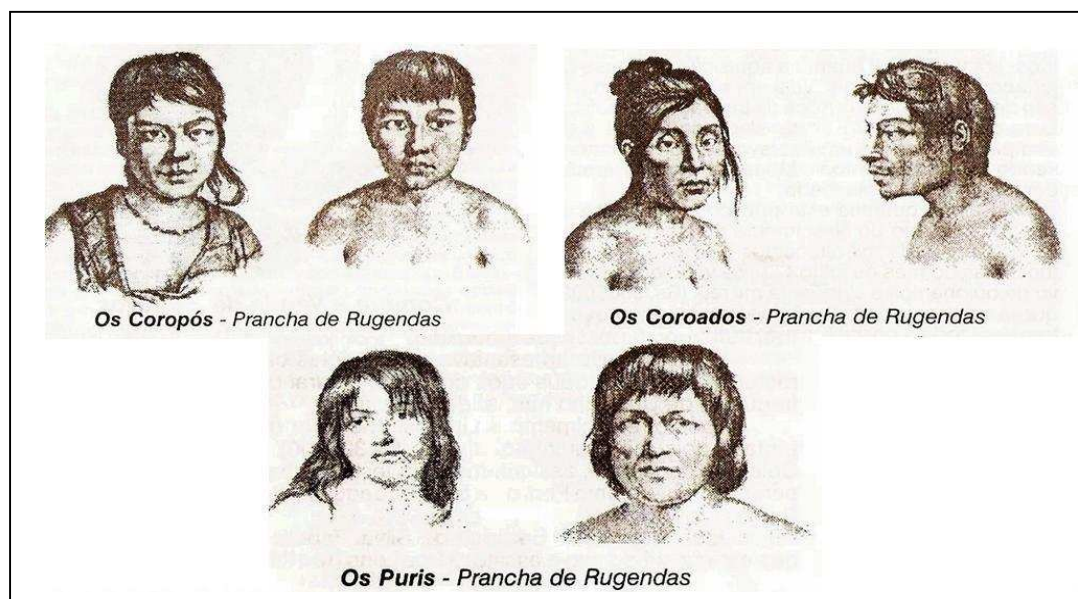


Figura 7: Ilustração dos primeiros habitantes da região do vale do rio Pomba-MG.

Fonte: Disponível em < <http://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/indios-coropos-coroados-e-puris/18387>>. Acessado em 26 de maio de 2017.

Contudo, tal ação foi interrompida em 1808 por uma carta régia, datada em treze de maio, que praticamente declarava guerra aos botocudos antropófagos acusados de atacar fazendas da região. Mais tarde em 1813 Guido Tomás Marlière fora nomeado para a direção dos aldeamentos da região e consolidou-se uma convivência forçada entre os índios e os colonos por intermédio da manutenção, por meio do governo provincial, de três aldeamentos indígenas.⁴⁰

Paulatinamente as cabeceiras do rio Pomba, seus afluentes e subafluentes foram sendo ocupados e mais desbravadores vieram juntamente com suas famílias, estruturando a sociedade local tal como conhecemos hoje. À medida que as diversas culturas interagiam no espaço, verificou-se a ocorrência de embates culturais, desenvolvimento de novas tecnologias, construção de novas habitações, e a natureza conseqüentemente foi sendo transformada.

Nestes momentos de apoderamento territorial, feitos de maneira imperativa, já se revelavam como seriam, daí por diante, estabelecidas as relações de poder ao longo da história desta região. Pautada em medidas opressoras e até mesmo agressivas culturalmente falando, os vínculos nessa sociedade se deram de forma que não envolvia a participação popular como um todo, o que veio a repercutir diretamente na

⁴⁰ Ibidem.p.17.

estruturação cultural das cidades.

Durante o estabelecimento dos primeiros grupos humanos foram desenvolvidos símbolos e signos sociais que se perpetuam ao longo do tempo na paisagem natural e fundamentalmente em seu aspecto cultural. Em vista disso, pode-se entender que antes mesmo da apropriação branca desse território já estava constituída socialmente uma estrutura de valores e comportamentos que posteriormente foi sendo modificada e reconstituída com a agregação de outras culturas. Evidentemente, a maneira invasiva como esta apropriação ocorreu afetou de maneira incisiva no estabelecimento de papéis sociais de cada grupo atuante neste território.

A respeito da formação desses papéis sociais é preciso considerar alguns aspectos como a questão da terra que durante o período colonial, fundamentalmente no período da mineração, era de pouca valia pois até então constituía-se um território muito maior que o número de pessoas interessados em ocupá-lo e estabelecer relações sociais. Sendo assim, a figura do escravo possuía mais valor que a própria terra, já que ele era o responsável por produzir com suas próprias mãos praticamente todos os utensílios necessários à sobrevivência nas fazendas.

Destarte, é preciso destacar a importância dessa mão-de-obra escrava, tanto negra quanto indígena, que sustentaram o desenvolvimento regional da Zona da Mata Mineira, tanto no que tange à produção dos artefatos (excetuando os talheres e louças) e alimentos dos casarões que se estabeleciam no local, como sua contribuição cultural para a composição da identidade local, incorporando seus costumes à cultura local ao longo de seu estabelecimento.

As impressões culturais desses primeiros habitantes da região da Zona da Mata, na paisagem, por meio dos hábitos culturais e relações de poder estabelecidas entre a própria população não pode ser esquecida ou mesmo negligenciada em uma análise da paisagem de cidades dessa região, pois foi neste momento que se deu a composição da sociedade local e estabelecimento dos papéis sociais dos grupos locais, tornando-se visível o vislumbamento do cenário cultural tal como se constituiu atualmente.

Apesar de sua inegável contribuição na constituição da paisagem cultural da Zona da Mata mineira, pouco são os registros de nomes de lugares relacionado ao léxico africano e indígena. Esse fator dialoga com a pouca expressividade política que esses grupos desenvolveram no espaço ao longo da história local, obviamente ligado

ao baixo domínio sobre os setores econômicos. É claro que o pouco ou nenhum destaque desses grupos, sobretudo no setor econômico e político é resultado de um histórico processo de subjugação cultural por parte dos colonizadores estrangeiros que ocuparam a região.

Após a abolição da escravidão em 1888 o estado de Minas Gerais passou por uma crise de mão de obra a qual a região central da Zona da Mata não foi tão afetada, devido ao fato de que dispunha de mão de obra livre inclusive com alguns colonos estrangeiros. Este fato favoreceu o desenvolvimento da cafeicultura de exportação tornando-se uma região de produção considerável de café após a chegada da ferrovia.⁴¹

A decadência da mineração destacou as áreas que lhe davam suporte, principalmente em relação à sua subsistência, ou seja, as áreas de cunho agrícola que produziam grande parte dos artefatos para a manutenção das cidades de mineração. Neste momento de crise, a atividade agrícola no vale do rio Paraíba, especialmente o vale do rio Pomba, ganharam um grande incentivo por parte do governo vigente da capitania de Minas Gerais, que permitiu um significativo progresso dessas cidades.

1.4 O CORONELISMO BRASILEIRO E SUA REPRESENTAÇÃO NA SOCIEDADE

Com a ascensão do sistema agrícola no Brasil, como principal base econômica, a sociedade sofreu adaptações estruturais, apesar de manter características semelhantes desde o colonialismo. Assim, durante o período da Primeira República brasileira ou República Velha (1889-1930) a sociedade, sobretudo no âmbito local e regional, passou a ser subordinada ao sistema coronelista.

Fruto do patriarcado estabelecido durante o período econômico dos engenhos de açúcar e das fazendas de gado do século XVI, este sistema, a princípio, de subordinação política regional de homens detentores de poder político e econômico ao governo federal, impactou bruscamente as relações sociais no meio rural e posteriormente no meio urbano brasileiro.⁴²

⁴¹ Ibidem.p.24.

⁴² FORTUNATO, Maria Lucinete. O Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280689>>. Acesso em 28 mar. 2017.

Logo, o coronelismo trata-se de uma prática e de personagens que se manifestou durante toda a história do Brasil até os dias atuais, estando o conceito relacionado com outras instâncias de poder sejam elas estadual ou mesmo federal.

Os coronéis, que viabilizaram a construção do conceito de coronelismo, foram legitimados como homens que podiam se apropriar do poder e dominar a política local como se fossem seus próprios donos. Isto ocorreu, com a o estabelecimento da Primeira República que patentes de coronéis foram vendidas ou mesmo concedidas por critérios e interesses políticos.⁴³

Minas Gerais como um dos estados que mais se destacou, neste momento, na produção agrícola, não ficou, pois, imune ao sistema coronelista o qual influi diretamente nas relações sociais locais. As interações sociais estabelecidas no espaço sofreram influência direta desse sistema, visto que, os coronéis nesse momento representavam o poder político local. Então, torna-se imprescindível destacar o papel desta forma de poder local que tomava as decisões locais e influía significativamente na construção dos símbolos das cidades do interior de Minas Gerais e demais estados.

O presente trabalho destaca a paisagem cultural da cidade de Ubá, a qual se baseou por um longo período no setor agrícola, tornando necessário aqui focar no papel do poder destes coronéis na grafia da paisagem ubaense. Não só no tange o seu aspecto natural, bem como seu viés simbólico, como os nomes das ruas.

Os centros das cidades interioranas de Minas Gerais ganham destaque por sua importância social para a cidade, pois é lá que se desenvolvem as principais atividades sociais dos habitantes do município, assim, analisar os nomes das ruas do centro da cidade pode revelar o poderio de grupos que “batizaram” tais locais.

No caso especial de Ubá, é nítido por meio da observação dos nomes das ruas centrais, o predomínio de antrotopônimos, nomes de lugares relacionados a pessoas, o que se instiga a curiosidade em descobrir se estes nomes têm relação com as famílias dos antigos coronéis da região. Posto que, o “batismo” de nomes de ruas é uma prática cultural que está intrinsecamente ligada ao exercício de poder.

⁴³ Ibidem.p.152.

CAPÍTULO 2

OS NOMES DE LUGARES NA LÓGICA DA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS E PODER

2.1 TOPONÍMIAS E SUAS APROPRIAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS

A nomeação a partir de sua ocorrência pode se tornar uma maneira geográfica de “territorializar” e antes de tudo uma garantia de sobrevivência, inclusive depois de sua ocupação, em que os nomes refletem a sabedoria e o conhecimento das gerações que ficaram eternizadas no espaço. A toponímia pode representar a vivência do homem, tanto no âmbito individual quanto coletivo, sendo desta maneira um conceito com “amplas perspectivas”, não se limitando apenas aos aspectos linguísticos, mas avançando na compreensão das intencionalidades desta ação.

É notável a memória toponímica na Estrada Real, por exemplo, em que há uma variedade nas ocorrências das origens toponímicas, protagonizadas essencialmente, pelas culturas indígena, africana, portuguesa e demais estrangeiras, reflexo da colonização brasileira fundamentalmente local, sendo desta maneira possível identificar na paisagem “marcas” deste processo. Carvalho⁴⁴ corrobora a ideia ao dizer:

Os nomes singularizam lugares, mas não os nominam *ad eternum*. Existe presente nesta nomenclatura uma evidente e clara dinâmica, que se apresenta de forma preferencial, ao sabor das injeções, sejam religiosas, políticas, econômicas, ou outras quaisquer, fazendo-os evoluir, transformar-se ou corromper-se.

Isto posto, a escrita e posteriormente o surgimento de documentos levou ao registro de posses, as primeiras sociedades consideradas civilizadas são aquelas que dominaram o ato da escrita e o utilizaram para registrar sua história e atos jurídicos, a exemplo destacam-se os fenícios, cretenses, hebreus, egípcios e mesopotâmicos.⁴⁵

Os nomes de lugares por serem carregados de simbologia e sentimento, capazes

⁴⁴ CARVALHO, Francisco de Assis. Entre a Palavra e o Chão: Memória toponímica da Estrada Real. Disponível em <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt63/09.pdf>> Acesso em 20 de set. 2016.

⁴⁵ TIZIO, Ideli Raimundo di. Tietê ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear: uma proposta de lei. 2008.p. 99. Tese de doutorado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Doutorado: Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

de refletir e registrar a ocupação e vivência de um grupo em determinado espaço, são uma expressão geográfica de uso político que sustentam o imaginário social e que, portanto, são meios de legitimar o poder no espaço ou na paisagem.

Durante o período colonial, assim que as terras eram descobertas eram logo em seguida eram nomeadas, postura essa que revelava a importância em se garantir a prioridade nas descobertas. Os nomes dados às posses eram logo registrados para então garantir o poder político, comercial e tributário sobre os subordinados. “Nomear o espaço e, posteriormente, registrá-lo foram essenciais para a evolução da civilização moderna”.⁴⁶

O tratado de Tordesilhas é um exemplo dessa nomeação e registro como exercício de poder sobre o espaço, ele foi assinado em 1494 em Tordesilhas na Espanha, a fim de registrar e publicar o acordo político entre Espanha e Portugal, sobre as novas terras descobertas e as que viessem a descobrir. Nos EUA, quando o nome de George Washington foi escolhido para nomear a capital norte americana (Washington D. C) isto também ocorreu, bem como com o distrito de “Columbia” nos EUA que homenageou o navegador genovês Cristóvão Colombo.⁴⁷

Na cidade de Mossoró (RN), há uma família de sobrenome rosado a qual possui o domínio político e econômico local há décadas e que levam o nome de grande parte de ruas e avenidas da cidade. Outro exemplo, foi a mudança de nomes das cidades do Cazaquistão após a independência da Rússia, os nomes das cidades passaram da língua russa para a língua natal, cazaque, evidenciando a afirmação da identidade nacional, em que o nome atuava como desestabilizador da antiga hegemonia russa naquele país.⁴⁸

A hebraicização dos nomes de rios, montanhas e cidades de Israel após 1948 trata-se de outra ilustração deste processo. Assim como durante a ocupação germânica no território francês, na Segunda Guerra Mundial os alemães, sob orientações de Hitler, que alteraram alguns nomes de lugares na cidade de Paris a fim de deslegitimar o poderio francês e rebatiza-los com nomes de origem germânica.⁴⁹

No Brasil, durante o momento de descobrimento e colonização, foi nítida a

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

influência exercida pela religião católica fazendo predominar nomes de origem mítico- religiosa, representando uma sociedade conservadora, daí a nomeação de logradouros e bairros, essencialmente, com nomes de santos tais como rua Nossa Senhora da Aparecida, bairro Santo Antônio, bairro Santa Isabel dentre outros. Mais tarde, na ditadura militar houve uma alteração na nomeação de alguns nomes carregando o sentimento nacionalista, passando a existir nomes como Sete de Setembro, José Bonifácio, 31 de março. Outro exemplo evidente aconteceu após o assassinato do presidente norte americano John Keneddy em Dalllas, nos EUA, em que ocorreu um excessivo batismo de praças, avenidas, em várias cidades brasileiras com esse Antrotopônimo americano.⁵⁰

Os topônimos, assim, podem ser instrumentos políticos de afirmação de poder que ressalta o papel da língua como herança histórica e fornecedora da identidade nacional.⁵¹ Observar a paisagem em que vivemos sob a perspectiva da nomeação de seus lugares permite tecer análises antropológicas atentando-se para detalhes que por vezes podem passar despercebidos, como por exemplo a importância econômica que determinado grupo social pode exercer ou ter exercido no local e como seu nome ficou registrado na paisagem, por meio de nomes de ruas, bairros, avenidas, escolas, praças e hospitais a fim de homenagear ou mesmo afirmar seu poderio sobre o local.

Compreender a paisagem como fruto de relações sociais em que ela pode ser uma marca, que revela a passagem de civilizações é um dos pressupostos da Geografia Cultural, mas ela também pode ser enxergada como matriz que participa dos esquemas de percepção, concepção e ação. Sendo uma marca ela pode e deve ser inventada.⁵²

Acredita-se que as paisagens simbólicas não se tratam apenas de informações estáticas, mas sim de valores culturais que elas contêm e que precisam ser reproduzidos para continuar tendo significado o que na maioria das vezes ocorre por

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ COSGROVE, Denis E. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs). Introdução à Geografia Cultural. 6°. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

⁵² BERQUE, Augustin. A Paisagem- Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

meio da vida cotidiana.⁵³

Contudo, é importante destacar que para ocorrer uma comunicação eficiente dentro de uma sociedade é necessário que haja um uso responsável da demarcação de lugares posto que uma indicação inexata de nomes cartográficos pode prejudicar os trabalhos relacionados a esta área. O uso de ortografias distintas para um mesmo topônimo, mudanças frequentes de nomes e o uso de mais de um nome para denominar um mesmo lugar podem ser problemas que trazem obstáculos à comunicação⁵⁴

A fim de tentar solucionar ou mesmo apaziguar alguns destes impasses, sem, no entanto, deixar de considerar as particularidades culturais de diferentes locais, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou alguns organismos que buscam normatizar nomes tentando garantir a comunicação nacional e internacional, tais como a criação de comissões em cada país que possam se tornar responsáveis por essa área. Entre estes órgãos existe um denominado GENUNG (Grupo de Especialistas das Nações Unidas para Nomes Geográficos), o qual é composto por geógrafos, linguistas e historiadores.⁵⁵

No Brasil, especialmente no estado de Minas Gerais, oligarquias se desenvolveram ao longo de sua trajetória histórica o que impactou diretamente a construção de memórias locais. A atribuição de poder agregada aos nomes de lugares foi uma consequência inevitável, e eles se constituíram como reflexos da importância das famílias na estruturação das sociedades. Os antrotopônimos, neste âmbito, significou a grafia na paisagem cultural do poderio de alguns grupos sociais detentores do prestígio econômico.

⁵³ COSGROVE, Denis E. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs). Introdução à Geografia Cultural. 6°. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

⁵⁴ TIZIO, Ideli Raimundo di. Tietê ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear: uma proposta de lei. 2008. Tese de doutorado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Doutorado: Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

⁵⁵ Ibidem.

2.2 O PAPEL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NA ESTRUTURAÇÃO DE MEMÓRIAS

Entende-se que memória se refere a algo vivo, impreterivelmente carregada por grupos que estão em constante evolução, passível de lembrança e de esquecimento, vulnerável a usos e manipulações. Por isso a memória tem a capacidade em se arraigar no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto e na paisagem. “Os lugares são antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”.⁵⁶

Nora, em sua discussão sobre o lugar, expõe as reminiscências do passado enraizado no meio físico via “suportes de memória”, restos de um pretérito que marcou a vida de pessoas que habitaram ou habitam aquele local.⁵⁷ Relações afetivas são estabelecidas a todo momento com o local que habitamos daí a importância do conceito de lugar da geografia que envolve o sentimento de pertencimento e de afetividade estabelecida pelo homem com o espaço.

A partir do estabelecimento de relações afetivas com o meio, memórias são construídas e reproduzidas por meio de costumes e tradições, memórias essas que só podem ser resgatadas ou mesmo reproduzidas através dos suportes de memórias, citado por Nora, que possibilitam a existência e a permanência dos “lugares de memória”.⁵⁸

Os lugares de memória diante da inexistência de memória espontânea, criam a necessidade de arquivos e celebrações, pois não são naturais. É de suma pertinência destacar a função do espaço na formulação de memórias, já que as reminiscências do passado se cristalizam no mesmo. Os locais de memória são os meios em que a memória pode ocorrer, através de suportes externos de uma existência que só vive

⁵⁶ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo. n. 10, dez.1993.p.12.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Na ciência geográfica o Lugar é um dos conceitos chave, sendo compreendido em sua forma subjetiva, transcendendo os limites espaciais ao considerar os vínculos afetivos que estabelecemos com o mesmo. Aliás Yi-Fu Tuan, geógrafo humanista, diz que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o adotamos valor.” (TUAN,1983, p.6). Embora tal categoria suscite importantes reflexões para esta pesquisa, ressalta-se a centralidade, enquanto recorte geográfico, que o conceito de Paisagem protagonizará.

através delas. Nora⁵⁹ frisa que:

Á medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais, visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história.

Para Todorov, o lugar de memória e o papel do passado não são os mesmos em diferentes esferas que compõem a vida social, posto que cada um exerce uma função social distinta no grupo.⁶⁰ Embora a palavra utilizada seja a mesma, “lugar”, os sentidos atribuídos a ela são diferentes nos campos de conhecimento, portanto se na ciência geográfica a mesma constitui-se como um conceito estruturador, o mesmo não ocorre na história.

Sendo assim, quando Nora, Todorov e outros autores utilizam do termo “Lugar de memória” nem sempre seu sentido está enraizado no material, ou seja, no “espaço geográfico”, possuindo um sentido mais amplo que agrega o sentimento de pertencimento ou sentido de continuidade de um grupo à não só objetos ou locais como também a rituais e comportamentos. Logo, podemos atrelar toda “vontade de memória” à realização de lugares de memória, nos quais o sentido de continuidade e interação social pode ser alcançado. Nora sobre isso diz: “Lugares, portanto, mas lugares mixtos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel”.⁶¹ Neste sentido, alicerçar a atenção aos “lugares de memória” pressupõe um entendimento sobre o que levam a eles, que são os “suportes de memória” aqueles capazes de permitir a ocorrência de fato da memória, ou da rememoração. E a necessidade em se rememorar é justamente em tentar fortalecer ou reestabelecer os laços ou vínculos entre os grupos sociais diversos.

Embora um indivíduo possa ser capaz de constituir vários vínculos de

⁵⁹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo. n. 10, dez.1993. p.15.

⁶⁰ TODOROV, Tzvetan. La Memoria amenazada. En: Todorov, Tzvetan. Los Abusos de la memoria, Paidós, 2000, Barcelona.

⁶¹ Ibidem.p.22.

identidade (identidades múltiplas) essa pluralidade é dependente da ação social do mesmo, daí a necessidade em se destacar ou dissociar os papéis ou conjunto de papéis das identidades de cada indivíduo, apesar destas identidades serem fontes mais importantes de significado do que de papéis devido ao processo de autoconstrução e individualização que envolvem.⁶²

Sendo a memória um fenômeno socialmente construído e, portanto, pautada em relações sociais com o espaço geográfico e entre si, esta memória torna-se para Castells determinante na construção simbólica da identidade.⁶³ A estruturação da identidade também ocorre por meio de referenciais pautados no outro, ou seja, ancorado nos critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade através de negociação direta com o meio externo.⁶⁴

São elencadas três maneiras de estruturação de identidades, a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. A primeira seria aquela introduzida pelas instituições dominantes da sociedade a fim de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. A segunda trata daquelas criadas por atores sociais que se encontraram em posições desvalorizadas ou desmerecidas na sociedade por meio da lógica de dominação. A última trata daquelas em que os atores constroem uma identidade capaz de redefinir posições, coletivas ou individuais, na sociedade.⁶⁵

Para o autor, durante a modernidade há que se destacar a identidade de projeto, a qual se constrói a partir da sociedade civil e que na contemporaneidade se destaca com grande importância para o momento de reestruturação das memórias sociais e as identidades coletivas. Por identidades coletivas adotamos o conceito: “(...) os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”.⁶⁶

A noção de identidade leva à compreensão da relação do homem com o espaço no que concerne seu vínculo sentimental, de maneira que os lócus de interação social

⁶² CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992.

⁶⁵ *Ibidem*.p.25.

⁶⁶ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992.

dos indivíduos componentes de uma comunidade, pautam-se em símbolos que os arraiga ao passado e os permite construir relações no presente. Esta simbologia é construída ao longo da interação social dos envolvidos, e carrega a carga sentimental necessária para nos conectar ao meio e estabelecer processos sociais como o exercício de poder por exemplo.

Os símbolos grafados ou cristalizados na paisagem são os meios pelos quais podemos resgatar o passado e rememorar-lo, esse intuito justifica-se na necessidade de estabelecer elos com o espaço, muitas vezes nos remetendo à eventos ocorridos em nossa infância ou mesmo em nossa juventude. A respeito desses símbolos fixados na paisagem, destacam-se os nomes de lugares que sem dúvida carregam grande carga sentimental e intencional. A ação de nomear lugares presta-se como uma expressão cultural, bem como uma singularização na ocupação do espaço, desta maneira, nomes tornam-se símbolos do espaço apropriado pelo homem. Os nomes são reflexos dos traços da paisagem humanizada, personalizam, constituem e diferenciam de qualquer área ou região os vocábulos materializando a própria “alma” do lugar.⁶⁷

A todo momento acessamos nossas ideias, e estas são expostas ao grupo social por meio de nossos “discursos”, entretanto o termo num sentido mais amplo envolve toda a sua representação enquanto expressão daquilo que acreditamos. A linguagem, sendo entendida para muito além somente da fala, é uma modificação de nós, a qual é dependente do nosso lugar de discurso.⁶⁸

Neste contexto, a linguagem pode ser entendida como um código que objetiva transmitir uma mensagem, sendo a mesma intencional e intentada por um indivíduo ou grupo social. Dentro da linguagem distingue-se “fala” da “escrita”, as quais possuem temporalidades diferentes.

Ao que interessa o trabalho, as palavras que posteriormente podem ser usadas como nomes tanto de pessoas como de lugares, são símbolos ou signos que projetam um determinado significado a alguém ou a alguma coisa. O mesmo visa representar algo que não está explícito no discurso ou mesmo na paisagem podendo ser relacionados como “monumentos”, os quais pretendem simbolizar ou representar algo

⁶⁷ CARVALHO, Francisco de Assis. Entre a Palavra e o Chão: Memória toponímica da Estrada Real. Disponível em <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt63/09.pdf>> Acesso em 20 de set. 2016.

⁶⁸ RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. O discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70. Ltda, 1976.

que não está mais presente no nosso cotidiano. O ato da escrita é a grafia do discurso, além disso trata-se da rememoração, ou seja, uma representação mnemônica de fatos transcorridos.⁶⁹ Segundo Dick, os grupos possuem especificações ao nominar, bem como no vivenciar os nomes dados, dessa maneira, os nomes geográficos tornam-se testemunhos históricos do povoamento. Registrando o descobrimento, a cultura e a sabedoria que se desenvolveu no espaço.⁷⁰

Tecendo um diálogo entre Carvalho e Nora é possível entender os nomes de lugares como suportes de memória que são capazes de registrar no espaço e na paisagem a simbologia dos sentimentos e relações afetivas estabelecidas por povos naquele local. Os nomes por carregarem em si uma carga emocional e intencional são capazes de forjar elos de identidade de um grupo ou indivíduo com o lugar os quais tornam-se signos da passagem humana no local. Carvalho diz que a nomeação de lugares assim como a nomeação de pessoas trata-se de um uma espécie de ritual de iniciação na sociedade civil o qual sem ele torna-se indivíduos os lugares não identificados ou não reconhecidos pelo corpo social.⁷¹

A onomástica ou toponomástica, ciência ligada ao estudo de nomes próprios é uma importante ferramenta no aprofundamento das questões culturais de um local. Ela se divide em dois ramos a antroponímia e a toponímia, respectivamente o estudo de nomes de pessoas e de lugares, contudo, para a melhor adaptação do presente trabalho a toponímia se apresenta como o mais adequado instrumento. O estudo da toponímia dentro de um âmbito pluridisciplinar representa um possível trajeto até o conhecimento do “modo de vida” de povos que ocupam ou ocuparam em outrora o espaço em questão. A partir do desenvolvimento intelectual e linguístico, o indivíduo ou comunidade, passa a denominar lugares, fenômenos, e a partir disso é revelada suas tendências sociopolíticas bem como religiosas e culturais. Seguindo essa linha de raciocínio entendemos que o signo toponímico se prende ao interesse do nomeador, uma vez que o mesmo implica sobre o nome suas características e de sua comunidade em geral. Essas características ao longo do tempo transformam-se em

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990

⁷¹ CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a Palavra e o Chão: Memória toponímica da Estrada Real*. Disponível em <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt63/09.pdf>> Acesso em 20 de set. 2016.

marcas que podem auxiliar na identificação de culturas e grupos étnicos.

Desde as primeiras civilizações, os nomes sempre contiveram uma importância preponderante, sua relevância foi reconhecida nos tempos mais remotos. Cada pessoa havia um nome e não podia ser transmitido aos seus descendentes, uma vez que se tratava de uma identificação pessoal e não grupal ou familiar.⁷²

Na cultura Hindu, o nome representa a natureza real de um ser e o conhecimento de uma realidade transcendental. No islamismo, o nome, em particular o grande nome (Alah), traz consigo um poder transformador. No judaísmo, o nome de Deus é tão importante que nem todos os judeus podem proferir seu nome. Nas comunidades celtas os nomes em geral eram extremamente valorizados e apenas o druida que poderia batizar pessoas ou lugares. Em Roma era levado em consideração essencialmente o gentílico, ou seja, os nomes utilizados por todos os membros detentores dos mesmos genes, na nomeação de uma pessoa.

2.3 IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO COM O PASSADO E ORIGENS DA MEMÓRIA

A percepção histórica, segundo Nora, com a ajuda do avanço da tecnologia midiática se expandiu de maneira assustadora, substituindo a memória ligada à herança, pela efêmera e tênue atualidade. Se pudéssemos ainda habitar nossas memórias certamente não haveria necessidade em se preservar e se consagrar os lugares. O que assistimos atualmente é o fim das sociedades-memória, as quais garantiam a conservação e a transmissão dos valores, bem como o fim das ideologias-memórias que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro ou que “escolhiam” o que deveria ser retido do passado para a preparação para o futuro.⁷³

Enquanto a consciência temporal da alta modernidade no ocidente procura

⁷² TIZIO, Ideli Raimundo di. **Tietê ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear: uma proposta de lei**. 2008. Tese de doutorado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Doutorado: Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.p.97

⁷³ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo. n. 10, dez. 1993.

garantir o futuro, a mesma consciência temporal no final do século XX agregava a tarefa de assumir a responsabilidade pelo passado. Esta “cultura da memória” revela a incapacidade em se lembrar, processo ocasionado e agravado pela atuação da mídia, que torna a memória mais disponível a cada um de nós. A todo momento estamos expostos a informações rápidas e de fácil acesso, as quais muitas vezes nem são de fato legítimas ou fundamentadas em fatos concretos. Esse acesso veloz e patente corrobora manipulações oligárquicas que buscam a todo custo instituir e influenciar comportamentos.

Atualmente as memórias pessoais e culturais estão sendo diretamente afetadas pela ascensão de uma nova temporalidade, devido à aceleração do ritmo da vida material por um lado, e pela emergência cada vez mais veloz das imagens e das informações através do ramo midiático.⁷⁴ É de suma importância destacar o papel das tecnologias nesse processo, posto que a mesma não conduz a memória pública ingenuamente, sucedendo de maneira imperativa e estrutural, emergindo a dúvida se a amnésia do capitalismo tardio teria deixado algo parecido com a memória real.

Esta supervalorização da memória pode ser atribuída a uma lenta, porém palpável, modificação da temporalidade em nossas vidas, a vista disso quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global, o qual não nos inspira “confiança”, mais notório é nosso desejo em nos arraigar aos sentimentos do passado, o qual nos transmite a sensação de “conforto”.⁷⁵ Sobre o tema, Huyssen⁷⁶ constata:

Mesmo que a amnésia seja um subproduto do ciberespaço, precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí então, talvez, seja hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória.

Para Huyssen, quanto mais a nossa memória é arquivada em um banco de dados mais o passado é transportado para o presente, acessível na tela. Essa simultaneidade e imediatismo fornecido pelo acesso eficiente das imagens é imaginário, no momento em que essa sincronia vai desfazendo a alteridade entre passado e presente, a tendência é a perda de sua âncora no real, logo os limites entre

⁷⁴ HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

⁷⁵ Ibidem. p.37.

⁷⁶ Ibidem. p.37.

fato e ficção se perdem no mundo imaginário da tela.

Sendo o passado “deixado de lado” o autor coloca que na memória congelada, o passado não é nada além de um fato transcorrido. Este processo instaura um “pânico” público frente ao esquecimento visto que a memória de uma sociedade se constrói por meio do corpo social de crenças e valores, rituais e instituições, embora no caso específico das sociedades modernas, em que a memória se constrói em espaços públicos como o museu, o memorial e o monumento.⁷⁷

Le Goff entende monumento como aquilo que pode evocar o passado, perpetuando voluntária ou involuntariamente a recordação, tornando-a um legado à memória coletiva.⁷⁸ Todavia, Huyssen salienta o excesso de monumentos como forma de promover uma invisibilidade do passado. O lema nos últimos anos na Alemanha, por exemplo, vem sendo: “a redenção pela memória”, em que inúmeros monumentos vêm sendo construídos desde então, lembrando o Holocausto principalmente, levando o autor a questionar se essa não seria uma maneira de proporcionar invisibilidade ao fato histórico, uma vez que para alguns autores como Robert Musil, não há nada tão invisível quanto um monumento. Para o autor, Berlim está optando pela invisibilidade, o que significaria a redenção pelo esquecimento, monumentalidade assim se esboça como um embelezamento e um empacotamento do passado, alimentando subliminarmente o esquecimento.⁷⁹

A consciência sobre o passado é primordial a nossa sobrevivência pois faz parte do nosso cotidiano, se faz presente em cada cenário, cada declaração, conservando vestígios de tempos pretéritos. Entretanto, não se tem consciência de boa parte desses resíduos levando a acreditar que são parte, apenas, do tempo presente, emergindo o esforço em reconhecer suas origens.⁸⁰ A memória sem uma releitura do passado, torna impossível o reconhecimento da diferença, muito menos a compreensão das complexidades e instabilidades de identidades pessoais, culturais, políticas e nacionais, daí a importância do vínculo do indivíduo com o passado.⁸¹

A referência ao passado é essencial para manter o sentido de coesão dos grupos

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. Trabalhos da Memória. São Paulo: PUC. N.17. Nov. 1998. p. 65.

⁸¹ Ibidem.

e das instituições que compõem a sociedade, o que significa fornecer um quadro de referências a mesma. Esses pontos de referência são manifestados por meio de representações tais como, linguagem, rituais, comidas, símbolos religiosos e comportamentais os quais reproduzidos consciente ou inconscientemente, em nossas ações diárias, tornam possível a construção da memória coletiva. Burke ilustra isso ao dizer que possuímos acesso a esse passado por intermédio de categorias e esquemas as quais são consideradas representações coletivas culturais.⁸²

O passado deve ser apreendido separadamente e como integrante do presente, posto que os aspectos dele permanecem nos gestos, palavras, regras e comportamentos.⁸³ Na verdade, o que ocorre é a consciência do passado coexistindo com o presente concomitante à ideia de antagonismo entre os mesmos, mecanismo que nos é inconsciente diante da percepção da vida orgânica. Lowenthal⁸⁴ acrescenta:

Uma consciência do passado mais completa envolve familiaridade com processos concebidos e finalizados, com recordações daquilo que foi dito e feito com histórias sobre pessoas e acontecimentos- coisas comuns da memória e da história.

A capacidade em compreender o passado é deficiente em muitos aspectos, visto que os resíduos remanescentes de fatos e pensamentos passados representam uma ínfima fração do fato transcorrido. Isto emerge a necessidade da confirmação de nossas lembranças por outras pessoas a fim de aprovar as nossas próprias memórias e lhes dar o sentido de continuidade, o que corrobora a tradição em valorizar os discursos de parentes mais velhos, os quais são considerados pelas sociedades tradicionais, como detentores de conhecimento e sabedoria.

Todavia, essa sabedoria perpetuada através dos vínculos parentescos, muitas vezes multiplicam progressivamente ideias e condutas ditadas como corretas outrora, mas que, no entanto, passam a ser ultrapassadas. Assim, condutas sociais, atualmente consideradas autoritárias e antidemocráticas, e até mesmo o preconceito, são muitas vezes reeditados a partir da memória exemplar, aquela que foi elegida como a

⁸² BURKE, Peter, Variedades de história cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁸³ Ibidem. p 4

⁸⁴ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. Trabalhos da Memória. São Paulo: PUC. N.17. Nov. 1998. p. 65.

representante dos fatos transcorridos no passado⁸⁵

2.4 CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Para Nora, o que ocorreu na contemporaneidade foi uma aproximação muito rápida com a Psicologia, fundamentalmente com a psicanálise de Freud, a qual reflete a especialização dos estudos de memória por partes leigas da sociedade. Ou seja, o que o autor vem dizer é que houve uma coerção dos grupos sociais a redefinir suas identidades pela revitalização de sua própria história.⁸⁶

Desta forma, a mudança da história-memória, o que até então era apresentada como história, mas que, no entanto, era de fato a memória, ocasionou esta justaposição à psicologia individual, levando a uma “psicologização” integral da memória focando em uma relação da memória voltada para si.⁸⁷

Ao buscar a relação da composição de memórias com a psicanálise podemos traçar algumas explicações físicas para a mesma sob a perspectiva de Sigmund Freud. Segundo Caropreso, o médico e pesquisador acreditava que todo o sistema psíquico, ou mesmo toda representação gerada por algum estímulo externo, ou não, seria necessariamente consciente, vista disso a autora expõe que Freud acreditava na hipótese de que o aparelho neuronal seria composto por três sistemas básicos: o sistema de percepção, o sistema de memória e o sistema responsável pela produção de qualidades sensoriais (consciência perceptiva). Inicialmente o sistema de percepção receberia a excitação ou estímulo de origem externa ou exógena o qual após percorrer o mesmo seguiria em direção ao sistema de memória, onde se constituiriam as representações, e seguiria para o sistema de qualidades sensoriais.⁸⁸

Essa descrição do percurso de excitação ou estímulo externo provaria, segundo Caropreso, como a constituição da representação viria antes de tornar-se consciente. Desta forma, a representação seria pensada como um fato de memória anterior e

⁸⁵ TODOROV, Tzevetan. La Memoria amenazada. En: Todorov, Tzvetan. Los Abusos de la memoria, Paidós, 2000, Barcelona.

⁸⁶ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. n. 10, dez. 1993.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ CAROPRESO, Fátima. Relação da Memória, Percepção e Consciência. Campinas: Revista AdVerbum, 2006.

independente da consciência. Contudo, mais tarde Freud teria acrescentado a possibilidade de um modelo neuronal em que a memória seria posterior à consciência perceptiva, o que tornariam as percepções conscientes imediatamente.⁸⁹

Para Freud, o sistema de memória ou representação passaria ao longo do tempo por “reordenações”, as quais ficariam registradas por meio de transcrições. Essas transcrições seriam aquisições psíquicas de fases sucessivas da vida incorporadas ao longo do desenvolvimento do indivíduo à medida que os traços mnêmicos fossem sendo transcritos. Para Caropreso, o pesquisador provou que essas representações, transcritas por meio de aquisição de novos princípios associativos ao longo da vida, nossas recordações ou lembranças conscientes, se tornam mais distantes daquelas vivenciadas originalmente.⁹⁰

Para Pollak, *a priori*, a memória é de um fenômeno estritamente individual, íntimo e próprio da pessoa, contudo, ele salienta, os elementos constitutivos da memória são os acontecimentos vividos pessoalmente, os acontecimentos vivenciados pelo grupo ou pela coletividade, os quais a pessoa se sente pertencer embora nem sempre ela tenha de fato participado do acontecimento, e a socialização política ou histórica que gera um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, que o autor designou como “memória herdada”. A memória, assim, está associada a acontecimentos, personagens e lugares que podem ser reais, empiricamente fundados em fatos concretos, bem como podem ser também fruto de projeções de eventos, não necessariamente vivenciados pelo indivíduo.⁹¹

Halbwachs entende memória como um fenômeno essencialmente coletivo e social, também passível de transformações. Para ele, as memórias são integralmente coletivas, e recebem inevitavelmente influências externas compartilhando signos e lugares, sendo sua manifestação no entanto individual, visto que nenhum indivíduo participa dos mesmos grupos sociais, e mesmo que participassem não exercem sempre as mesmas funções sociais. Sendo assim, a memória individual seria apenas um ponto de vista sobre a memória coletiva, trazendo à tona as experiências vividas e compartilhadas com diversos grupos sociais, as quais, apesar de não estarem necessariamente presentes no acontecimento rememorado, deixaram sua marca na

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992.

paisagem, mesmo que esteja apenas registrado na memória do indivíduo que pratica a rememoração. Assim, Halbwachs assim como Pollak, acredita que a memória é construída por meio da vivência social, mas não necessariamente é experiência.⁹²

Memória individual e coletiva, entretanto, não se opõem num mesmo plano, e sim em universos que se tornaram alheios um ao outro. Por conseguinte, a memória possui seu caráter individual sem que, no entanto, se possa transferir as lembranças de uma pessoa para outra, sendo a mesma essencial para a construção de um vínculo original deste indivíduo com o passado. O vínculo social de consciência com o passado

está na memória, ou seja, o que nos liga a ele são os signos, acontecimentos e personagens que elegemos como constituinte de nossas memórias.⁹³

Este fenômeno é passível de alterações, dependente do momento em que esta é articulada e expressa, ou seja, os acontecimentos externos afetam diretamente a construção da memória podendo afetar sua estrutura e organização.

Esta memória “organizada” citada pelo autor trata-se, essencialmente em sua obra, da memória nacional, a qual muitas vezes transforma-se em objeto de disputa podendo gerar conflitos de seleção do que vai ser gravado ou não na memória de um povo, o que comprova segundo ele, que a memória é de fato um fenômeno construído, podendo ser ou não consciente. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.⁹⁴

Pollak admite que há contradições dentro das sociedades, as quais se manifestam na memória, tornando-a contraditória mesmo que não haja uma memória “comum”.⁹⁵ Esses diferentes “discursos de memória” podem ser explicados, segundo Burke, por diversos fatores, dentre eles o fato de que na maioria das vezes a história é escrita por “vencedores”, os quais podem se dar ao luxo de esquecer, ao passo que para os “perdedores” é muito mais complexo ocultar os fatos, remoendo-os, revivendo-os, e refletindo como poderia ter sido diferente. Memória assim é

⁹² HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

⁹³ RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Trad: Alain François et. al. Ed: Unicamp. Campinas, São Paulo. 2007.

⁹⁴ Ibidem.p.204.

⁹⁵ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992.

instrumento e objeto de disputa sendo algo valorizado pelo qual e através do qual se luta.⁹⁶

Pollak destaca que nos últimos quinze anos na Europa tem ocorrido uma predileção pelos estudos dos “conflitos” e “disputas” de memória em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade, o que deve ser atribuído às verdadeiras batalhas da memória que assistimos. Para ele, as memórias podem e são de fato concorrentes uma vez que elas sendo sempre complementares, como Halbwachs coloca, em algum momento se encontram.⁹⁷

O autor cita em alguns momentos de sua obra a existência das memórias subterrâneas que são fruto do processo de estruturação de memórias fundamentando que sempre ocorre uma intencionalidade em “mascarar” a opressão que ocorre na relação assimétrica entre os grupos de formação de memória, uma ideia que poderia ter fundamento na teoria de disputa de classes de Karl Marx. Uma vez que ocorre esta interação assimétrica nesses discursos de formação de memórias, para Pollak qualquer grupo, qualquer ideologia ou pensamento é posto como verdade enquanto que essas “memórias subterrâneas passam a ser consideradas libertadoras e corretas, em grande parte das vezes.⁹⁸

Em momentos considerados conflituosos ou de crise a memória hegemônica se mostra que talvez nunca tenha sido de fato hegemônica visto que essas “memórias subterrâneas” ressurgem a fim de retomar ou até mesmo ganhar certo espaço. O que ocorre é um processo de alternância, ou seja, dinâmico, em que estes discursos entre “dominante” e “dominado” se alternam. Por consequência, sempre haverá esta divisão entre as memórias de um grupo, contudo, não é por isso necessariamente que deverá ocorrer uma clivagem entre os detentores do poder e os subalternos.⁹⁹

É preciso tomar consciência da necessidade da importância de uma negociação entre estes grupos, estruturadores de memórias, visto que nunca se assume o poder sem uma resignificação de memória. Por isso, antes de almejar uma resignificação do *status quo*, é preciso tempo e cautela, sendo um processo trabalhoso e artificial.

A construção de memórias ocorre por meio de suportes externos, como frisa

⁹⁶ BURKE, Peter, *Variedades de história cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ POLLAK, Michael. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992.

Pollak, que seriam pontos de referência que estruturam e corroboram a construção da memória coletiva. No ocidente não há registros de sociedades que não utilizem de suportes de memória, não havendo nada de imaterial ligado a esse fenômeno dado que para se perpetuar uma memória, é necessário algum recurso material, nem que este seja o próprio indivíduo.¹⁰⁰ Ricoeur diz que o indivíduo sendo o local de produção de memórias, é, pois, um local de diferenças que se leva em consideração distintos pontos de vista, daí a necessidade em se trazer o mesmo como foco central da discussão.¹⁰¹

Sendo ela um fenômeno socialmente construído por meio de suportes externos, ela torna-se parte integrante do convívio social dos indivíduos. Tendo isto em vista, Pollak faz uma relação dessa construção social da memória, em se tratando de herança no âmbito fenomenológico da mesma, com o sentimento de identidade. A memória favorece diretamente a noção de identidade, de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo, sendo ela um elemento integrante da identidade. Considerando o fator externo e sua importância para a estruturação da mesma, o outro se apresenta como ponto de referência em relação a critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade sendo negociada diretamente com o indivíduo ou grupo “formador” de memória.¹⁰²

Os grupos sociais mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras, da mesma forma que instrumentos legais conferem às companhias e às propriedades privadas imortalidade em potencial.¹⁰³ Sendo um fenômeno coletivamente fundado, a memória torna-se passível de ser apropriada e manipulada, social ou coletiva ela é muito importante para estabelecer um vínculo da sociedade com o espaço geográfico, que pode se tornar alvo de disputa e divergências entre grupos e organizações sociais.

Os fatos que sobrevivem não são o conjunto daquilo que existiu, mas a escolha exercida por forças externas e internas.¹⁰⁴ Sendo assim, as memórias são

¹⁰⁰ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. n. 10, dez. 1993.

¹⁰¹ RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Trad: Alain Fraçois et. al. Ed: Unicamp. Campinas, São Paulo. 2007.

¹⁰² POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados. As ações humanas, são transmissoras de memórias posto que evidenciam aptidões que deixam traços ou muitas vezes imprimem-se em rituais de comemoração, para os historiadores posteriores estudarem, rituais que são tentativas de impor interpretações do passado, formar a memória e construir a identidade social, se efetivando como representações coletivas. Burke¹⁰⁵ acrescenta:

Considerando-se o fato de que a memória social, com a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade.

Caso esta reorganização da memória torne-se necessária fica evidente estes conflitos sociais, posto que a mesma demanda um preço a ser pago, diretamente ligado a identidades coletivas. Por identidades coletivas, Pollak entende: “os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”.¹⁰⁶

O restabelecimento integral do passado é considerado impossível e espantoso. O que atualmente se faz, voluntariamente, é uma seleção de algumas partes que serão conservadas e outras imediatamente ou progressivamente marginalizadas e conseqüentemente perdidas.

Os regimes totalitários tendem a selecionar as memórias que serão evidenciadas, impondo e produzindo memórias, acarretando uma “violência social”. Todo processo de seleção, do que deverá ser destacado no processo de estruturação da memória, possui uma intenção em ocultar ou omitir sua total intencionalidade, desta maneira a memória vivenciada, de fato, acaba sendo posta de lado.¹⁰⁷

A memória sem dúvida, diante do exposto, é instrumento de poder que consegue legitimar e instituir o mesmo. Segundo Todorov, a tradição é a base do conhecimento legítimo, o que geralmente é conservado ou até mesmo preservado nas sociedades em geral. Quando se estima algo do passado, impreterivelmente, busca-se justificar algo

¹⁰⁵ BURKE, Peter, Variedades de história cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹⁰⁶ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992.

¹⁰⁷ TODOROV, Tzvetan. La Memoria amenazada. En: Todorov, Tzvetan. Los Abusos de la memoria, Paidós, 2000, Barcelona.

no presente, assim a memória olha o passado em busca de continuidade enquanto que a história procura rompimento.¹⁰⁸

O passado faz parte de uma memória literal visto que ele é verdade, sendo intransitivo, sua autenticidade está justamente pautada em sua veracidade. Desta maneira, o passado, ou a memória literal, é vendido como verdade absoluta.

¹⁰⁸ Ibidem.

CAPITULO 3

A PAISAGEM COMO REFLEXO DAS ATIVIDADES HUMANAS: UMA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS TOPONÍMIAS UBAENSES

Até o momento vem sendo realizada uma discussão sobre a ocupação do município de Ubá, resgatando sua trajetória no contexto da Zona da Mata Mineira sob o ponto de vista essencialmente social. Nesta linha, permanece-se o discurso que salienta as toponímias como meio de apropriação territorial e até mesmo cultural, influenciando pontualmente na composição da memória.

Neste capítulo, desenvolve-se argumentação voltada à paisagem cultural de Ubá sob o ponto de vista antroponímico. Nota-se a escolha das pessoas homenageadas para a nomeação das ruas da Zona Central¹⁰⁹ do município, a fim de levantar uma interpretação sobre o papel dos antrotopônimos no contexto de formação da cidade.

Para tanto, sucederá uma exposição da trajetória do conceito de paisagem, os momentos de construção do conceito ao longo da história e como ele se consolidou como um objeto de estudo da geografia. Pretende-se discutir o conceito sob a perspectiva geográfica, destacando o seu papel enquanto um dos conceitos-chave da disciplina geografia e sua interpretação pela perspectiva cultural. Intenciona-se aqui evidenciar discursos de autores que qualifiquem a pertinência da Paisagem Cultural no estudo histórico geográfico, além de associar o conceito ao entendimento de memória social e coletiva. Ao discorrer acerca do assunto, traz-se a ação de nomear espaços ao centro da discussão, salientando-a como recurso de poder na sociedade.

3.1 O “CULTURAL” NA TRAJETÓRIA GEOGRÁFICA

Nos primórdios dos estudos sobre cultura na ciência geográfica os pesquisadores da área se destacaram em compreender o espaço, e fundamentalmente a paisagem, como elementos constituintes das relações sociais e ao mesmo tempo reflexo delas. Entender como os grupos humanos estabelecem relações com o espaço e ao mesmo tempo como o modelam, fazia parte dos focos de pesquisa. Assim, o

¹⁰⁹ Admite-se como Zona Central do perímetro urbano do município de Ubá, as áreas conforme listadas no Anexo II da Lei Complementar nº030 de 11 de julho de 1995, a qual institui normas de urbanismo e edificações para o município de Ubá e dá outras providências. Nesta investigação reconhece-se tal delimitação institucional e foi feita desta maneira uma vez que a pesquisa é baseada em documentos públicos de acesso direto à comunidade.

interesse dos geógrafos pelos problemas culturais surgiu na mesma época da Geografia Humana, no final do século XIX.¹¹⁰

A geografia humana desde o início possui um lugar imprescindível nas realidades culturais, tendo sido enxergada durante um bom tempo sob ótica reducionista colocando o foco sobre as técnicas, utensílios bem como as transformações da paisagem. Tendo surgido sob influência das ciências naturais, a geografia humana resistiu durante muito tempo a levar em consideração dimensões da realidade humana mais sensíveis à diversidade das paisagens do que a originalidade dos homens e de suas iniciativas.¹¹¹

Segundo Claval, o desenvolvimento dos estudos culturais na geografia pode ser separado em três momentos; O primeiro corresponde ao final do século XIX até os anos 1950 em que os pesquisadores adotavam uma perspectiva positivista, ignorando a dimensão psicológica da cultura. Nesta fase, o interesse estava focado nos aspectos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e os gêneros de vida, sendo as representações e as experiências subjetivas dos lugares voluntariamente esquecidas.¹¹²

Na Alemanha, na década de 1850, Friedrich Ratzel destacou a importância dos fatos de cultura uma vez que eles se unem aos meios de aproveitamento do ambiente e àqueles constituídos para promover os deslocamentos. Mas a cultura era analisada principalmente sob seus aspectos materiais, sendo um conjunto de artefatos usados pelos grupos humanos e sua relação com o espaço. Por volta de 1900, Schlüter trouxe a geografia humana como a forma que os grupos modelam o espaço em que vivem, transformando a natureza, cultivando e construindo habitações, trazendo neste momento o estudo dos estabelecimentos humanos à centralidade da disciplina.¹¹³

Trinta anos após os primeiros trabalhos alemães nesta área, os pesquisadores estadunidenses começaram a desenvolver estudos neste ramo e quem se destacou foi Carl Sauer. Além de limitar a geografia àquilo que era legível na superfície terrestre,

¹¹⁰ CLAVAL, Paul. Transmissão da experiência coletiva e gênese das culturas In. CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

assim como os geógrafos alemães, o fundador da Escola de Berkeley¹¹⁴ também ignorava as dimensões sociais e psicológicas da cultura.¹¹⁵

Vidal de la Blache na França, assim como Ratzel na Alemanha, partia da concepção da Geografia Humana a partir das influências do meio sobre as sociedades. Assim como para os geógrafos norte americanos e alemães, a cultura para Vidal se apreendia por meio dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam.¹¹⁶

O segundo momento são os anos 1960 e 1970 em que ocorre uma reestruturação da geografia cultural, numa tentativa em se utilizar os preceitos da “Nova Geografia” para uma sistematização epistemológica. Essencialmente no início dos anos 1970 essa renovação da geografia cultural se manifesta em quase toda parte de maneira semelhante, os lugares passam a ser enxergados para além de suas formas e cores, carregados de sentido para os que o habitam. Logo, pesquisas sobre a percepção do espaço e do ambiente na psicologia tornam-se interessantes neste momento.¹¹⁷

E por fim, após a década de 1970, houve uma mudança importante no ramo uma vez que a geografia cultural deixa de ser tratada apenas como um subcampo da geografia humana e alcança o mesmo patamar da Geografia Econômica e Política.¹¹⁸

Desde a década de 1980 vem ocorrendo uma disputa acirrada no campo da geografia cultural em que os geógrafos mais jovens, formados no fim da década de 1970 e 1980, são contrários às posições da geração anterior, das décadas de 1950 e 1960. A geração mais antiga é composta em sua maioria por norte-americanos,

¹¹⁴ Durante as décadas de 1930, 1940 e 1950 Carl O. Sauer orientou projetos de pesquisa de inúmeros alunos de pós-graduação na Universidade de Berkeley na Califórnia, onde era diretor do departamento de geografia. Isso acarretou na criação de um departamento acadêmico que possuía identidade própria e um lugar estabelecido na geografia norte-americana. O mesmo possuía geógrafos que se baseavam na abordagem histórico-cultural de Sauer e enfatizavam as paisagens da América tropical tendo influência direta das disciplinas de história, antropologia e ciências naturais. A essa corrente de pensamento estabelecida nesse departamento essencialmente durante o período de 1930-1950 chefiada por Sauer, é dada o nome de “Escola de Berkeley”. MATHEWSON, Kent; SEEMONN, JORN. *A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley. Um precursor ao surgimento da história ambiental*.

¹¹⁵ CLAVAL, Paul. Transmissão da experiência coletiva e gênese das culturas In. CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ CLAVAL, Paul. Transmissão da experiência coletiva e gênese das culturas In. CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

agregando alguns pesquisadores britânicos. Aliás, com a contribuição dos estudos culturais britânicos houve uma virada cultural cada vez mais real e palpável nas ciências sociais, embora muitos desses estudiosos britânicos não serem tão próximos da Geografia Cultural americana tradicional e qualquer tradição geográfica própria.¹¹⁹

Atualmente entende-se que qualquer intervenção humana na natureza desencadeia sua transformação em cultura, embora esta transformação nem sempre seja visível à maioria dos observadores.

Entretanto, é importante destacar que o estudo da cultura, essencialmente sobre olhar geográfico, sempre está atrelado ao estudo do poder, uma vez que um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como sendo a objetiva e válida para todas as pessoas. Assim, o poder é um mecanismo de reprodução da cultura ocorrendo de maneira mais eficaz quando são mais “sutis”, menos visíveis, quando os interesses dos grupos detentores de poder (geralmente econômico e político) se dão como sendo comum.¹²⁰

Desta maneira, a Geografia Cultural na contemporaneidade não trata mais de um espaço de partilha ou mesmo de um projeto intelectual, mas um espaço institucional com distinções epistemológicas consistentes. Pode-se assim entender que a geografia cultural na atualidade comporta pesquisadores dos padrões de objetos no espaço, sem ligação com o processo cultural, bem como aqueles que investigam o processo cultural sem, no entanto, se referir ao espaço, lugar ou mesmo à paisagem.¹²¹ Destarte, o objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente social compreendendo os significados que estes empregam ao espaço e o sentido dado as suas vidas.¹²²

No presente trabalho compartilha-se a ideia difundida por autores como Peter Jackson e Mitchell em que a cultura não é causativa e pode ser usada como

¹¹⁹ DUNCAN, J.S. Após a Guerra Civil: Reconstruindo a Geografia Cultural como heterotopia. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: um século (2). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

¹²⁰ COSGROVE, Denis E. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs). Introdução à Geografia Cultural. 6°. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

¹²¹ Ibidem.

¹²² CLAVAL, Paul. Transmissão da experiência coletiva e gênese das culturas In. CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. 3º ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

explicação para diferenças sociais no mundo material, sendo algo socialmente construído e contestado frequentemente, e que vem sendo controlada historicamente pelos detentores do poder.¹²³

Para tal investigação, a cultura trata de algo coletivamente criado, moldando os indivíduos e determinando os contextos da vida social, os quais são meios de organizar e dominar o espaço geográfico.¹²⁴

Desta maneira, a cultura está intrinsecamente ligada às relações sociais e a maneira como as diversas sociedades se relacionam com o espaço geográfico, registrando a paisagem tanto em seu aspecto natural, morfológico, como cultural. Por se tratar de um trabalho que visa analisar os registros históricos de poder no lugar, a paisagem ganha um foco essencial nesta investigação, tornando necessário o esclarecimento de alguns aspectos deste conceito.

3.2 A PAISAGEM NA GEOGRAFIA E SUA CONSOLIDAÇÃO

A paisagem, enquanto conceito possui um significado muito expressivo na geografia humana e especialmente na geografia cultural sendo ela antes de tudo uma forma de ver o espaço e uma maneira de adequar este em uma cena. No ocidente, o primeiro termo para se remeter a paisagem foi a palavra alemã *landschaft*, termo que existe desde a Idade Média para se referir a região de dimensões médias, que no território desenvolviam-se pequenas unidades de ocupação humana.¹²⁵ Aliás é na Alemanha que durante o século XIX a paisagem ocupa seu lugar na Geografia Tradicional por meio do viajante e naturalista Alexandre Von Humboldt e de Ratzel.

A pintura teve um papel fundamental na compreensão das paisagens uma vez

¹²³ JACKSON, Peter. A ideia de Cultura. Disponível em < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6137/4409>>. Acesso em 20 fev. 2017.

¹²⁴ CLAVAL, Paul. Transmissão da experiência coletiva e gênese das culturas In. CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

¹²⁵ MAXIMIANO, Liz. Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. Ra'ega – O espaço geográfico em análise. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719p.84-85>>. Acesso em 04 mar. 2017.

que para os artistas e intelectuais do século XV ela apenas servia como artigo contemplativo, mas foi durante o século XVII, que este mesmo olhar atento permitiu o entendimento das mesmas como registro das marcas deixadas pelos grupos humanos na paisagem, símbolos estes facilmente verificáveis nas técnicas de agricultura por exemplo.¹²⁶

Os primeiros estudos sobre paisagem concentraram-se nas características naturais, apenas como reflexo das relações do homem com a natureza, atentando-se à descrição de formas físicas. Evidentemente a paisagem vai muito além dessa concepção, posto que a maneira como os grupos humanos se relacionam com o meio físico, estabelecendo laços culturais, sociais e econômicos influi em como essa paisagem cultural vai sendo moldada.

Salgueiro expõe que a análise da paisagem, era enfocada na descrição de formas físicas da superfície terrestre, entretanto as transformações humanas no espaço passaram a ser consideradas, depois de um tempo, particularizando as paisagens culturais diante das paisagens naturais destacando as inter-relações mútuas. Num primeiro momento, Salgueiro identifica duas maneiras principais de estudo das paisagens pelos geógrafos; uns enxergavam a mesma como uma fisionomia caracterizada por formas, recorrendo ao método morfológico; outros analisavam a paisagem como fruto de inter-relações físico- naturais dos fenômenos no espaço.¹²⁷

Logo, pode-se admitir que por algum tempo a paisagem foi entendida apenas sob seus aspectos naturais, valorizando estritamente suas características físicas, visíveis a olho nu. No entanto, com a ascensão da Geografia Humana os aspectos culturais foram sendo incorporados a essa categoria de análise, considerando as relações sociais estabelecidas no espaço e grafias na paisagem para além dos aspectos visuais. O viés sociocultural passou a ser valorizado e o vínculo criado das sociedades com o meio analisado de uma maneira mais específica.

Cosgrove entende que seria interessante atribuir nossas habilidades interpretativas, que empregamos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro na análise das paisagens, visto que a mesma se trata da expressão humana intencional composta por muitas camadas de significados. Por meio desta capacidade

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Ibidem.

é possível compreender os signos e símbolos contidos nas paisagens por meio de uma análise mais subjetiva e menos atrelada às suas características físicas. Desta maneira o autor entende as paisagens como simbólicas, fruto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. E ele acrescenta:

Tais paisagens simbólicas não são apenas afirmações formais. Os valores culturais que elas celebram precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significados. Em grande parte, isto é realizado na vida diária pelo simples reconhecimento dos edifícios, nomes dos lugares etc.¹²⁸

A paisagem sob a perspectiva cultural trata então de uma marca, uma vez que revela uma civilização, faz parte dos seus processos de percepção, concepção e ação culturais, possuindo significados simbólicos pois é produto da apropriação humana.

Como marca ela é vista por um olhar, percebida por uma consciência, estimada por uma experiência, considerada por uma estética e uma moral e causada por ações políticas.¹²⁹

Em vista disso, é compreensível a necessidade em reforçar a paisagem como artifício transformador e ao mesmo tempo condicionante compondo aspectos culturais relevantes da sociedade, expressando valores, posturas e o ser humano como contemplador e explorador.¹³⁰

A paisagem então é reflexo das relações das sociedades com o espaço, capaz de representar por meio de símbolos as tendências socioculturais e as intervenções políticas impressas neles, como é o caso dos nomes de lugares que se tornam meios de afirmação de poder de determinados grupos sociais sobre outros. As manifestações culturais que vivenciamos são exemplos destas “grafias”, a culinária, a dança, a música, as festas religiosas, todas tratam-se de expressões culturais construídas por gerações e perpetuadas diariamente. Logo, é seguro afirmar que todas essas manifestações e expressões cotidianas constroem a paisagem cultural das civilizações.

¹²⁸ Ibidem.p.97.

¹²⁹ BERQUE, Augustin. A Paisagem- Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

¹³⁰ SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. Paisagem: um conceito chave em Geografia. In: EGAL-12º Encontro de Geográfico da América Latina. Montevideo, 2009. Disponível em:<
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/23>.

Como marca, a paisagem representa as tendências sociais de grupos humanos, e revela um local de conflito social, porque o que se escolhe grafar é o que os grupos detentores de poder anseiam. Sendo um espaço de conflito de poder as paisagens contém símbolos evidenciados e “camuflados” em sua essência. Como é o caso da religião católica no Brasil que é a todo momento reverenciada e respeitada por meio de seus símbolos expostos na paisagem, igrejas, templos, capelas, santuários, além dos rituais como procissões, festas e quermesses por exemplo. Em contrapartida, temos as religiões de origem ou influência africana, como é o caso do Candomblé e da Umbanda, que possuem seus templos, festas, reverências silenciados e contidos pelo preconceito dos agentes de poder na sociedade.

Por esse motivo, o poder influi de maneira consistente na grafia das paisagens, intervindo no arranjo delas ao escolher o que deve ser evidenciado e emudecido. Compreendendo a paisagem como reflexo de um discurso, ela é uma maneira de reforçar o poderio de grupos sociais, impactando diretamente a construção de memórias. A paisagem como marca, registra as tendências sociais durante inúmeras gerações ao passo que como matriz ela pode produzir olhares e percepções, além de influenciar na criação de vínculos com o espaço.¹³¹ A paisagem posta provoca intervenções nas interações sociais, fundamentalmente no que concerne o exercício de poder. Por isso, o poder não se trata do centro, muito menos da essência da política, mas das estruturas que influenciam hábitos ou ordenam funções para a realização de uma meta.¹³²

Da mesma maneira que a paisagem é reflexo das interações sociais e de poder, ela reflete nestas relações. Sendo “plurimodal” ela é marca e matriz, expressando os hábitos e costumes de povos que passaram naquele espaço e influenciando os comportamentos presentes e futuros. Então a disposição dos nomes de lugares, mais especificamente aqui de ruas, representa um momento de exercício de poder de um grupo assim como influi diretamente na construção de memórias sociais dos municípios.

Os nomes de ruas tradicionalmente representam uma manifestação cultural

¹³¹ BERQUE, Augustin. A Paisagem- Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

¹³² BONAMETTI, João Henrique. A paisagem urbana como produto do poder. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193115578009>>. Acesso em 22 jan. 2017.

que busca homenagear moradores que significaram algo importante para o local. Na teoria, a intenção em se condecorar moradores por sua relevância social no local é interessante, porque representa o vínculo daquela população com o espaço, de alguma maneira o nome torna-se um símbolo da importância que esta pessoa significou para o local. Todavia, na prática, as atuações de poder de grupos sociais no espaço acabam por usurpar tal relevância, buscando batizar ruas com o intuito político e como meio de reforçar o seu poder social.

Segundo Bronametti, o progresso histórico da paisagem urbana e seus processos de influências mostra que sempre se procurou expressar o ideal de poder afim de refletir os arquétipos políticos, econômicos, estéticos e culturais. Deste modo, a paisagem urbana deve ser percebida a partir de um arranjo espacial sujeito a valores e princípios essenciais à sociedade a que pertence.¹³³

A cidade como paisagem tem o diferencial de ser repleta de significados, símbolos e signos, os quais configuram a memória social local. Logo, ler a cidade como um texto significa interpretar os diversos significados que foram impressos nela durante anos requerendo, no entanto, o conhecimento geohistórico do lugar. Por meio dessas informações torna-se possível deduzir os motivos pelos quais se deram a presente configuração.

O poder tem na paisagem urbana um importante aliado na espacialização de seus anseios políticos, econômicos e sociais. A relação entre paisagem e poder fornece o conhecimento e a chave para o entendimento do espaço urbano e compreensão da inter-relação entre espaço e sociedade.¹³⁴

Ao levarmos em consideração tais premissas, as toponímias ubaenses estão diretamente relacionadas ao seu processo geohistórico. Deste ponto de vista é preciso considerar Ubá como um município de origem agrícola com uma sociedade baseada em preceitos oligárquicos e patriarcais os quais influíram de maneira notória na cultura local. Assim, não é surpresa que os nomes das ruas da cidade buscam, em sua maioria, atender os anseios políticos desses “herdeiros” das oligarquias locais.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem. p.271.

3.3 ANÁLISE DA PAISAGEM CULTURAL SOB O ASPECTO TOPONÍMICO

Em uma primeira análise empírica da cidade de Ubá é possível observar o grande número de nomes de ruas homenageando pessoas específicas, as quais boa parte carrega consigo títulos militares, científicos (“doutor”) e religiosos.

Torna-se indispensável ponderar que a paisagem urbana deve ser concebida por um arranjo espacial sujeito a valores e princípios filosóficos, relativos à sociedade à qual pertence. É onde se configura a sociedade, onde são produzidos os acontecimentos históricos e as mudanças socioeconômicas, ou seja, uma paisagem com atributos próprios que é entendida como cidade. Por isso, o poder tem na paisagem urbana uma enorme aliada na espacialização de suas pretensões políticas, econômicas e sociais sendo que a ligação entre paisagem e poder oferece o conhecimento e o caminho para o entendimento do espaço urbano e compreensão da inter-relação entre espaço e sociedade. Logo, a paisagem urbana é a exteriorização de valores materiais e culturais de uma determinada época e o espaço de ação do poder.¹³⁵

Sendo as toponímias elementos que registram os interesses sociopolíticos de grupos locais, elas também influem na constituição de identidades e pertencimento dos habitantes. Daí fundamenta-se a importância em se analisar as toponímias, como um elemento importante na paisagem cultural.

A cidade como palco de significados é um meio bastante utilizado para o exercício de poder político e econômico. No momento em que se nomeia uma rua com um sobrenome ou mesmo um nome de uma pessoa, é atribuída aquela pessoa um sentido de poder, visto que aquele nome ganha destaque no espaço. Entretanto, o interessante é observar quais nomes são elencados para essas homenagens, e quais famílias são destacadas no lugar. As primeiras perguntas a se fazer ao analisar a

¹³⁵ Ibidem.

composição de determinado espaço é: Essas pessoas moravam neste lugar? Qual o significado desta homenagem, ou seja, esta pessoa contribuiu em que para esta comunidade? Por que grafar na paisagem este nome na memória social local? Ao responder tais perguntas justifica-se de alguma forma tal atribuição.

A partir disso, ao escolher as toponímias como foco de análise, tais perguntas foram feitas internamente nos primeiros momentos da pesquisa. E as respostas foram em direção ao sentido político destas nomeações, ou seja, sabe-se que a atribuição de nomes às ruas é uma maneira geográfica de atribuir sentido aquele lugar e em contrapartida àquela pessoa, sobressaindo a mesma como ator da memória social a ser destacada.

De acordo com o que foi discutido no capítulo dois, a memória diz respeito a algo vivo e socialmente construído, a qual está sujeita a jogos de interesses sociais, políticos e até mesmo econômicos. Os nomes de ruas sendo parte integrante do espaço público é, portanto, um importante elemento de enquadramento de memória.

O espaço urbano é, pois, local de disputa de poder, onde memórias conflitantes se embatem uma vez que cada uma possui atores, símbolos e signos que as representam. No caso de Ubá, tendo sido por muito tempo habitada por povos indígenas, imigrantes europeus e africanos, cada um deles possuem signos que as identificam como a comida, a dança e a religião por exemplo.

Embora ambos tenham contribuindo para a construção da paisagem cultural ubaense, nem todos os símbolos e signos destes diferentes povos estão visíveis na área central, em uma análise desatenta. O que se observa são os símbolos dos povos europeus evidenciados na paisagem da Zona Central da cidade, a exemplo disso é a existência de duas igrejas católicas nesta área, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja de São Januário, dois centros espíritas kardecistas, Centro Espírita Ismael e Grupo Espírita Paiva Campos, além dos templos protestantes, como a Igreja Universal e a Igreja Maranata. Quanto às religiões de origem indígena e africanas nenhuma delas possuem templos ou demais monumentos que a representem nesta área.

Todas essas referências religiosas são interpretadas aqui como suportes de memória os quais podem levar à ocorrência da mesma, ou seja, a partir do momento em que é grafado no espaço signos que nos remetem à memória os que não estão

presentes nesta paisagem tornam-se memórias subterrâneas, as quais existem, mas forças políticas locais as impedem de serem evidenciadas nas áreas centrais.

Outro ponto pertinente é a hierarquização dos nomes das ruas, ao se pensar quais nomes de pessoas são escolhidos para batizar as ruas da Zona Central de uma determinada cidade, partindo do pressuposto que esta seria a área de maior destaque em uma primeira análise de um observador qualquer. Entendendo que estas ruas têm um destaque social em seu sentido político, os nomes que são atribuídas a elas não são aleatoriamente escolhidos tampouco despreziosamente interpretados.

Sendo assim, quanto mais central na cidade estão localizados os nomes, maior destaque social ele possui, logo, maior é o interesse dos grupos dominantes em marcá-las com nomes de pessoas que as representem. Assim, se nomes de pessoas são grafados nestas áreas, teoricamente a mesma representou um grande papel para a cidade. Levando em consideração que a sociedade ubaense tem raízes oligárquicas, típico de municípios de origem agrícola, é esperado que os nomes das ruas centrais homenageassem famílias de grupos sociais que exercem ou exerceram no passado alguma influência política na cidade.

Os nomes das ruas da cidade de Ubá historicamente são escolhidos pela Câmara Legislativa Municipal, ficando a cargo os vereadores a decisão da denominação das ruas da cidade.¹³⁶

Então, não foi de caráter aleatório que para esta pesquisa foi escolhida a Zona Central da cidade para análise, percebendo que esta área possui um significado político de maior proeminência, visto que é onde se concentra a sede dos poderes públicos como Prefeitura e Câmara Municipal, além da maior concentração de comércio, templos religiosos, escolas, hospitais, restaurantes, praças etc. Entendendo assim que esta área é o *locus* de interação social da cidade. O que não desqualifica as demais áreas nesses mesmos quesitos, contudo pela maior concentração de atividades sendo desenvolvida na Zona Central, esta foi elencada como objeto de estudo.

¹³⁶ Segundo registros da Câmara Legislativa de Ubá a primeira norma instituída para a denominação de ruas na cidade foi a Lei n.º 2.420, de 25 de maio de 1993, a qual define condições para análise de Projetos de Lei dispoendo sobre nomeação de logradouros públicos no Município. A denominação de ruas em Ubá sempre foi responsabilidade do poder legislativo sendo feita por meio da submissão de projeto de lei, geralmente apresentado por um vereador, o qual vai à votação na Câmara Legislativa e se aprovada à sanção do prefeito.

De acordo com pesquisa realizada no arquivo da Prefeitura Municipal de Ubá no dia 24 de janeiro de 2017, foi verificado por meio da análise da Lei Complementar nº 030 de 11 de julho de 1995, a qual institui normas de urbanismo e edificações para o Município fornecendo outras providências, as delimitações das Zonas Especiais da cidade de Ubá.

De acordo com o Anexo II desta lei, foram instituídas as seguintes vias e seguimentos que compõem a Zona Central da cidade: Rua São José; Av. Cristiano Roças; Praça Guido Marlière; Rua Duque de Caxias; Rua 7 de Setembro; Rua 15 de Novembro; Rua Monsenhor Lincoln Ramos; Galeria Francisco Lauria; Rua Vereador Raphael Girardi; Rua Major Lázaro Gomes; Praça da Independência; Rua do Rosário; Rua Monsenhor José Cândido Diniz; Rua Mathilde Rocha Balbi; Rua Cel. Carlos Brandão; Rua Cel. Júlio Soares; Rua 22 de Maio; Rua Peixoto Filho; Rua Padre Gailhac; Rua José Campomizzi; Av. Santos Dumont; Praça São Januário; Travessa Antonieta Risi Soares de Souza Lima; Travessa José Michelli; Rua Treze de maio; Av. Raul Soares; Rua Martinho Freire de Andrade; Rua Maria Camila Carneiro; Rua Cônego Abreu e Silva; Rua Frei Pedro; Rua Monsenhor Paiva Campos; Rua Cel. Isaac Cabido; Rua Antonina Coelho; Rua Júlia Alvim; Praça das Mercês; Av. Gov. Valares; Travessa Vila Liveira; Travessa José Ferreira de Andrade; Rua Joaquim Moreira Mendes.

As ruas escolhidas para análise foram selecionadas por serem Antrotopônimos, pelo argumento utilizado para explicar a configuração da paisagem cultural central, o poder político. As ruas da Zona Central relacionado a qualquer outra origem taxionômica¹³⁷ foi, portanto, ignorado para esta averiguação. No quadro

¹³⁷ Segundo MENEZES (2008), as toponímias podem ser classificadas por taxionomia, sendo separadas por sua origem: Animotopônimo- Topônimos relativos à vida psíquica, a cultura espiritual, abrangendo topos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física; Antrotopônimo- Topônimos relativos aos nomes próprios individuais; Astrotopônimo-Topônimos relativos aos corpos celestes em geral; Axiotopônimo- Topônimos relativos aos títulos e dignidades de que fazem acompanhar os nomes próprios individuais; Cardinotopônimo- Topônimos relativos às posições geográficas em geral; Corotopônimo-Topônimos relativos aos nomes de cidades, regiões, estados, países, continentes; Cromotopônimos-Topônimos relativos à escala cromática; Cronotopônimo- Topônimos que encerram indicadores cronológicos representados, em toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha; Dimensiotopônimo- Topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade; Dirrematopônimo-Topônimos constituídos por Frases ou enunciados linguísticos; Ecotopônimo-Topônimos relativos às

1 abaixo estão

relacionadas as vinte e sete ruas escolhidas para análise e na Figura10 está espacializada tais ruas na planta cadastral da cidade.

RUA
CRISTIANO ROÇAS
DUQUE DE CAXIAS
MONSENHOR LINCOLN RAMOS
VEREADOR RAPHAEL GIRARDI
MAJOR LÁZARO GOMES
MONSENHOR JOSÉ CÂNDIDO DINIZ
MATHILDE ROCHA BALBI
CORONEL CARLOS BRANDÃO
CORONEL JÚLIO SOARES
PEIXOTO FILHO
PADRE GAILHAC
JOSÉ CAMPOMIZZI
SANTOS DUMONT
ANTONIETA RISI SOARES DE SOUZA LIMA
JOSÉ MICHELLI
RAUL SOARES
MARTINHO FREIRE DE ANDRADE
MARIA CAMILA CARNEIRO

habitações de um modo geral; Ergotopônimo-Topônimos relativos aos elementos da cultura Material; Enotopônimo- Topônimo referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas); Fitotopônimo- Topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade; Geomorfotopônimo-Topônimos relativos às Formas topográficas; Hagiotopônimo-Topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano; Hidrotopônimo- Topônimos resultantes de acidentes hidrológicos em geral; Hierotopônimo- Topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc. às efemérides religiosas, às associações religiosas, aos locais de culto; Litotopônimo- Topônimos de índole mineral, relativos também a constituição do solo, representados por indivíduos; Meteorotopônimo- Topônimos relativos a fenômenos atmosféricos; Morfotopônimo-Topônimos que refletem o sentido de forma Geométrica; Zootopônimo- Topônimo de índole animal, representados por indivíduos domésticos ou não.

CÔNEGO ABREU E SILVA
FREI PEDRO
MONSENHOR PAIVA CAMPOS
CORONEL ISAC CABIDO
ANTONINA COELHO
JÚLIA ALVIM
GOVERNADOR VALADARES
JOSÉ FERREIRA DE ANDRADE
JOAQUIM MOREIRA MENDES

Quadro 1: Lista de nomes das ruas selecionadas para a presente pesquisa.

Fonte: elaborado própria.

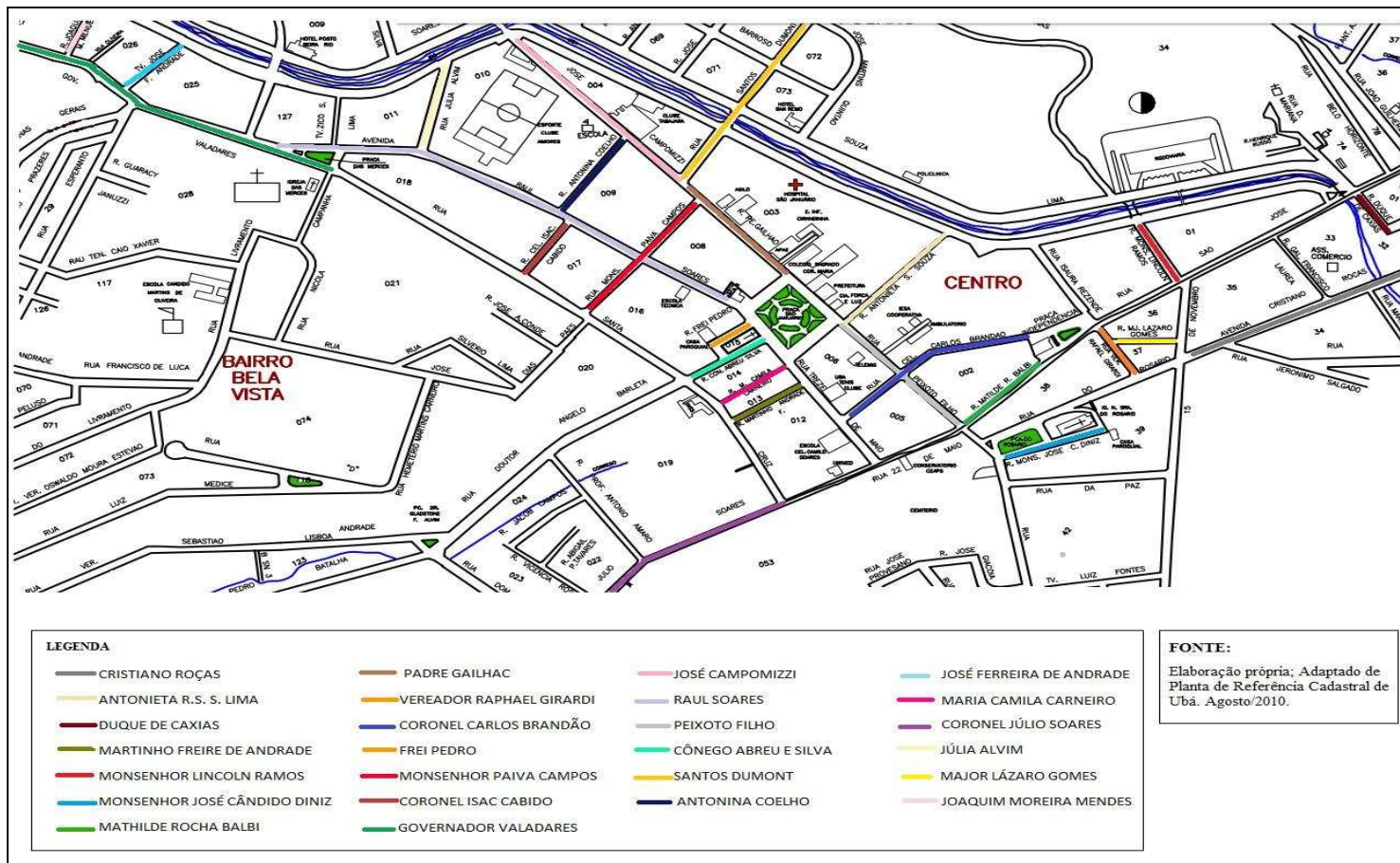


Figura 8: Espacialização dos nomes das ruas na planta de referência cadastral de Ubá, selecionados para análise na presente pesquisa.

Fonte: elaboração própria

Sendo os topônimos entendidos aqui como suportes de memória, meios pelos quais podem nos levar a ocorrência da memória ou à rememoração, eles se tornam monumentos que podem evocar o passado perpetuando a lembrança, podendo se tornar uma herança da memória coletiva.

Neste sentido, é que se justifica a memória ser alvo de disputa, posto que, o que fica gravado na paisagem se torna um legado histórico o qual reforça o poderio de grupos sociais. A paisagem desta maneira é sem dúvida um discurso, que conta sua história por meio dos símbolos e signos escolhidos para serem gravados nela.

Diante da importância das representações na paisagem cultural para a formação de identidade dos moradores locais e a formação de memória, os nomes das ruas são meios pelos quais as pessoas se identificam e constroem seus referenciais de identidade pessoal e até mesmo coletiva. Assim a grafia de nomes na paisagem não é um mero aspecto social, mas sim uma maneira de reforçar a influência de grupos sociais e a dominação de uns sobre outros.

A história da Zona da Mata mineira foi permeada de percalços políticos, alternância de poderes e dominação de diversas famílias, as quais detinham o controle financeiro, dos meios de produção e das terras garantindo a eles o prestígio e o respeito na sociedade. Ubá como uma cidade que dependeu muito tempo das atividades agrícolas, não foge a essa regra, possuindo famílias detentoras dos meios de produção e dos recursos financeiros, as quais ainda hoje representam poder social local.

No entanto, a cidade possui um aspecto em divergência com essa tendência visto que apesar de ter sido um município de cunho agrícola no passado, ela não concentrou monoculturas e nem latifúndios na área. Assim, os antigos fazendeiros locais trabalhavam com policulturas em sua maioria, apesar da produção de fumo na década de 1970 ter se destacado no município e enriquecido muitos produtores locais.

Como já discutido anteriormente, os antigos produtores de fumo e outras culturas na cidade acabaram sendo os pioneiros no processo de industrialização. Tendo sido os primeiros a instalar fábricas de móveis locais, é compreensível tal fato uma vez que eles detinham capital para financiar tal empreendimento.

Sendo o setor industrial o destaque atual da economia ubaense juntamente com o setor de serviços, aqueles que comandam esses ramos possuem influência social historicamente construída na cidade a qual até hoje é nítida nos padrões de

comportamento locais. Estes padrões são representados por simples gestos cotidianos,

códigos de comportamento, pronomes de tratamentos muitas vezes atribuídos a membros de famílias detentores de poder econômico e/ou tradicionais. Signos que diariamente reforçam a influência social destes grupos.

Além da influência das famílias detentoras de poder político, é importante salientar o poderio da Igreja Católica, não só na cidade como em todo o estado de Minas Gerais o qual desde o período da colonização tem sido reverberado e grafado na paisagem por meio de símbolos e signos. Sendo assim, evidentemente na paisagem urbana cultural da cidade de Ubá e fundamentalmente na Zona Central é nítida a presença de nomes de ruas de membros da Igreja como Monsenhor Lincoln Ramos, Monsenhor José Cândido Diniz, Padre Gailhac, Cônego Abreu e Silva, Frei Pedro e Monsenhor Paiva Campos.

Por meio dos arquivos históricos ubaenses obtidos na Câmara Municipal, Arquivo Histórico, Colégio Sagrado Coração de Maria e Prefeitura Municipal de Ubá, foi elaborado o Quadro 2, no qual são apresentados os primeiros resultados da pesquisa sobre as ruas da Zona Central de Ubá.

Foram analisados vinte e sete nomes de ruas na Zona Central, delimitada segundo a Lei complementar 030 de 1997. Conforme apresentado, nota-se que a grande maioria dos nomes de homenageados de ruas são de pessoas com grande influência política na cidade até a década de 1950. Desta forma, é imprescindível relacionar isto com o momento socioeconômico local, já que tais aspectos estão diretamente ligados ao plano cultural da cidade. Até a década de 1960 a cidade de Ubá ainda era bastante dependente do setor agrícola, produzindo gêneros de subsistência e artigos agrícolas para revendas em feiras que ocorriam na própria cidade. As áreas agrícolas do município tinham extremo valor econômico e os donos dessas terras eram pessoas de prestígio social. Logo, não é de se espantar que os moldes de sociedade naquele momento seguissem os modelos dos demais municípios de Minas Gerais, com bases patriarcais e princípios conservadores.

Ciente disso, já era esperado assim como foi verificado, que os nomes das ruas centrais buscassem homenagear homens que no momento áureo de produção agrícola no município desfrutavam de prestígio social e obviamente poder aquisitivo suficiente para serem escolhidos como membros distintos da sociedade os quais representassem símbolos de influência na memória local.

RUA	SIGNIFICADO
CRISTIANO ROÇAS	Cristiano Alves de Araújo roças nasceu em Ubá em 1865. Médico, filho do coronel João Alves de Araújo Roças, fazia oposição ao cunhado Carlos Brandão e ao tio deste, Peixoto filho. Prefeito pelo partido liberal em 1912, sofre influência direta de Raul Soares e eleito deputado estadual em 1913.
DUQUE DE CAXIAS	Duque de Caxias nasceu em 1803 e foi um militar brasileiro que foi nomeado patrono do exército. Recebeu o título de barão de Caxias e foi nomeado mais tarde comandante das armas da corte.
MONSENHOR LINCOLN RAMOS	Nasceu em 1915 em Ouro Preto, membro efetivo e fundador da academia ubaense de letras, poeta, contista, escritor religioso.
VEREADOR RAPHAEL GIRARDI	Raphael Girardi foi vereador da cidade de Ubá durante o período de 1955-1958, não tendo conseguido terminar seu mandato pois faleceu em 1959 de infarto. Era contador e professor da escola de comércio de Ubá, onde lecionava para o curso de contabilidade.
MAJOR LÁZARO GOMES	Lázaro Raymundo Gomes era maranhense e foi um pioneiro da imprensa ubaense, fundou a Gazeta de Ubá em 14 de abril de 1889, um jornal monárquico. A patente de major foi comprada, fato comum na época assim como as demais patentes da guarda nacional.

MONSENHOR JOSÉ CÂNDIDO DINIZ	Pároco da igreja nossa Senhora do Rosário, localizada na Zona Central da cidade de Ubá.
MATHILDE ROCHA BALBI	Esposa do ex. Deputado estadual e federal Philippe Balbi, o qual foi eleito em 1945 e é natural de Guidoal-mg, cidade vizinha a Ubá.
CORONEL CARLOS BRANDÃO	Carlos Brandão nasceu no serro em 1858. Era tio de Peixoto filho e genro de João Alves de Araújo Roças, chefe político monarquista e coronel da guarda nacional.
CORONEL JÚLIO SOARES	Júlio Soares de moura nasceu em 2 de fevereiro de 1887 e era sobrinho de Raul Soares. A proximidade com o primo influente favoreceu sua carreira política. Foi prefeito da cidade entre 1919-1923.
PEIXOTO FILHO	Carlos Peixoto de Melo Filho era ubaense, nasceu em 1871 em uma família de tradição política. Avô, pai e primos eram influentes políticos do império. Formou-se em direito se tornando mais tarde prefeito de Ubá - na verdade, presidente da câmara, correspondente ao cargo de agente do executivo em 1896. Foi eleito deputado estadual aos 32 anos e deputado federal e presidente da câmara dos deputados aos 35, durante o governo Afonso Pena e Nilo Peçanha.
PADRE GAILHAC	Antônio Pierre Jean Gailhac nasceu na França em 1802. Fundou o Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria Virgem Imaculada em 1849. Atualmente a cidade de Ubá possui o Colégio

	Sagrado Coração de Maria, parte do mesmo instituto.
JOSÉ CAMPOMIZZI	Nasceu em 1899, nas proximidades de Paula Cândido, sendo seus pais imigrantes italianos que vieram tentar novas oportunidades no Brasil.
SANTOS DUMONT	Alberto Santos Dumont nasceu em 1872 em Guarujá-SP e foi um inventor que projetou e construiu os primeiros balões dirigíveis com motor a gasolina.
ANTONIETA RISI SOARES DE SOUZA LIMA	Esposa do Jacinto Soares de Sousa Lima, médico formado no Rio de Janeiro em 1926 e em 1927. Tendo sido prefeito de 1951 a 1955.
JOSÉ MICHELLI	Irmão do ex. Vereador e prefeito da cidade de Ubá, Narciso Paulo Michelli, o qual era natural da cidade de Bicas-me. Exerceu mandato de vereador por três legislaturas: 1955-1958; 1959-1962 e 1963-1966. Também foi prefeito por três mandatos, vencendo as eleições de 1967, 1973 e 1997.
RAUL SOARES	Raul Soares de Moura era primo de Peixoto Filho, nasceu em Ubá em 1877 e estudou em São Paulo onde se formou em direito. Foi vereador e presidente da câmara de Visconde do Rio Branco, o equivalente a prefeito municipal. Em 1914 se tornou secretário da agricultura, indústria e obras públicas de Minas Gerais e mais tarde apoiado por Artur Bernardes e Delfim Moreira, elegeu-se deputado federal e em 1922 tornou-se governador do estado de Minas Gerais.
MARTINHO FREIRE DE	SEM REGISTROS

ANDRADE	
MARIA CAMILA CARNEIRO	Maria Camila nasceu em 1888. Era casada com Domiciano Carneiro, o neném carneiro, bisneto no Capitão-Mor Antônio Januário Carneiro, fundador da cidade.
CÔNEGO ABREU E SILVA	SEM REGISTROS
FREI PEDRO	Pároco da igreja São Januário, durante a década de 1950, localizada na Zona Central da cidade de Ubá.
MONSENHOR PAIVA CAMPOS	José Correia de Paiva Campos nasceu em Jequeri, em agosto de 1870. Foi ordenado padre em 1895 e tinha boa relação com os prefeitos da época tais como Carlos Peixoto de Melo, Carlos Brandão, Cristiano Roças, Pedro Xavier Pires, Levindo Coelho, Antônio Amaro Martins Costa, José Solero, Júlio Soares e Adjalme Martins Carneiro.
CORONEL ISAC CABIDO	Fazendeiro e proprietário no município de Ubá na década de 1940.
ANTONINA COELHO	Antonina Gonçalves Coelho foi casada com o senador Levindo Eduardo Coelho e mãe de Levindo Ozanam Coelho, ex-prefeito da cidade de Ubá (1939 e 1946).
JÚLIA ALVIM	Júlia de Sousa Alvim nasceu na Serra da Onça em 1822. Era casada com o coronel Galdino de Faria Alvim, líder político e sócio da “CIA. Ferro Carril Ubaense”, que explorava bondes de tração animal pelas ruas de Ubá em 1916.

GOVERNADOR VALADARES	Político na época de Getúlio Vargas, foi vereador e prefeito de sua cidade natal, Pará de Minas, e governador de Minas Gerais (1933-1945).
JOSÉ FERREIRA DE ANDRADE	Ubaense, nasceu em 1888 e foi administrador da Fazenda Santa Filomena, pertencente à Bernardino Carneiro. Mais tarde, se tornou fazendeiro no distrito de Miragaia. Também foi proprietário de uma padaria na cidade de Ubá. Mais conhecido como Juquinha Andrade, foi ainda antigo sócio da Cooperativa de Ubá que funcionava no Centro dos Lavradores.
JOAQUIM MOREIRA MENDES	Nascido em Portugal, foi Diretor de Obras da Prefeitura Municipal de Ubá, durante a gestão do prefeito Ângelo Barletta. Criou uma vila com pequenas casas em terreno de sua propriedade, tal rua onde está localizada a vila leva seu nome atualmente.

Quadro 2: Nomes das ruas da zona central de Ubá, contextualizados de acordo com arquivos do Colégio Sagrado Coração de Maria, Arquivo Histórico de Ubá, Câmara Municipal de Ubá e Prefeitura Municipal de Ubá.

Consequentemente, por meio da análise dos dados verifica-se nomes de ruas centrais batizadas com nomes de antigos coronéis bem como filhos ou parentes dos mesmos. É o caso de Cristiano Roças, filho do coronel João Alves de Araújo Roças; Coronel Carlos Brandão; Coronel Júlio Soares; Coronel Isaac Cabido e José Ferreira de Andrade. Tal aspecto reforça que o fator econômico e político foram importantes artifícios no processo de escolha de símbolos, neste caso pessoas, que representem a memória ubaense.

Embora estes nomes sejam de habitantes da cidade é imprescindível salientar que ambos em algum momento da história possuíram controle sobre os meios de produção bem como dos recursos financeiros, o que os tornavam figuras políticas em destaque em uma sociedade conservadora tal como Ubá fora. Portanto, o prestígio político influenciou a nomeação das ruas centrais do município, tendo sido escolhidos os nomes de pessoas que na época de destaque agrícola regional representou grande influência na sociedade. Ou seja, é evidente como os grupos dominantes locais valorizam este momento para estruturação local, ao passo que, as culturas anteriores à colonização e mesmo a classe trabalhadora da cidade foi colocada a margem desta representatividade cultural na área central. A exemplo da representatividade política na paisagem de Ubá destacam-se os nomes Peixoto Filho; José Michelli; Raul Soares; Joaquim Moreira Mendes os quais foram políticos locais prestigiados ou parentes destes.

A partir dos dados também se observa que dos vinte e sete nomes apenas cinco são mulheres, sendo que todas elas só representavam algum prestígio social devido ao poder político dos membros masculinos de suas respectivas famílias, são elas: Mathilde Rocha Balbi, Antonieta Risi Soares de Souza Lima, Maria Camila Carneiro, Antonina Coelho e Júlia Alvim. É óbvio que existiam neste momento mulheres que se destacavam por suas contribuições sociais, ainda que nem todas tenham sido conhecidas, contudo essas mulheres foram obscurecidas pelos registros históricos da sociedade e as que permaneceram evidentes na paisagem cultural não são lembradas pelos seus feitos, mas de seus companheiros, pais, avôs e irmãos. Tal aspecto corrobora a premissa de uma nomeação realizada em um momento que a sociedade se alicerçava em princípios conservadores e patriarcais, a qual valorizava a figura masculina e tradicional como modelo de apreço social.

Obviamente, é preciso ponderar que ao se analisar o que está visível nos registros históricos não é possível esquecer o que foi deixado de lado dessa seleção cultural, ou seja, sendo as marcas contidas na paisagem cultural componentes inerentes à construção da memória coletiva local, ao valorizar os nomes de políticos e membros da igreja católica a grande maioria da população foi de certa maneira excluída do processo de constituição de símbolos e signos que formam a memória coletiva.

A memória entendida como reflexo de vivências culturais, a qual fornece um quadro de referências para a constituição de identidade, é palco de disputa e é claro que essas culturas que foram subalternizadas desse processo resistiram ao mesmo. Apesar de não terem conseguido grafar na Zona Central nomes que lhes representavam de maneira direta, outras manifestações culturais são desde muito perpetuadas na cidade como a música popular e as festas religiosas como “Folia de Reis”, “Congado” e outras manifestações culturais como a Capoeira e os blocos de rua durante o carnaval.

Muito embora manifestações culturais ainda representem as culturas alternativas/ subterrâneas de Ubá, pontua-se que de fato o poder antes econômico e conseqüentemente político influenciou de maneira incisiva na composição de símbolos e monumentos, aqui considerando os nomes das ruas, importantes na estruturação de memória. Então considera-se que o ato geográfico de nomear lugares também é um meio político de reforçar o poderio de famílias e enquadramento de memória. À medida que nomes de pessoas com prestígio econômico na cidade, durante o período agrícola, foram sendo gravadas na paisagem cultural ubaense, a memória “oficial” da cidade foi sendo construída, construindo símbolos de respeito na sociedade ubaense que até nos dias atuais são enaltecidos nas escolas, festas e eventos oficiais da cidade.

Como os nomes das pessoas que são homenageadas para nomear uma rua em Ubá são apenas de pessoas já falecidas, uma convenção na cidade, a datas dos decretos de nomeações aqui neste presente trabalho são irrelevantes. Tornando-se interessante apenas os momentos em que estas pessoas representaram alguma importância para alguma parcela da população.

Então, considerando tal apresentação dos nomes entende-se que o período

histórico da cidade de Ubá até a década de 1960 representou um período de construção dos símbolos da paisagem cultural, o qual contribuiu de maneira categórica para a constituição da memória coletiva da cidade. Tendo sido neste momento que as famílias que hoje detêm o prestígio social na cidade se constituíram como símbolos de prestígio socioculturais da cidade.

Um dos objetivos do presente trabalho consistia na elaboração de um evento que permitisse levar à sociedade ubaense e demais regiões a temática da análise da paisagem, e fundamentalmente em seu aspecto cultural. O intuito central era trabalhar a temática do Patrimônio e da Paisagem cultural com os habitantes da cidade, permitindo a construção de um debate que levasse nossas pesquisas à sociedade, e que a partir do retorno desta pudéssemos construir nossos discursos teóricos em nossas dissertações.

Para alcançar tal objetivo foi executado Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagens, no dia 22 de julho de 2016 na cidade de Ubá, onde foram debatidos temas

variados dentre eles a configuração da Paisagem Cultural Ubaense e o papel das toponímias nesta estruturação.

Por meio das discussões durante o encontro foram realizados contatos que puderam auxiliar na construção da retórica política exposta neste trabalho, além de propor à sociedade uma reflexão sobre sua paisagem local, a memória coletiva ubaense e os símbolos e signos que as representam.

CAPÍTULO 4

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: A EXPERIÊNCIA DO “ENCONTRO MICRORREGIONAL PATRIMÔNIO E PAISAGEM” E A CONSTRUÇÃO DA “CARTILHA GEOHISTÓRICA DE UBÁ”

O desenvolvimento de um produto final de ordem prática faz parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV. Por meio da portaria normativa nº17, de 28 de dezembro de 2009 a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) busca regulamentar os mestrados profissionais e recomenda e valoriza a produção artística e técnico-científica e a experiência profissional e diferentes trabalhos de conclusão, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas, desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas, produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística.

Em cumprimento a esta exigência do programa foram planejados e executados dois produtos de origem prática, um construído de maneira coletiva e outro articulado com o primeiro, elaborado individualmente.

A primeira parte consistiu em um evento em formato de Encontro na cidade de Ubá no dia 22 de julho de 2016 no Colégio Sagrado Coração de Maria das oito da manhã às seis e meia da tarde. Em um segundo momento foi produzida uma cartilha geohistórica da cidade de Ubá, apresentando o processo de ocupação da cidade, sua estruturação social e um pouco do seu processo de construção de memória sob o ponto de vista das toponímias.

O encontro foi composto por quatro mesas redondas, uma palestra, uma apresentação artística e um espaço aberto ao público para discussão. Tal evento contou com a presença da sociedade civil bem com o de alguns de seus representantes como vereadores, memorialistas, professores e membros do conselho municipal de patrimônio. Esse encontro foi pensando de forma conjunta com os colegas Anderson Moreira e Leonardo Almeida, ambos acadêmicos do mesmo programa de mestrado desta investigação, ainda durante a construção do projeto de pesquisa no ano de 2015.

Assim, durante todo o ano de 2016 foram realizadas reuniões para a discussão de pautas referentes ao evento.

A cartilha, por sua vez, foi refletida e construída de maneira individual contendo uma breve contextualização histórica da cidade de Ubá, seu processo de constituição de memórias e a contribuição das toponímias na memória social do município.

Esta investigação justifica-se em uma dimensão prática, devido à idealização e produção deste evento visto que o mesmo almejou envolver a comunidade nas discussões sobre Patrimônio e Paisagem Cultural e a construção de um material técnico (Cartilha) que contribuirá para possíveis consultas, sobre o processo de construção de memórias de Ubá, no acervo do Arquivo Histórico Municipal onde ficará disponível a todos os cidadãos.

Os produtos desta pesquisa, tanto em sua primeira parte com o evento como na segunda com a produção da cartilha, procuram coadjuvar os estudos geográficos sob a perspectiva da paisagem cultural. Isto porque a paisagem cultural enquanto conceito estruturador dos costumes e práticas sociais, possui um papel relevante, visto que ao considerar o que foi marcado em nossa paisagem local como símbolo servirá de base para a construção de identidade cultural.

Embora este conceito não seja tão discutido nas esferas sociais, ele possui uma importância fundamental para o entendimento da configuração espacial, principalmente no que tange o âmbito cultural.

Partindo deste princípio, considera-se aqui de suma importância o diálogo com a sociedade civil para a construção deste trabalho. Sendo uma pesquisa de cunho cultural, a organização de um encontro de dimensão microrregional se apresentou como uma proposta coerente para apresentar a sociedade a discussão dos papéis das toponímias na Paisagem Cultural ubaense e posteriormente a cartilha veio como um subsídio à população em geral, com relação ao histórico da cidade e a nomeação de ruas como suportes de memórias.

Este capítulo segue estruturado em quatro tópicos e começa destacando a importância do encontro para a sociedade enquanto local de debate e exposição de ideias acerca da paisagem e do patrimônio cultural ubaense. Em um segundo momento será descrito o encontro em detalhes, apresentando os temas das mesas

redondas, os palestrantes e suas falas, bem como o teor das discussões ao longo do dia 22 de julho sobre paisagem e patrimônio cultural. Isto posto será apresentada a construção da cartilha, seus desafios e objetivos. E por fim será exposta uma reflexão crítica sobre o produto tentando relacionar o desenvolvimento do mesmo com a execução da presente pesquisa.

4.1 PERTINÊNCIA SOCIAL DO “ENCONTRO MICRORREGIONAL PAISAGENS E CIDADANIA”

A proposta de idealização e execução de um evento que permitisse o diálogo com a comunidade ubaense e microrregional como um todo, surgiu da inquietação dos organizadores do evento (Ana Carolina S. e Silva, Anderson Moreira e Leonardo Almeida), em levar a produção do espaço científico para a sociedade de modo que a mesma pudesse participar por meio de suas reflexões da crítica em seu aspecto social dos trabalhos. Assim, através da dialética construída durante o evento objetivou-se traçar uma ponte entre o meio científico e o social.

O projeto do evento foi pensado de maneira que envolvesse a comunidade acadêmica e a sociedade civil nos debates sobre patrimônio cultural e paisagem. Considerando-se que a paisagem cultural mostra uma grande riqueza de possibilidades de abordagens nos dias atuais, uma série de iniciativas procuram hoje incorporá-la como um bem patrimonial através de novas perspectivas.¹³⁸ Destarte, a interlocução entre a academia e a sociedade civil é muito valioso no sentido em que os diversos setores da sociedade podem contribuir para a ampliação dos pontos de vista sobre a paisagem cultural que construímos.

Ao entender a paisagem como algo vivo e reflexo das atividades humanas, a compreensão dela como parte integrante da memória se torna uma realidade. Sendo a paisagem uma marca das atividades sociais e ao mesmo tempo componente que influi nestas mesmas atividades, a sua compreensão é imprescindível para sua discussão dialética.

A memória, como discutido no capítulo dois, trata-se de algo socialmente

¹³⁸ WINTER, Rafael. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>. Acessado em: 12 de janeiro de 2017.

construído que, no entanto, se manifesta de maneira individual. Logo, os símbolos embutidos na paisagem cultural são meios pelos quais podem levar a lembrança, os chamados suportes de memória. Sobre esses símbolos esta pesquisa traz os nomes de ruas como tais, as toponímias, representando o poder de grupos sociais dominantes.

No caso específico de Ubá, os nomes das ruas centrais homenageiam, em sua maioria, antigos membros da Igreja Católica e políticos influentes da região que possuíam laços afetivos com a cidade. Cabalmente os nomes de pessoas de menor poder político e até econômico foram excluídos deste processo, pelo menos na Zona Central, o que para esta investigação significa que as representações de grupos sociais economicamente desfavorecidos nesta cidade são fracas.

Esta pouca evidência de manifestação cultural de grupos não detentores de poder na paisagem urbana central de Ubá, é lastimável visto que pressupõe-se que sendo a memória algo social, ela deveria ser construída por todos as parcelas da população. Contudo esta não é uma prática exclusiva da cidade, já que a nomeação de lugares é um meio de exercício de poder.

Embora nem todos os grupos sociais consigam imprimir suas marcas de maneira evidente na paisagem central ubaense, é certo que essas manifestações culturais são reais e palpáveis. O poder das antigas oligarquias rurais da cidade sem dúvida representou grande influência na nomeação de ruas, o que confere a estas famílias homenageadas a noção de pertencimento com o lugar e identidade. Mas como não são todos os grupos privilegiados, é obvio que nem todos os cidadãos conseguem tecer esta relação com o lugar, afetando diretamente a construção de suas memórias.

Contudo, esta é uma discussão complexa já que talvez não seja possível contemplar a todos os grupos sociais ao mesmo tempo, sendo, portanto, a nomeação de lugares com nomes de pessoas um ato que ocorre de maneira sempre parcial, principalmente em cidades em que os cidadãos não são consultados quanto a essas nomeações, como é o caso de Ubá.

Em vista disso, permitir que tais reflexões sejam abertas à sociedade justifica a presente pesquisa em seu aspecto social, admitindo que se não resolvida esta questão, seja pensada de maneira conjunta. Ao entender a importância do conhecimento como fonte de construção de identidades, compreender o espaço geográfico e como se dão as relações que são estabelecidas nele é um passo eminente. Entretanto, são escassas as

reflexões sobre a paisagem ubaense que esteja disposta ao diálogo com a população, o que fortalece a importância desta pesquisa e da execução do evento de maneira aberta.

A iniciativa de promoção do encontro, viabilizou um lugar de fala para os habitantes da cidade e uma interação com o meio acadêmico permitindo ao público repensar seu papel no espaço geográfico e na grafia das paisagens. O reconhecimento da paisagem como reflexo de interação social foi outro aspecto a ser considerado durante o evento, visto que discussões acerca do papel da sociedade na paisagem e também no patrimônio cultural foi uma das pautas.

Sendo a memória um aspecto de fundamental importância na construção de identidades e um dos meios pelos quais o poder político se manifesta, é preciso entender a paisagem como marca e matriz de identidades tanto individuais como coletivas. O estudo de nomes das ruas da Zona Central de Ubá revela aos habitantes como e quais as instituições ou grupos sociais se destacaram na impressão cultural da mesma, ou seja, quais os grupos influenciaram na construção da memória oficial da cidade.

A percepção sobre o passado é fundamental à vida humana estando presente em todas as paisagens e momentos de nossas vidas, muito embora boa parte das pessoas não possuam consciência disso, ela é indispensável ao reconhecimento de suas origens. Logo, a releitura do passado é uma maneira real de reconhecer as diferenças no espaço geográfico e melhor compreender as complexidades e instabilidades sociais.

Desta maneira, sob a perspectiva deste trabalho, buscou-se apresentar à comunidade ubaense quais foram os atores sociais que ficaram registrados na memória oficial da cidade, essencialmente em sua paisagem central, problematizando assim a exclusão dos demais grupos ocultados neste processo. Ao contextualizar o processo de nomeação, as intenções sociais e políticas neste ato cultural, questões foram levantadas provocando uma apreciação sob o lugar.

Os nomes de lugares são expressões geopolíticas que podem ser usadas como forma de legitimar o poder no espaço ou ficar eternizado na paisagem. Portanto, os topônimos e essencialmente os antrotopônimos são afirmações de poder que contribuem na construção de símbolos constituintes da memória oficial. Evidentemente, esses símbolos são objetos de disputa pois representam grande importância política para os grupos sociais.

Dentro deste raciocínio, entende-se que a paisagem também se torna alvo de

disputa entre os membros e grupos sociais, uma vez que nelas são grafados estes símbolos de poder que legitimam determinadas ações. Ou seja, o prestígio social e político de uma família em uma cidade interiorana de Minas Gerais está intrinsecamente ligado aos símbolos, materiais ou não, que foram registrados na paisagem em algum momento. São estes símbolos que vão reverberar a notoriedade destas famílias no local durante um bom tempo, até que outro momento histórico permita que outros símbolos sejam consagrados.

Abordar estes temas com os atores da cidade foi um dos propósitos desta pesquisa desde a elaboração de seu projeto. Trazer as toponímias para o centro do debate durante alguns momentos do evento permitiu a abertura de uma nova linha de raciocínio para muitos participantes, revelando que esta temática não é comum nos grupos debates locais.

A fim de argumentar sobre a importância dos vínculos com a memória local e tratá-la não como um conjunto daquilo que existiu, mas sim fruto de uma escolha de forças externas e internas, o evento foi pensado de maneira que os participantes tivessem livre acesso aos debates, contribuindo com suas perspectivas e noções sobre o espaço.

O evento assim, emergiu como uma possibilidade de trazer ao público as reflexões da pesquisa sobre a memória da cidade de Ubá destacando os atores sociais que influíram de maneira categórica nas toponímias da cidade e os contextualizando diante da história local.

4.2 DESCRIÇÃO DO EVENTO

No dia 22 de julho de 2016 foi executado o produto desta pesquisa, o “Encontro Microrregional Paisagens e Cidadania”, na cidade de Ubá, em espaço cedido pelo Colégio Sagrado Coração de Maria, de 8h às 18:30h. Como já mencionado, tal produto faz parte das exigências do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de mestre.

O evento foi planejado desde o ano de 2015, durante a elaboração do projeto de pesquisa, tendo sido um realizado em conjunto com os colegas Anderson Moreira e Leonardo Almeida, ambos também integrantes do mesmo programa de pós-graduação. Abaixo segue imagem do banner do evento e o folder com a programação:

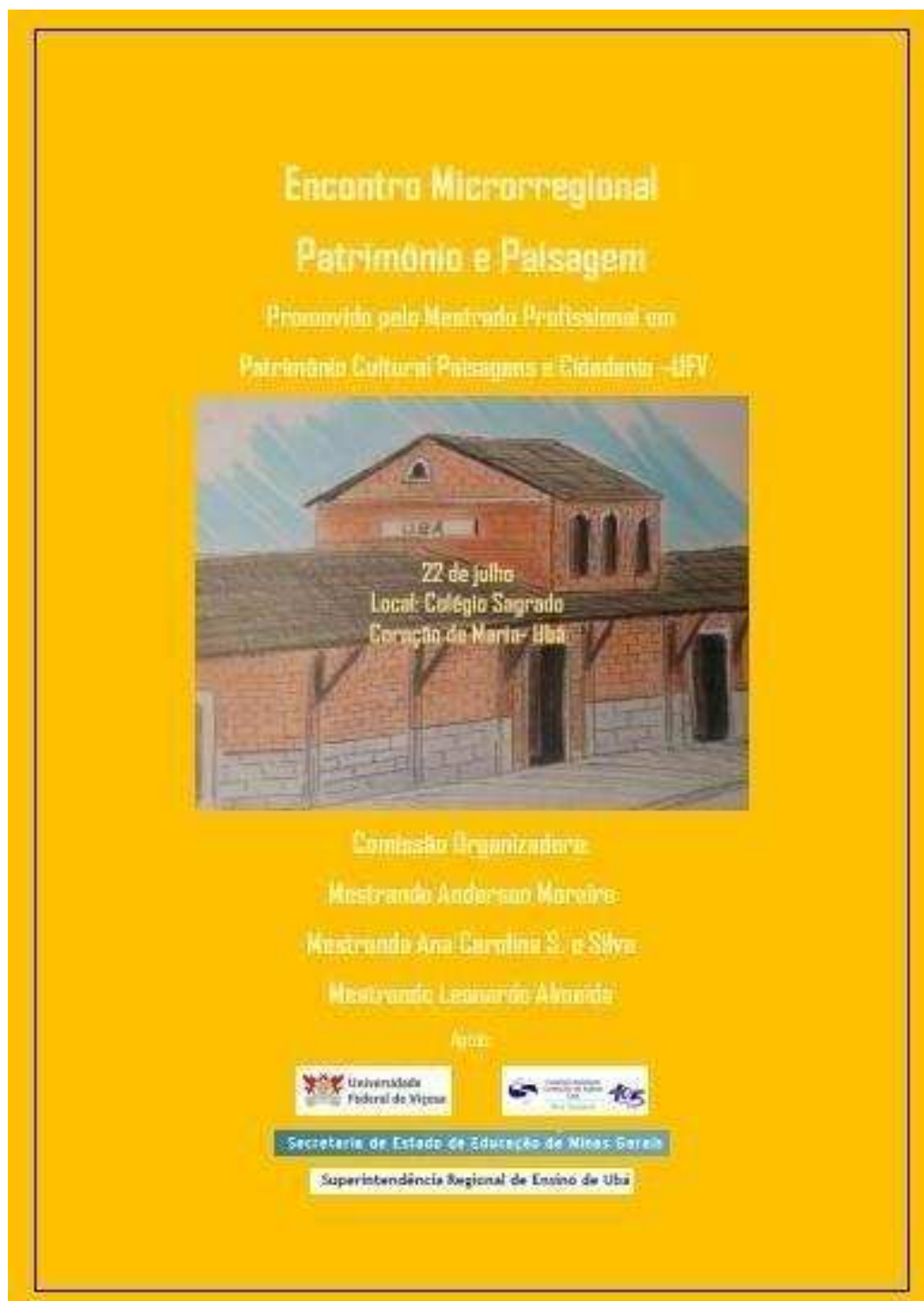


Figura 9: Banner de divulgação do evento.

Fonte: Elaboração própria.

Programação:

8h- Cerimônia de Apresentação.

8h15' – Palestra de Abertura: “O

Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania-UFV”

Prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz - UFV
Prof. Dr. Leonardo Civalé – UFV

9h30' - Mesa Redonda 1:

* Mestranda Aline Ribeiro:
“Patrimônio Documental: A experiência da Casa Setecentista De Mariana. ”
*Mestrando Leonardo Almeida:
“Conselhos municipais de patrimônio Cultural: Implementação, expansão, desafios e oportunidades. ”

10h30'- Café

10h45' - Mesa Redonda 2:

*Mestrando Anderson Moreira:
“Estudo de caso sobre as Patrimonializações feitas em Ubá entre 2001 e 2004-Políticas Públicas, patrimônio e memória. ”

*Prof. MsC. Flávio Teixeira:

“Sobre as terras de São Sebastião: a Freguesia do Anta nos sertões do leste oitocentista”.

12h- Intervalo

13h30'- Apresentação Artística.

14h - Mesa Redonda 3:

* Prof. Dr. Wagner Barbosa - UFV: “Cartografia e atlas digitais: Atlas dos Bens Tombados em Minas Gerais pelo IPHAN. ”
*Mestranda Ana Carolina S. e Silva:
“Um estudo da paisagem cultural da cidade de Ubá, em Minas Gerais, à luz das Toponímias”

15h30'-Café

15h45': Mesa Redonda 4:

*Prof. Dra. Vanessa Lana - UFV:
“A Manchester mineira como nova capital do estado: olhares sob a paisagem juiz-forana em fins do século XIX”

*Prof. MsC. Wagner Candian:
“Patrimônio da Casa: um estudo sobre o Maestro João Ernesto”

17h – “Troca de Saberes” e propostas de trabalho em rede.

18h- Cerimônia de Encerramento

Por ser um produto de três pesquisas com temas distintos, porém todos com foco na cidade de Ubá, esse evento buscou contemplá-las convergindo na temática da cidade. Assim, todo o evento foi pensado de maneira a atrair o público interessado no assunto de patrimônio e paisagem cultural, construindo mesas redondas com ex-alunos do programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

Entre os meses de agosto e outubro de 2015 começaram a serem realizadas reuniões para planejamento geral. Em 2016 permaneceram tais reuniões periódicas diminuindo o intervalo entre elas, sendo entre março e abril quatro reuniões quinzenais de planejamento mais específico, onde foram cogitados os primeiros nomes para palestrantes assim como modelo, horários e local do evento. Tais reuniões foram realizadas nos dias: 04 de março, 18 de março, 08 de abril e 22 de abril de 2016.

Durante os meses de maio e junho do mesmo ano foram feitas quatro reuniões nos dias 06 de maio, 20 de maio, 03 de junho e 17 de junho, onde foram redigidos os convites para instituições, prefeituras, câmaras municipais e conselhos municipais. Nela também foram definidos temas para as mesas redondas, palestras e o ciclo de debates ao final do evento, assim como o encaminhamento dos convites para as devidas instituições. Também foi feita a confirmação de horários, local e encaminhamento de questões de natureza prática como logística para café, intervalos, sonorização e decoração. Ainda nesta reunião foi pensada a elaboração do layout do certificado de participação.

O mês do evento, julho de 2016, foram realizadas três reuniões antes do evento para a finalização dos detalhes tais como: impressão dos banners, crachás, montagem das pastas, elaboração do layout principal do evento.¹³⁹ Por meio de contato realizado com Miguel Arcanjo Batista, memorialista da cidade de Ubá, foi possível realizar uma exposição de fotos antigas da cidade durante o evento.

No dia 22 de julho de 2016 às 8h foi realizada a cerimônia de abertura e logo após aconteceu a palestra de abertura com o Prof. Dr. Leonardo Civale¹⁴⁰ intitulada “O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania-UFV”, a qual

¹³⁹ O desenho e layout do evento foram elaborados pelo estudante de Arquitetura e Urbanismo do CES/JF, Pedro Henrique Santos e Silva.

¹⁴⁰ O professor Leonardo Civale é membro do corpo docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa bem como do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional, Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela mesma Universidade.

teve duração de uma hora e meia. Nesta palestra foi apresentado o programa de mestrado em patrimônio da UFV, salientando seus principais objetivos, desafios e conquistas. Foram também esplanadas questões sobre o patrimônio cultural na região da zona da mata e no mundo, contextualizando tais questões e trazendo as principais inquietações dos pesquisadores nesta área, nos dias atuais.



Figura 10: Palestra de Abertura do Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagem intitulada: “O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania-UFV”.

FONTE: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

Ao final da palestra o professor Leonardo abriu um ciclo de debates para o público, deixando a critério dos mesmos tecer indagações ou mesmo colocações sobre o tema proposto. Alguns participantes se manifestaram, trazendo questões específicas sobre o patrimônio material na cidade de Ubá, apresentando como são tratadas as questões relativas a memória, patrimônio e paisagem na cidade. Este momento aberto ao debate, permitiu a participação da sociedade civil forjando a dialética entre meio científico e social.

Depois de um breve intervalo, deu-se início à primeira mesa redonda com a historiadora e mestranda Aline Ribeiro apresentando o tema: “Patrimônio Documental:

A experiência da Casa Setecentista de Mariana”, em que a palestrante conseguiu expor ao público a sua experiência com patrimônio documental desde sua graduação até o seu mestrado, apresentando as melhores maneiras de tramitar com este tipo de documentação, explicitando os desafios e oportunidades neste ramo. Ela também apresentou a sua pesquisa de mestrado que busca analisar a desempenho do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN) em relação ao patrimônio documental que está sob a sua guarda na casa Setecentista de Mariana (ACSM), propondo ao IPHAN por meio de sua discussão teórica a submissão do acervo ao Comitê do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promotor na área dos acervos documentais.



Figura 11: Mesa Redonda 1, com o tema “Patrimônio Documental: A experiência da Casa Setecentista de Mariana. ”, ministrada pela mestranda Aline Ribeiro.

Fonte: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

Ainda durante a mesa redonda 1, o sociólogo e mestrando Leonardo Almeida apresentou seu trabalho sobre “Conselhos municipais de patrimônio cultural: Implementação, expansão, desafios e oportunidades”, apresentando a realidade dos conselhos municipais de patrimônio cultural na região de Ubá, explicitando o papel dessas instituições bem como suas dificuldades e anseios.



Figura 12: Participantes durante o evento.

Fonte: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

Finalizadas as apresentações dos dois trabalhos na mesa redonda 1 foi aberto um ciclo de debates para que o público pudesse se manifestar a respeito do tema, relatando suas experiências, trocando ideias com os demais participantes e tirando dúvidas com os palestrantes.

Em seguida deu-se início à mesa redonda 2 com a fala do historiador e mestrando Anderson Moreira sobre: “Estudo de caso sobre as patrimonializações feitas em Ubá entre 2001 e 2004- Políticas públicas, patrimônio e memória”, expondo os primeiros resultados de sua pesquisa referente à memória e patrimônio da cidade de Ubá.



Figura 13: Mesa redonda 2 com o tema, “Estudo de caso sobre as patrimonializações feitas em Ubá entre 2001 e 2004-políticas públicas, patrimônio e memória”, ministrada pelo mestrando Anderson Moreira

Fonte: Arquivo Pessoal, William Lopes, 201.

Anderson conduziu sua fala apontando algumas questões do histórico de patrimonializações na cidade de Ubá, salientando as principais medidas de política pública referentes à memória e patrimônio na cidade.

Após sua fala deu-se continuidade à banca com o historiador Flávio Teixeira, mestre pelo programa de pós-graduação em patrimônio cultural da UFV que proferiu sua fala sobre sua pesquisa de mestrado: “Sobre as terras de São Sebastião: a Freguesia do Anta nos sertões do leste oitocentista”.



Figura 14: Mesa redonda 2 com o tema “Sobre as terras de São Sebastião: a freguesia do Anta NOS sertões do leste oitocentista”, ministrada por Flávio Teixeira.

Fonte: Arquivo Pessoal, William Lopes, 2016.

Flávio buscou apresentar ao público a história de Minas Gerais sob outro ponto de vista, evidenciando o processo de formação das cidades como as da Zona da Mata Mineira. Seu objeto de pesquisa foi a Freguesia de São Sebastião da Pedra do Anta, trabalhando a formação de núcleos de povoamento oriundos dos patrimônios de terra da Igreja Católica. Após a fala dos dois palestrantes, novamente foi aberto um ciclo de debates para levantar questões sobre os temas expostos bem como dúvidas e colocações.

Com o término das atividades da parte da manhã houve um intervalo para o almoço e após o retorno foi feita uma apresentação artística com os músicos Wagner Candian e Junior Martins, ambos membros do Conservatório Estadual de Música Professor Theodolindo José Soares de Visconde do Rio Branco, convidados pelos organizadores do evento.

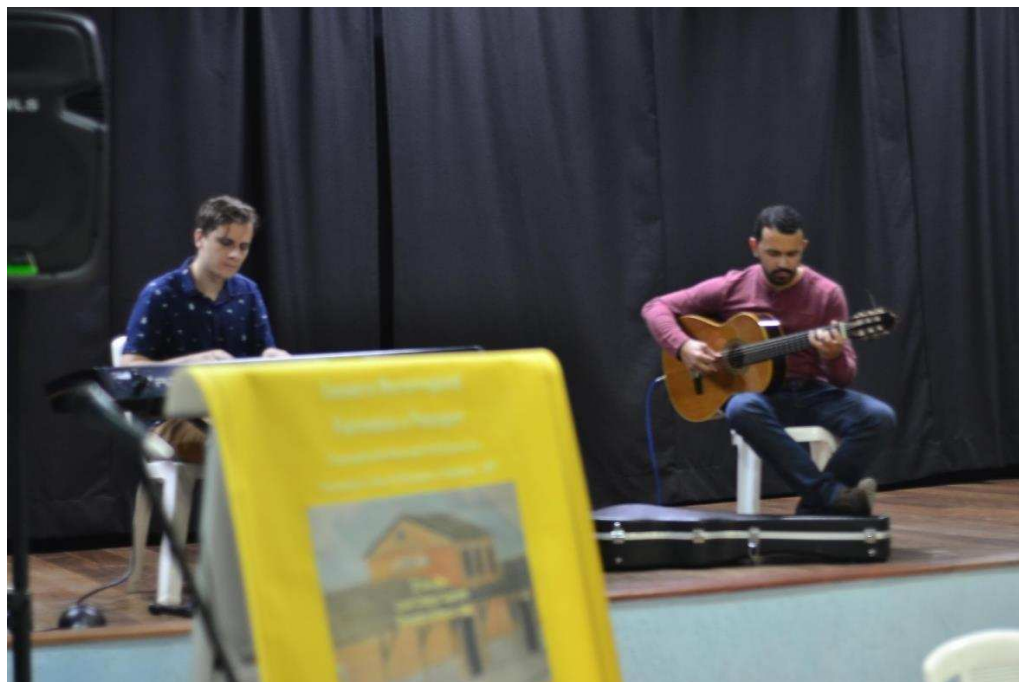


Figura 15: Apresentação artística com participação dos músicos Wagner Candian e Júnior Martins.

Fonte: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

Dando prosseguimento às atividades e abrindo a mesa 3 do evento o geógrafo e mestre em extensão rural pela UFV, Inacio Andrade, veio trazer sua investigação de seu mestrado intitulada: “Patrimonialização Alimentar: o saber fazer doces artesanais no distrito de São Bartolomeu (Ouro Preto/ Minas Gerais)”, versando sobre o processo de patrimonialização da produção de doces artesanais em São Bartolomeu, um dos distritos de Ouro Preto/MG. Por meio de uma perspectiva antropológica e sociológica do patrimônio cultural imaterial, ele apresentou como ocorre a transmissão do saber-fazer pelos doceiros na localidade, os conflitos políticos e ambientais relacionados, o aparato institucional da produção e como ela é incorporada a economia local com o um recurso turístico.

Nesta mesma mesa 3 foi apresentada essa presente pesquisa, ainda com o nome do projeto: “Um estudo da paisagem cultural da cidade de Ubá, em Minas Gerais, à luz das Toponímias” pela autora desta dissertação. Na apresentação foram levantadas questões históricas da ocupação da cidade de Ubá, ressaltando os agentes atuantes na cidade durante os diferentes momentos históricos. Também foi apresentada as toponímias como maneiras de se apropriar do espaço e consequentemente marcar a

paisagem cultural.



Figura 16: Mesa redonda 3 com o tema: “Patrimonialização alimentar: o saber fazer doces artesanais no distrito de São Bartolomeu (Ouro Preto/ Minas Gerais)” ministrada por Inacio Andrade Silva.

Fonte: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

O objetivo da apresentação foi destacar a importância da nomeação de lugares como forma de atuações de poder local e como estas toponímias podem afetar a composição de memórias coletivas. Dentro deste raciocínio foi comentado as diversos exemplos de nomeações que serviram de exemplo para apropriação local, tentando trazer a todo tempo estes exemplos para a realidade ubaense, e associar com os agentes do espaço local. A resposta do público foi bastante expressiva, com perguntas, comentários e proposições acerca da temática.



Figura 17: Mesa redonda 3 com o tema: “Um estudo da paisagem cultural da cidade de Ubá, em Minas Gerais, à luz das toponímias”. Ministrada pela mestrandia Ana Carolina S. e Silva.

Fonte: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

Durante a última mesa foram apresentados dois temas distintos começando com a Profa. Dra. Vanessa Lana, membro do corpo docente do Departamento de História da UFV e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania da mesma universidade. A professora trouxe o resultado de sua mais recente pesquisa intitulada: “A Manchester mineira como nova capital do estado: olhares sob a paisagem juiz-forana em fins do século XIX”. Em sua fala ela salientou alguns aspectos históricos da ocupação da cidade de Juiz de Fora e como ela veio a se tornar um centro econômico de grande destaque em meados do século XIX. Sob seu olhar de historiadora, ela apresentou a paisagem cultural da cidade caracterizando alguns símbolos que a representava e que ainda estão presentes nessa paisagem.

Em seguida à fala da professora Vanessa Lana, a mesa deu prosseguimento com a palestra do músico Wagner Candian, mestre em patrimônio cultural pela UFV, com seu trabalho sobre: “Patrimônio da Casa: um estudo sobre o Maestro João Ernesto”. Com uma investigação histórica sobre a atuação do Maestro João Ernesto na cidade de Ubá e sua contribuição para a paisagem cultural musical local, Wagner trouxe algumas de suas reflexões sobre o papel do maestro como fundador e agente atuante na banda

“22 de maio” a qual representou grande importância durante o século XIX no movimento musical ubaense.



Figura 18: Mesa redonda 4 com o tema: “A Manchester mineira como nova capital do estado: olhares sob a paisagem juiz-forana em fins do século XIX”. Ministrada Profa. Dra. Vanessa Lana.

Fonte: arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

Com o encerramento das apresentações dos dois participantes da mesa 4 foi aberto um momento para perguntas, debates e colocações sobre os temas apresentados. Tal momento foi recebido com bastante entusiasmo pelo público, o qual participou apresentando comentários sobre ambos os trabalhos permitindo o surgimento de um ambiente de debates e comentários. Aliás, após breve intervalo foi sugerido durante o evento por volta das 17h uma “Troca de Saberes” e propostas de trabalho em rede.

Durante esse momento reuniu-se um grupo pequeno de pessoas interessadas no assunto central do evento, apesar de ter sido aberto a todo o público. Foi criado um ciclo de debates sobre a questão do patrimônio material e imaterial em Ubá e na região, como ele é tratado pelos órgãos governamentais e pela população em geral, e quais os desafios enfrentados atualmente para a preservação/conservação destes “bens culturais” diante da realidade globalizante atual.

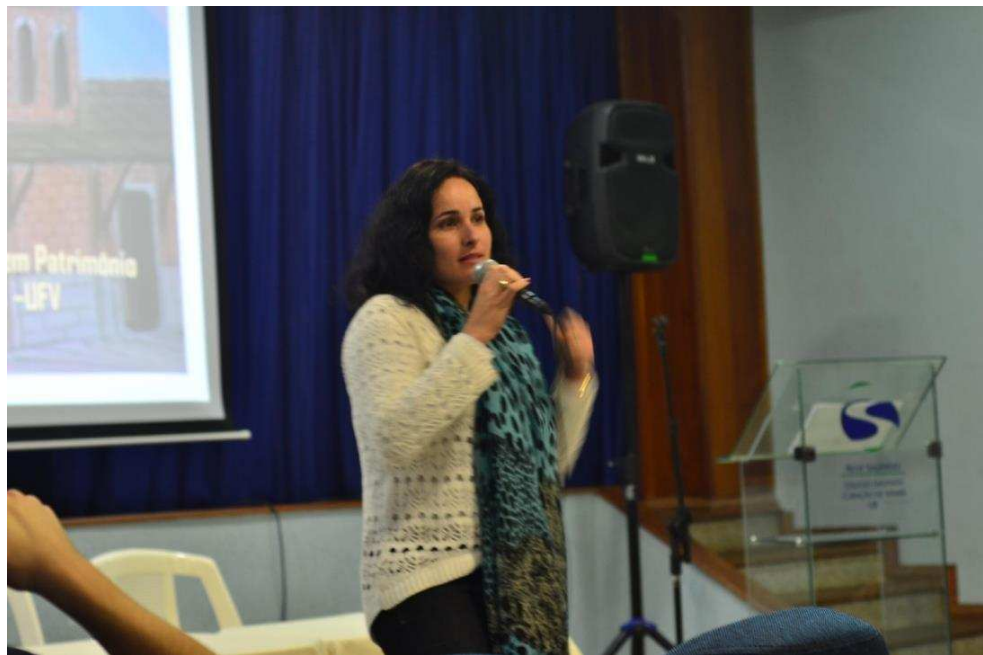


Figura 19: Troca de saberes.

Fonte: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.



Figura 20: Troca de saberes.

Fonte: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

Além do patrimônio, a paisagem foi outra pauta de discussão durante a “Troca de Saberes”, em que ela foi pensada para além de suas características físicas ou morfológicas, considerando seus aspectos culturais. Neste momento, foram levantadas pela autora questões relativas aos símbolos marcados na paisagem ubaense, alguns participantes se manifestaram dando exemplos de alguns monumentos e signos locais que caracterizavam a memória oficial da cidade.

As toponímias ubaenses também foram um dos tópicos de discussão, fundamentalmente as ruas da zona central da cidade que homenageavam pessoas ou representantes religiosos. A todo momento surgia nas rodas de debates assuntos referentes à memória social ubaense, com alguns participantes enaltecendo figuras políticas que de certa forma ainda exerce influência nos ciclos sociais por meio de membros de suas famílias. Sob esse aspecto, os nomes das ruas e localidades de Ubá foram alvo de debates durante todo o evento, tendo sido reforçado com forma de apropriação cultural e exercício de poder por parte das camadas sociais mais abastadas durante momentos da história ubaense.

O evento contou com cinquenta e sete participantes no turno da manhã e quarenta e dois a tarde sendo que trinta assinaram a lista de presença para a confecção de seus certificados.



Figura 21: Equipe organizadora; Leonardo Almeida, Anderson Moreira e Ana Carolina S. e Silva.

Fonte: Arquivo pessoal, William Lopes, 2016.

O encontro terminou por volta das 19h com a cerimônia de encerramento com afala de agradecimento dos organizadores do evento e alguns participantes que enfatizaram a importância deste vínculo forjado entre a comunidade acadêmica e a sociedade local para a reflexão de questões como o patrimônio e a paisagem cultural diante do avanço das tecnologias e o crescimento urbano.

4.3 REFLEXÕES ACERCA DO EVENTO

Sob o ponto de vista reflexivo, o mesmo foi planejado com o intuito de forjar um vínculo entre a comunidade acadêmica e a sociedade local afim de discutir e repensar temas pouco trabalhados na região, o patrimônio e a paisagem cultural.

Por meio da formação de uma palestra de abertura apresentando o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, quatro mesas redondas com dois membros em cada mesa trazendo distintas pesquisas e reflexões sobre o patrimônio em suas diversas formas e a paisagem entendida como um conjunto de símbolos e signos, reflexo de atividades humanas, foi possível criar um espaço de diálogo produtivo que rendeu boas reflexões.

Desde o início tal evento buscou criar um espaço interdisciplinar que permitisse a interação entre diferentes ramos do conhecimento acadêmico e até mesmo institucional. Com a presença de professores universitários, acadêmicos e profissionais da história, geografia e ciências sociais, membros de instituições públicas responsáveis pela administração do patrimônio cultural local e assuntos afins, dentre outros, foi possível pensar tais questões de maneira não parcial. Então, sob tal perspectiva, o evento alcançou seu objetivo, permitindo a discussão da paisagem diante de suas características socioculturais e problematizando o crescimento urbano com o contraste do patrimônio material e imaterial em suas diversas formas.

Entendendo a paisagem como um fenômeno vivido acima de tudo e capaz de concentrar símbolos que representam as diversas ocupações humanas no espaço neste trabalho por meio do desenvolvimento da pesquisa foi possível constatar que a paisagem cultural de Ubá sofre influência direta dos grupos de poder em sua estruturação. Tanto assim, foi provado que os nomes das ruas centrais de Ubá legitimam o poder das famílias tradicionais certamente impactando a construção da

memória social ubaense.

Refletindo sobre o espaço central de Ubá bem como sua sociedade de maneira geral, é indiscutível a presença real do poder econômico na grafia da paisagem, pelo menos em seu aspecto central. Embora tal realidade não seja uma exclusividade da cidade em questão, ela possui o diferencial de não permanecer seu destaque no setor agrícola que rendeu a algumas famílias de Ubá o poder econômico e político grafado na paisagem central por meio dos nomes das ruas.

Entretanto, a inquietação central desta pesquisa está no fato da população ubaense não estar, em sua maioria, ciente desta realidade uma vez que nunca encarou a paisagem ubaense sobre a perspectiva de reflexo de poder socioeconômico. Com o intuito de despertar tal reflexão os debates promovidos no evento foram pensados e planejados. Evidentemente não se descartou a importância da dialética nesses debates, buscando por meio da união das diferentes áreas de conhecimento a compreensão da paisagem cultural local.

Desde a fase inicial desta pesquisa foi evidenciada a consciência histórica do lugar, em que estabelecemos relações sociais como fator primordial à construção de memórias e de identidades individuais e essencialmente sociais. Seguindo esta linha de raciocínio o produto desta investigação propôs trazer à tona quem foram os sujeitos de poder atuantes na paisagem cultural e discutir com os participantes do evento, para quem são os símbolos registrados na zona central de Ubá e quem eles representam.

Por meio da pesquisa dos nomes foi possível concluir que os nomes das ruas centrais, os quais aqui são entendidos como símbolos, buscaram homenagear em sua imensa maioria pessoas do sexo masculino que até a década de 1960 representaram grande poder político na cidade, sendo que este poder estava diretamente atrelado ao seu domínio econômico da área. Nesse sentido, em alguns momentos importantes do encontro realizado em Ubá como durante a palestra da autora desta dissertação, foi colocada esta questão para que os participantes pudessem se manifestar sobre o tema e pensar sobre o espaço em questão. Ou seja, ao trazer os nomes das ruas como instrumentos de legitimação de poder o tema da memória social local foi sem dúvida atingido.

A memória discutida neste presente trabalho em suas primeiras reflexões, entendida como reflexo das relações humanas estabelecidas no espaço e das

atuações de poder na sociedade foi alvo de debates durante o encontro, os quais auxiliaram a orientar os próximos passos desta pesquisa.

Entende-se neste trabalho que os nomes marcados na paisagem fazem parte de um discurso que almeja transmitir uma mensagem. Tal mensagem certamente está atrelada ao sentido de poder local, ou seja, a nomeação de lugares é uma maneira comprovada de legitimação de poder como ocorreu em Ubá. Durante a palestra sobre toponímias no evento foi apresentado aos participantes que os nomes são maneiras geográficas de exercer poder social, buscando despertar no público a atenção para a configuração dos nomes de sua cidade e auto avaliar se eles são representados neste processo.

Sendo os nomes monumentos que visam representar ou simbolizar algo, eles tornam-se, como já mencionado, maneiras de se impor socialmente em um grupo. Logo, famílias com nomes homenageados em ruas centrais da cidade certamente em algum momento exerceu grande influência política no local. Entretanto qual a finalidade em se grafar tais nomes se a população não tem consciência ou mesmo não se sente representada por estes símbolos ou monumentos? Esta pesquisa não buscou conscientizar a população, mas sim discutir em maneira conjunta e mais ampla estas nomeações, buscando compreender qual a visão deste público, sem dúvida uma parcela pensante da sociedade e do espaço, sobre as relações sociais estabelecidas em Ubá.

Então reflexionar conjuntamente sobre os símbolos grafados em nossa paisagem, é uma forma alternativa em se pensar o espaço que vivemos, ou seja, refletir sobre a configuração espacial e social de uma cidade pressupõe um entendimento histórico da mesma e uma visão aprofundada de seus sujeitos e papéis sociais estabelecidos no meio.

A memória por se tratar de algo vivo e, portanto, em constante construção deve ser pensada como um fator determinante na construção de identidades coletivas e vínculos sociais. Viver no espaço e não estabelecermos vínculos com nele nos impede de construir um quadro de referências capazes de justificar o nosso sentido de pertencimento e conseqüentemente de responsabilidade com aquele local.

Em uma realidade em que as evoluções tecnológicas se apressam em modificar o espaço constantemente, os símbolos construídos ao longo da história dos habitantes podem ser perdidos ou mesmo modificados, afetando o sentido de pertencimento com

o meio. Ao propormos pensar sobre essas transformações, ações de resgate e rememoração podem ser elaborados e executados futuramente a fim de conservar a nossa história coletiva.

Contudo, simplesmente rememorar não é uma ação eficiente visto que nem sempre o que está grafado na paisagem representa de fato a maior parcela da população. Analisar a configuração das nossas paisagens é uma maneira de criar vínculos afetivos capazes de promover a melhoria das nossas condições de vida.

O evento promovido como produto deste presente trabalho, trouxe à tona essas discussões pertinentes aos nossos desafios cotidianos, como a questão do patrimônio e a apropriação da memória como forma de exercício de poder na sociedade. Compreender as paisagens culturais como reflexo das ações humanas e aporte de símbolos e signos culturais foi o aspecto fundamental para tecer discussões atuais sobre a cidade de Ubá e sua microrregião. Compreender os nomes de lugares como maneiras geográficas de se obter legitimação de poder torna-se nesta pesquisa um empoderamento cultural fundamental o qual pode-se tornar uma ferramenta futura para um comprometimento mais engajado da população quanto aos desafios enfrentados na cidade.

4.4 CARTILHA GEO-HISTÓRICA: CONSTRUÇÃO

Para a elaboração desta cartilha (Anexo 1) foi necessário a adequação da linguagem utilizada nesta pesquisa, para uma mais simplificada que viabilizasse o acesso de todos os interessados em conhecer a geo-história da cidade de Ubá por meio das toponímias centrais.

Assim, a primeira etapa de construção deste material foi a seleção das partes mais importantes e diretas desta pesquisa que mostram o papel das toponímias no registro das paisagens culturais e especificamente de Ubá. Foi, portanto, incluído na cartilha uma introdução acerca do tema “toponímias”, apresentando-a com um conceito norteador que favorece a análise das paisagens culturais das cidades. Neste primeiro momento também foi discutido a utilidade dos topônimos como recursos de poder, capazes de fortalecer o prestígio social de determinados grupos em suas respectivas sociedades.

Na segunda parte, foi feita uma breve contextualização histórica de Ubá sob o

viés geográfico destacando a ocupação do sítio local e os principais povos nativos. Também foi ressaltado as primeiras atividades econômicas desenvolvidas no local, com ênfase na estrutura social que foi formada durante esses períodos. Esta caracterização foi feita a fim de propiciar uma discussão mais adiante sobre a formação da sociedade ubaense e seus grupos sociais estruturantes.

Por fim foi apresentado os resultados da pesquisa desta dissertação, através da exposição do quadro 2 (Pág. 75), explanando sobre as possíveis análises sobre este panorama verificado na paisagem cultural da zona central. Nessa parte foi evidenciado o papel das toponímias na construção de memórias sociais e de símbolos estruturantes de identidade e para melhor compor, foi exposto o mapa da figura 21.

4.5 A CARTILHA GEOHISTÓRICA COMO INTERLOCUTORA DO PRODUTO COM A PESQUISA

A intenção em se construir um material que articulasse a pesquisa teórica com a parte prática emergiu após a execução da primeira parte do produto, o evento microrregional, que possibilitou o diálogo entre os mais variados pesquisadores, técnicos e interessados na área de memória e paisagem cultural da cidade Ubá.

Compreendendo as toponímias como formas de discurso e meios de poder, a cartilha visa apresentar à sociedade o processo de constituição de memórias sob o ponto de vista das toponímias. Por isso, a elaboração deste material foi pensada a fim de abarcar um público bastante variado, tentando atingir pessoas de diversas faixas etárias que estejam interessadas na geo-história de Ubá. A intenção é fornecer ao público um olhar sobre a paisagem cultural ubaense sob outra perspectiva, a da nomeação de ruas, as quais são maneiras eficazes de enquadramento de memória.

Para a construção da cartilha foi utilizado como arcabouço teórico a própria pesquisa, uma vez que a intenção principal era levar ao público os resultados da mesma. Logo, a linguagem foi simplificada e adequada de maneira que se tornasse um material claro e acessível a grande parte dos interessados. Para compor tal material foi elaborado um mapa simplificado, espacializando as toponímias da Zona Central de Ubá por categorias, sob a planta da cidade conforme apresentado na figura 21.

Tal mapa foi construído por meio do resultado da pesquisa que possibilitou a análise da paisagem central de Ubá pela perspectiva dos nomes das ruas. Como já discutido anteriormente no capítulo três a pesquisa revelou que a grande maioria dos nomes são em homenagem a homens membros da Igreja Católica e políticos influentes da região.

Por meio da pesquisa entende-se que os fatores econômicos e políticos atuaram de maneira patente na escolha de símbolos, neste caso de pessoas, que representassem a memória e a história ubaense.

A cartilha se enquadra como um material que apresenta as toponímias como discurso geográfico capazes de contar a história da cidade de acordo com os interesses dos grupos dominantes em determinado momento da história.

No caso específico de Ubá, todos os homenageados com nomes de ruas em algum momento possuíram controle sobre os meios de produção e/ou sobre os recursos financeiros os tornando figuras de destaque na sociedade civil. Estas pessoas influenciaram de maneira direta a nomeação das ruas centrais revelando seu poder social em Ubá.

O material proposto se apresentou como uma maneira eficiente de dialogar com a parte teórica da pesquisa, passando pelo evento microrregional que proporcionou todas as discussões presentes nos resultados finais da pesquisa, até a elaboração da cartilha que se propõe a servir de apoio aos futuros pesquisadores ubaenses.

Obviamente, as toponímias serviram como uma maneira de reforçar o prestígio social dos grupos dominantes do município, se tornando, portanto, um meio de poder que de certa maneira deixou à margem da representatividade cultural na área central os demais grupos que compõem a sociedade local.

Logo, a cartilha presta-se como um recurso capaz de ponderar as marcas que ficaram registradas na paisagem cultural da zona central de Ubá, considerando que outros símbolos foram negligenciados nesta seleção, os quais sem dúvida também fazem parte da constituição das memórias.

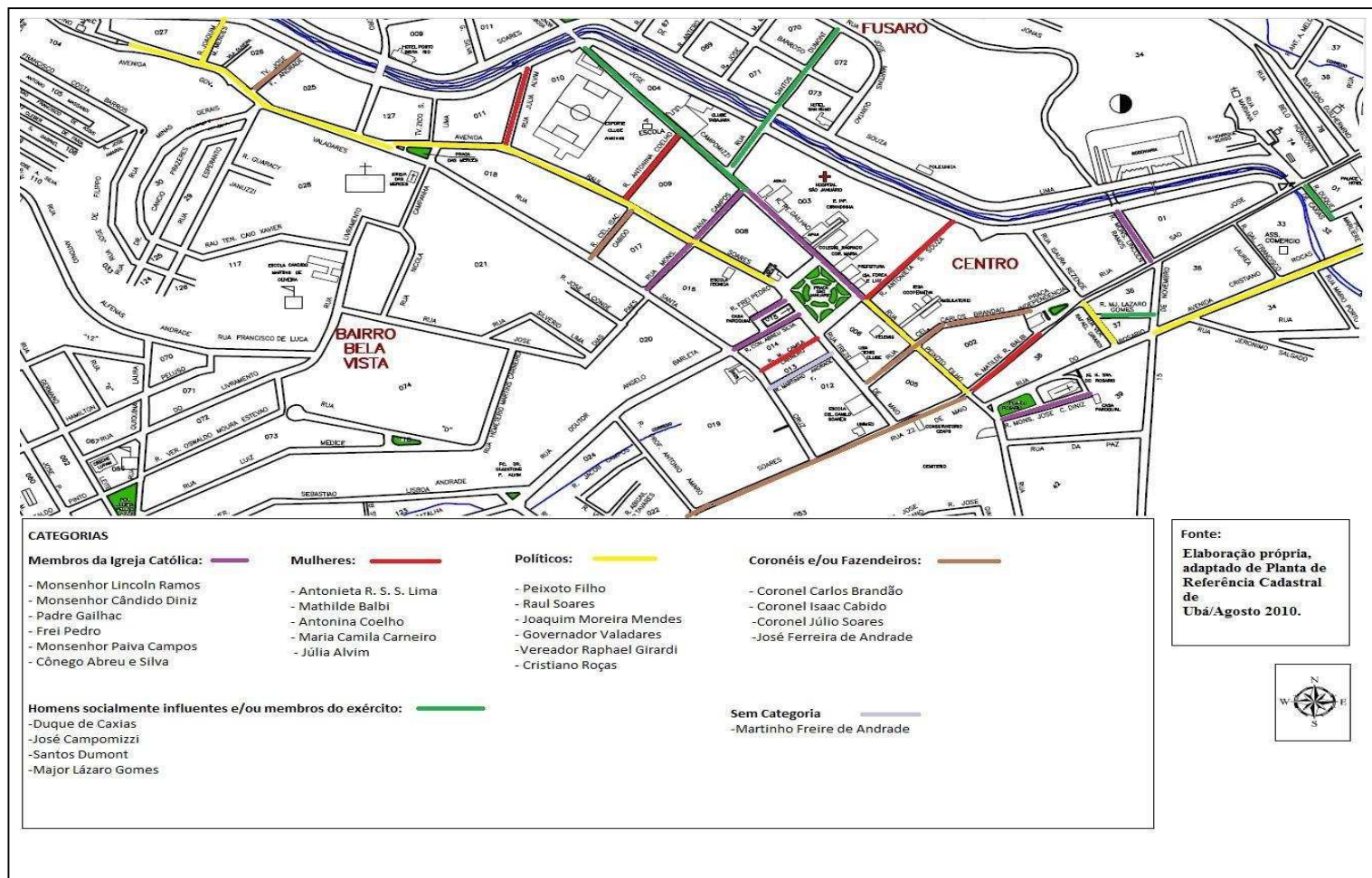


Figura 22: Mapa da Zona Central de Ubá, separado por categorias de nomeações das ruas.

Fonte: Elaboração própria adaptado de Planta de Referência Cadastral de Ubá. Agosto/ 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito central desta pesquisa desde o início foi tecer uma análise da paisagem cultural da cidade de Ubá sob a perspectiva das toponímias, especialmente dos nomes das ruas centrais da cidade. A intenção era entender se estes nomes localizados na Zona Central legitimavam o poder de determinados grupos sociais do local.

Para provar tal hipótese, buscou-se realizar um trabalho de reconstituição histórica da cidade de Ubá, da Zona da Mata mineira e de Minas Gerais como um todo a fim de compreender qual foi o contexto de formação da sociedade que se estabeleceu na região e posteriormente em Ubá. Neste sentido as instituições que detinham arquivos históricos da cidade bem como as sedes de poder municipais foram de extrema importância para o trabalho visto que forneceram o material necessário para tal investigação.

Os desafios encontrados ao longo da trajetória permearam as questões burocráticas e até mesmo institucionais uma vez que muitos documentos não estavam disponíveis ao público, pela não existência ou pelo não cadastramento do mesmo. Ou seja, foi nítido perceber que apesar de Ubá possuir um setor da Prefeitura Municipal, localizado inclusive em um prédio separado, responsável apenas pelo arquivamento de documentos históricos sobre a cidade, muitas evidências sobre a nomeação da cidade são desconhecidas ou mesmo não catalogadas neste setor. Esse fato dificultou uma pesquisa aprofundada sobre os meios oficiais de nomeação de ruas em Ubá antes da década de 1990.

Outra questão bastante complicada enfrentada durante a pesquisa foi sem dúvida a delimitação de bairros por parte dos órgãos gestores da cidade de Ubá. Após procurar a sede do IBGE na cidade e sem sucesso conseguir tal delimitação específica, foi procurado a divisão de urbanismo da Prefeitura Municipal no qual teve-se acesso à Lei Complementar 030 de 11 de julho de 1995, a qual institui normas de urbanismo e edificações para o município e que em seu anexo II define as ruas pertencentes ao perímetro central. Entretanto, é necessário destacar nesta pesquisa que no plano diretor da cidade instituído pela lei complementar 099 de 17 de janeiro de 2008 não existe nenhuma parte específica reforçando ou mesmo atualizando prejudicando a análise completa da configuração espacial das ruas.

Superados tais desafios a pesquisa seguiu seu fluxo revelando as tendências sociopolíticas da cidade e promovendo o entendimento da nomeação das ruas. A escolha das vinte e sete ruas pertencentes à zona central para este estudo foi baseada no

fato de serem antrotopônimos, os quais homenageavam pessoas que de alguma maneira representaram algum poder político para a cidade. O que descobriu-se ao longo da pesquisa é que estas pessoas em sua maioria do sexo masculino foram influentes politicamente economicamente até a década de 1960 na cidade, revelando que este fator atuou de maneira patente na grafia das paisagens.

Confirmar que as pessoas homenageadas com nomes de ruas centrais na cidade de Ubá, em algum momento representaram um poder social local corroborou a hipótese de pesquisa que buscava compreender se de fato essa nomeação legitimava o poderio de grupos sociais específicos locais. Foi possível confirmar que como esperado nem todas as parcelas da população fazem parte da grafia das paisagens, pelo menos não das áreas de grande evidência social. Então como já esperado os nomes das ruas centrais buscaram homenagear coronéis, fazendeiros, políticos bem como suas esposas, mães e membros da igreja católica como cônegos, monsenhor e padres. Este último fato revela também o poderio exercido na cidade pela instituição Igreja Católica que contava com o apoio de representantes políticos locais como deputados e vereadores.

Evidentemente o poderio da Igreja Católica exercido nas cidades da zona da mata é reflexo do período de colonização que contou com a participação de padres que praticavam a catequese como forma de dominação dos nativos locais. O município de Ubá não foge a esta regra e possui uma tradição muito consistente em torno dos membros da igreja ainda hoje podendo ser observados por meio dos nomes das ruas centrais que homenageiam quatro ruas com nomes destes integrantes.

Por outro lado, os nomes de ruas homenageando mulheres são poucos e ao mesmo tempo elas são condecoradas não por seus feitos, mas de seus pais, companheiros e filhos. Ou seja, as ações exercidas por elas foram emudecidas pelos feitos dos membros masculinos de suas famílias revelando um conservadorismo por parte da sociedade da época. Sem dúvida inúmeras mulheres realizaram ações sociais locais louváveis e, no entanto, não foram lembradas por isso na grafia da paisagem cultural local, essencialmente nas áreas centrais.

Os grupos étnicos também foram deixados de lado nesse processo, posto que ao analisar os vinte e sete nomes das ruas da área central nenhum nome tem relação direta com grupos indígenas ou afrodescendentes. Este também era um resultado esperado visto que estes grupos foram dizimados desta região em u primeiro momento com a ocupação dos europeus e em um segundo momento com a escravidão. Portanto tais

grupos não exerceram força política necessária para evidenciar em áreas centrais os nomes de seus antecedentes.

Obviamente é impossível não relacionar essa maneira de grafar as paisagens com a forma de ocupação da região da zona da mata. Como já exposto no capítulo 1 esta ocupação ocorreu de maneira autoritária e agressiva de forma de que não favoreceu a participação de boa parte da população nativa. Assim, não é estranho que a nomeação de ruas não tenha ocorrido de maneira a representar toda a população e sim à parcela que exerceu poder econômico e político na cidade em algum momento específico, no caso de Ubá fundamentalmente na década de 1950 e 1960.

Considera-se, por isso, a nomeação de lugares como forma de enquadramento de memória a qual demonstra o poder político de alguns grupos sociais, revelando que a cultura dominante exerce de fato um impacto efetivo na construção das memórias sociais e obscurecendo os efeitos das demais culturas, subterrâneas, na paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. O Estudo geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. IN: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 21-122, 1994.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R de; Walter Fraga Filho. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Entro de estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Juliana Araújo. Natureza, Sociedade e Cultura: A Amazônia (RE) inventada a partir de seus topônimos. Ra'ega – O espaço geográfico em análise. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewArticle/13975>. Acesso em: 20 de set. 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. Aspectos Geográficos da Região de Ubá. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, avulso n. 1, 1961.

BARBOSA, Flávia machado da cruz pinheiro. Mapa de localização da estrada real na região sudeste. Vulnerabilidade ecoturística no caminho dos diamantes – estrada real/mg. dissertação (mestrado) – pontifícia universidade católica de minas gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/tratinfespacial_barbosafm_1.pdf>. Acesso em 18 out. 2016.

BERQUE, Augustin. A Paisagem- Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BONAMETTI, João Henrique. A paisagem urbana como produto do poder. Paraná.URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.2, n.2, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193115578009>>. Acesso em 22 jan. 2017.

BURKE, Peter, Variedades de história cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARNEIRO, Patrício.A.S.; MATOS, Ralfo. E.S. Geografia Histórica da ocupação da Zona da Mata Mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”. p. 2. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A081.pdf>. Acesso em 06 set. 2016.

CAROPRESO, Fátima. Relação da Memória, Percepção e Consciência. Campinas: Revista AdVerbum, 2006.

CARVALHO, Francisco de Assis. Entre a Palavra e o Chão: Memória toponímica da Estrada Real. Disponível em <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt63/09.pdf>> Acesso em 20 de set. 2016.

CASTELLS, Manuel. O poder da Identidade. Trad. Klauss Brandini Gerhardr. São

Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CARRARA, A. A. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CASCUDO, L. C. Dicionário do folclore brasileiro. v. 2. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

CLAVAL, Paul. Transmissão da experiência coletiva e gênese das culturas In. CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. 3º ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

COSGROVE, Denis E. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs). Introdução à Geografia Cultural. 6º. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

DUNCAN, J.S. Após a Guerra Civil: Reconstruindo a Geografia Cultural como heterotopia. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: um século (2). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

FERNANDES, C.L.L.; OLIVEIRA JUNIOR, R. H. Cluster no setor Moveleiro: Um estudo das potencialidades da região de Ubá (MG). X Seminário sobre a Economia Mineira Diamantina, jun. 2002. Disponível em <<http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D31.PDF>>. Acesso em 24 jan. 2017.

FORTUNATO, Maria Lucinete. O Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280689>>. Acesso em 28 mar. 2017.

GLUSZEVICZ, Ana C.; BORGES, Emilene S.; VIEIRA, Sidney G. Estudo da Geonímia Histórica do Rio Grande do Sul, anotada Com Base no “dicionário Geographico, Histórico e Descritivo do Império do Brazil, 1885”. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, XVI, 2010. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de esperanças. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JACKSON, Peter. A ideia de Cultura. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6137/4409>>. Acesso em 20 fev. 2017.

LAMAS, Fernando Gaureto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. Disponível em:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/txto01.pdf>>. Acesso em 09 set. 2016.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. Trabalhos da Memória. São Paulo: PUC. N.17. Nov. 1998. p. 65.

MAXIMIANO, Liz. Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. Ra'ega – O espaço geográfico em análise. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719p.84-85>>. Acesso em 04 mar. 2017.

MENEZES, Paulo MI: SANTOS, Cláudio J.B. Geonímia e Cartografia: da pesquisa histórica ao geoprocessamento. Londrina, V1, n1. p 75-92, maio/agosto 2008.

NETTO, Marcos Mergarejo. DINIZ, Alexandre M.A. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. Curitiba, Ra'ega – O espaço geográfico em análise. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. n. 12, 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1992.

RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Trad: Alain Fraçois et. al. Ed: Unicamp. Campinas, São Paulo. 2007.

RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. O discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70. Ltda.1976.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Paisagem e Geografia. Lisboa. Finisterra, 2001. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_04.pdf. Acesso em 20 jan. 2011.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. Paisagem: um conceito chave em Geografia. In: EGAL-12º Encontro de Geográfico da América Latina. Montevideo, 2009. Disponível em:< <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/23pdf>. > Acesso em 10 mar. 2017.

SOARES. Josarlete Magalhães. Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata Mineira no século XVIII e primeira metade do XIX. In. Simpósio Luso-Brasileiro De Cartografia Histórica.

Disponível em:

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/soares_cartografia-e-ocupacao-do-territorio-a-zona-da-mata-mineira.pdf>. Acesso em 19 out. 2016.

SOARES. Josarlete Magalhães. Das Minas às Gerais: Um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata Mineira, 2009. Disponível em

<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RAAO-7RUJGJ>>. Acesso em 16 ago. 2016.

SOUTO, A. A. C. Fernand Braudel em três dimensões: Dialética da duração, didática e Geo-história. *Percurso*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 9-23, 2003.

TEIXEIRA, Pedro Henrique Silva; BARBOSA, Elton Santos Lopes. PEREIRA, Gabriel. Expansão da malha urbana de Ubá: uma relação com o desenvolvimento e transformação econômica. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2015/files/p0822.pdf>. Acessado em 20 de janeiro de 2017. .p.4189.

TIZIO, Ideli Raimundo di. Tietê ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear: uma proposta de lei. 2008. Tese de doutorado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Doutorado: Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

TODOROV, Tzvetan. La Memoria amenazada. En: Todorov, Tzvetan. Los Abusos de la memoria, Paidós, 2000, Barcelona.

WINTER, Rafael. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro. 2007.
Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>.
Acessado em: 12 de janeiro de 2017.

ANEXOS

**CARTILHA GEO- HISTÓRICA DE
UBÁ: UMA ANÁLISE
TOPONÍMICA DA PAISAGEM
CULTURAL**

Ana Carolina Santos e Silva

**Geógrafa-Universidade Federal de
Viçosa**

Agosto/2017

APRESENTAÇÃO

Sendo parte de um produto de dissertação do Mestrado Profissional Patrimônio, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, esta cartilha busca contribuir para as análises geohistóricas da cidade de Ubá-MG. O objetivo é fornecer ao público um material simples e didático que contenha informações e análises da paisagem cultural ubaense, sob o ponto de vista da Geografia.

Aqui entende-se que a paisagem é um aspecto geográfico carregada de valor afetivo, em escala social ou mesmo individual. Acredita-se que estabelecemos vínculos sociais com o espaço geográfico os quais são representados na paisagem através de símbolos, signos e condutas

de comportamento, que fazem parte da construção da identidade humana.

Desta maneira, esta cartilha apresenta os nomes de lugares, as TOPONÍMIAS, como um modo de registro e apropriação cultural que representa o poder dos grupos detentores de prestígio econômico e social local.

Com o objetivo de apresentar um pouco do aspecto cultural da paisagem de Ubá, expõe-se nesta cartilha uma análise dos nomes das ruas da Zona Central da cidade de Ubá-MG.

Sabe-se que durante o processo histórico da constituição dos territórios, a grafia dos nomes geográficos nos mapas históricos tornou-se um registro. Desta maneira, os nomes geográficos são como testemunhos do

povoamento, da cultura e da ocupação de um território.

Um lugar é nomeado, a partir do momento que passa a refletir algum significado de identidade para o grupo social que a escolheu. Esse significado pode assumir diferentes aspectos, relacionados aos jogos de poder, políticos, sentimentais, históricos, culturais e econômicos.

Sendo assim, os grupos que possuíram prestígio social durante os momentos de destaque agrícola da cidade de Ubá, contribuíram de maneira significativa na nomeação de áreas públicas reforçando este prestígio. Por isso, é importante compreender a relação entre toponímia e cultura, para analisar a paisagem cultural da cidade.

A história da cidade de Ubá está ligada ao desenvolvimento da Zona da Mata Mineira, tendo sido consolidada como cidade por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas. Ubá se assemelha a boa parte das demais cidades da região tendo sido ocupada inicialmente por índios desde o século XVIII.

Apesar da contribuição de diversas culturas no processo de constituição de memórias sociais locais, a região da Zona da Mata Mineira sofreu influência de grupos sociais atuantes, os quais representaram o poder social durante muito tempo. Tal poderio está ligado ao crescimento agrícola regional, principalmente após a decadência do ouro nas regiões de Mariana e Ouro Preto, momento em que estas regiões passaram de núcleos abastecedores de gêneros alimentícios a grandes produtores rurais.

Assim, a estrutura social que se formou com esta nova realidade acompanhou as necessidades que a economia demandava na época. Estruturou-se uma sociedade com características conservadoras que privilegiava os detentores dos meios de produção e dos recursos financeiros. Esse poderio e prestígio social obtido por estes grupos influíram de maneira direta na grafia das paisagens, fenômeno compreensível ao se admitir a mesma como reflexo das experiências humanas no espaço geográfico.

1. MAS O QUE É TOPONÍMIA E PARA QUE SERVE?

Toponímias nada mais são que os “nomes de lugares”. Elas servem para “batizar” locais em que grupos sociais estabelecem relações afetivas e de poder.

A toponímia pode ser entendida como um possível trajeto até o conhecimento do “modo de vida” de povos que ocupam ou ocuparam um espaço. Isso ocorre, pois, a partir do desenvolvimento intelectual e linguístico, o indivíduo ou comunidade, passa a denominar lugares, fenômenos, e a partir disso são reveladas suas tendências sociopolíticas bem como religiosas e culturais. Seguindo essa linha de raciocínio entendemos que o signo toponímico está ligado ao interesse do

nomeador, uma vez que o mesmo coloca sobre o nome suas características e de sua comunidade em geral. Essas características ao longo do tempo transformam-se em marcas que podem auxiliar na identificação de culturas e grupos étnicos.

Observar a paisagem em que vivemos a partir da nomeação de seus lugares, permite analisar as sociedades destacando detalhes que às vezes podem passar despercebidos, como por exemplo, a importância econômica que determinado grupo social pode exercer ou ter exercido no local e como seu nome ficou registrado na paisagem, através de nomes de ruas, bairros, avenidas, escolas, praças e hospitais a fim de homenagear ou mesmo afirmar seu poder sobre o local.

Os nomes de ruas geralmente são uma homenagem a pessoas que significaram algo importante para o local. Na teoria, a intenção em se destacar moradores por sua relevância social no local é interessante, porque representa o vínculo daquela população com o espaço, de alguma maneira o nome torna-se um símbolo da importância desta pessoa para o local. Mas, na prática, as atuações de poder de grupos sociais no espaço podem acabar batizando as ruas com intenções políticas e como meio de reforçar o seu poder social.

Assim, é importante entender que a paisagem urbana deve ser um conjunto espacial cheio de valores e princípios filosóficos, relativos à sociedade. É onde se forma a sociedade, onde são produzidos os acontecimentos históricos e as mudanças

negócio moveleiro como sua principal atividade. Sendo assim, pouco mais de 60 anos após o desenvolvimento das primeiras atividades moveleiras na cidade, ela é atualmente considerado o mais importante polo produtor de móveis de Minas estando entre os sete mais importantes do país, contando com mais de 400 fábricas de móveis, sendo cerca de 250 alocados no próprio município.

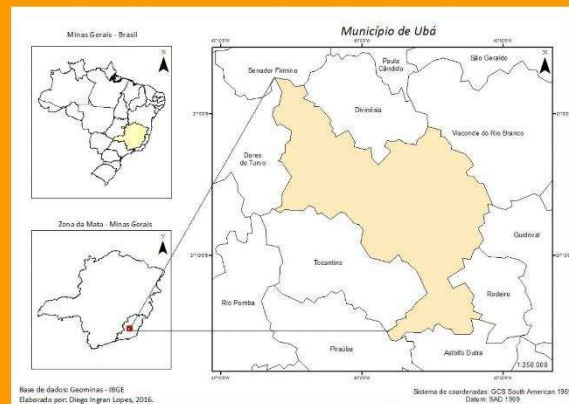


FIGURA 1: Mapa de localização do município de Ubá.

FONTE: Elaborado por Diego Ingran Lopes.

Com uma área geográfica de 402,454 km² Ubá possui atualmente pouco mais de 100 mil habitantes, estando sua maioria instalada em zona urbana. Sua economia depende principalmente do setor de indústria e serviços, com pouca relevância no ramo agropecuário.

Entretanto, embora atualmente o setor agrícola não se destaque na economia local, a fundação da cidade, supostamente, está ligada à imigração das áreas mineradoras de Mariana e Ouro Preto tendo sido área abastecedora de gêneros alimentícios para tais cidades. Mas, o acesso à região do “golfão de Ubá”¹, por muito

¹ “Na realidade o que chamamos de “golfão” de Ubá nada mais é que uma reentrância morfológica em que a superfície Guarani-Rio Novo (450-500) penetra fundo naquilo que Valverde chamou de superfície Ervália. Por sua vez o rio Pomba e seus afluentes dissecam a primeira superfície em função dos níveis da chamada

tempo foi esquecido, segundo registros, devido ao pouco interesse político pela região até certo momento. Isso possivelmente ocorria com o intuito de preservar a mata espessa e habitada por índios considerados selvagens (cataguás e puris), a fim de dificultar ou mesmo impossibilitar o contrabando do ouro. Apesar disso, o povoamento da área já era uma realidade desde o século XVIII, composto por indígenas vindos dos campos de Goitacazes e pessoas que buscavam terras férteis para cultivar, buscando uma maior estabilidade se comparada à prática da mineração.

superfície Leopoldina. " ANDRADE, Manuel Correia de. **Aspectos Geográficos da Região de Ubá**. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, avulso n. 1, 1961.P 14.



FIGURA 2: Ilustração dos primeiros habitantes da região do vale do rio Pomba-MG.

FONTE: Disponível em < <http://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/indios-coropos-coroados-e-puris/18387>>. Acessado em 26 de maio de 2017.

As marcas culturais desses primeiros habitantes da região de Ubá, na paisagem, através dos hábitos culturais e relações de poder estabelecidas entre a própria população não pode ser esquecida em uma análise da cidade.

Apesar da contribuição dos povos indígenas e negros na construção da paisagem

3. AS TOPONÍMIAS PODEM SER USADAS PARA REMEMORAR?

As toponímias são meios eficientes de se lembrar tempos pretéritos, portanto elas são antes de qualquer coisa monumentos que representam a passagem humana em determinado lugar.

Logo, é importante entender que a consciência sobre o passado é fundamental a nossa sobrevivência, pois faz parte do nosso cotidiano, se faz presente em cada cenário, cada declaração, conservando vestígios do passado.

A referência ao passado é essencial para manter o sentido de coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, o que significa fornecer um quadro de referências à mesma. Tais pontos de referência são

manifestados através de representações como, linguagem, rituais, comidas, símbolos religiosos e comportamentais os quais são reproduzidos consciente ou inconscientemente, em nossas ações diárias, tornam possível a construção da memória coletiva.

Os símbolos grafados na paisagem são os meios pelos quais podemos resgatar o passado e rememorar-lo, isso acontece a fim de estabelecer elos com o espaço, muitas vezes nos remetendo à eventos ocorridos em nossa infância ou mesmo em nossa juventude. A respeito desses símbolos fixados na paisagem, destacam-se os nomes de lugares que sem dúvida carrega grande carga sentimental e intencional. A ação de nomear lugares é uma expressão cultural e uma singularização na ocupação do espaço, desta

cultural da Zona da Mata Mineira, pouco são os registros de nomes de lugares relacionado ao léxico africano e indígena. Esse fator está relacionado com a pouca expressividade política que esses grupos desenvolveram no espaço ao longo da história local, obviamente ligado ao baixo domínio sobre os setores econômicos. É claro que o pouco ou nenhum destaque desses grupos, sobretudo no setor econômico e político é resultado de um histórico processo de subjugação cultural por parte dos colonizadores estrangeiros que ocuparam a região.

Para refletir a configuração espacial e relações sociais estabelecidas, por meio das grafias deixadas na paisagem ao longo do tempo (ou seja, os nomes de localidades-toponímias), foi realizada uma investigação geo-história da paisagem ubaense tentando compreender os

vínculos sociais estabelecidos com o lugar, tanto na construção da memória coletiva quanto nas relações de poder local.

A observação da paisagem cultural da cidade de Ubá foi fundamental nesta investigação já que cada sociedade estabelece relações sociais com o meio natural que vivem, através da criação de signos que representam os valores e remetem à memória social. Entre estes símbolos destaca-se a grafia propriamente dita da paisagem por meio dos nomes de lugares, as **toponímias**, que revelam o elo social com o espaço e a ótica da sociedade sobre sua estrutura.

3. AS TOPONÍMIAS PODEM SER USADAS PARA REMEMORAR?

As toponímias são meios eficientes de se relembrar tempos pretéritos, portanto elas são antes de qualquer coisa monumentos que representam a passagem humana em determinado lugar.

Logo, é importante entender que a consciência sobre o passado é fundamental à nossa sobrevivência, pois faz parte do nosso cotidiano, se faz presente em cada cenário, cada declaração, conservando vestígios do passado.

A referência ao passado é essencial para manter o sentido de coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, o que significa fornecer um quadro de referências à mesma. Tais pontos de referência são

manifestados através de representações como, linguagem, rituais, comidas, símbolos religiosos e comportamentais os quais são reproduzidos consciente ou inconscientemente, em nossas ações diárias, tornam possível a construção da memória coletiva.

Os símbolos grafados na paisagem são os meios pelos quais podemos resgatar o passado e rememorar-lo, isso acontece a fim de estabelecer elos com o espaço, muitas vezes nos remetendo à eventos ocorridos em nossa infância ou mesmo em nossa juventude. A respeito desses símbolos fixados na paisagem, destacam-se os nomes de lugares que sem dúvida carrega grande carga sentimental e intencional. A ação de nomear lugares é uma expressão cultural e uma singularização na ocupação do espaço, desta

maneira, nomes tornam-se símbolos do espaço apropriado pelo homem.

Logo, as toponímias são pontos de referência para a construção da memória coletiva local. Então, a análise da paisagem cultural de Ubá por meio dos nomes das ruas é um estudo indireto da memória ubaense e das forças atuantes no espaço geográfico local.

Nesta cartilha pretende-se apresentar as toponímias como “discursos” que são expostos pelas diversas sociedades que habitaram o lugar. Neste contexto, a linguagem pode ser entendida como um código que objetiva transmitir uma mensagem, sendo a mesma intencional e intentada por um indivíduo ou grupo social.

4. AS TOPONÍMIAS UBAENSES COMO TESTEMUNHOS HISTÓRICOS

A escolha dos nomes das ruas de uma cidade não ocorre aleatoriamente, tampouco despreziosamente, ela está relacionada ao significado que este nome poderá vir a ter. Então, os nomes escolhidos para “batizar” ruas são muito importantes para a construção de memória dos habitantes locais.

Além disso, a localização dos nomes também é muito fundamental pois quanto maior o destaque social que ele possui, maior é o interesse dos grupos dominantes em marcá-los com nomes de pessoas que as representem. Assim, se nomes de pessoas são grafados em áreas centrais, teoricamente a mesma representou um grande papel para a cidade.

delimitada segundo a Lei complementar 030 de 1997.

No quadro 1 é possível identificar um pouco da história de vida de cada uma das vinte e sete pessoas homenageadas com nomes de ruas na Zona Central de Ubá.

Por meio de uma análise nota-se que a grande maioria dos nomes de homenageados de ruas são de pessoas com grande influência política na cidade até a década de 1950. Desta forma, é imprescindível relacionar isto com o momento socioeconômico local, já que tais aspectos estão diretamente ligados ao plano cultural da cidade. Até a década de 1960 a cidade de Ubá ainda era bastante dependente do setor agrícola, produzindo gêneros de subsistência e artigos agrícolas para revendas em feiras que ocorriam na própria cidade. As áreas

agrícolas do município tinham extremo valor econômico e os donos dessas terras eram pessoas de prestígio social. Logo, não é de se espantar que os moldes de sociedade naquele momento seguissem os modelos dos demais municípios de Minas Gerais, com bases patriarcais e princípios conservadores.

Levando em consideração que a sociedade ubaense tem raízes oligárquicas, típico de municípios de origem agrícola, é esperado que os nomes das ruas centrais homenageassem famílias de grupos sociais que exercem ou exerceram no passado alguma influência política na cidade.

Os nomes das ruas da cidade de Ubá historicamente são escolhidos pela Câmara Legislativa Municipal, ficando a cargo dos vereadores a decisão da denominação das ruas.²

Logo, para a pesquisa apresentada nesta cartilha, foi escolhida a **Zona Central** da cidade,

² Segundo registros da Câmara Legislativa de Ubá a primeira norma instituída para a denominação de ruas na cidade foi a Lei n.º 2.420, de 25 de maio de 1993, a qual define condições para análise de Projetos de Lei dispendo sobre nomeação de logradouros públicos no Município. A denominação de ruas em Ubá sempre foi responsabilidade do poder legislativo sendo feita por meio da submissão de projeto de lei, geralmente apresentado por um vereador, o qual vai à votação na Câmara Legislativa e se aprovada à sanção do prefeito.

percebendo que esta área possui um significado político de maior destaque, já que é onde se concentra a sede dos poderes públicos como Prefeitura e Câmara Municipal, além da maior concentração de comércio, templos religiosos, escolas, hospitais, restaurantes, praças etc. Entendendo assim que esta área é “centro” de interação social da cidade. O que não desqualifica as demais áreas nesses mesmos quesitos, contudo pela maior concentração de atividades sendo desenvolvida na Zona Central, esta foi elencada como objeto de estudo.

Através dos arquivos históricos ubaenses obtidos na Câmara Municipal, Arquivo Histórico, Colégio Sagrado Coração de Maria e Prefeitura Municipal de Ubá, foram selecionados vinte e sete nomes de ruas da Zona Central,

RUA	SIGNIFICADO
CRISTIANO ROÇAS	Cristiano Alves de Araújo roças nasceu em Ubá em 1865. Médico, filho do coronel João Alves de Araújo Roças, fazia oposição ao cunhado Carlos Brandão e ao tio deste, Peixoto filho. Prefeito pelo partido liberal em 1912, sofre influência direta de Raul Soares e eleito deputado estadual em 1913.
DUQUE DE CAXIAS	Duque de Caxias nasceu em 1803 e foi um militar brasileiro que foi nomeado patrono do exército. Recebeu o título de barão de Caxias e foi nomeado mais tarde comandante das armas da corte.
MONSENHOR LINCOLN RAMOS	Nasceu em 1915 em Ouro Preto, membro efetivo e fundador da academia ubaense de letras, poeta, contista, escritor religioso.
VEREADOR RAPHAEL GIRARDI	Raphael Girardi foi vereador da cidade de Ubá durante o período de 1955-1958, não tendo conseguido terminar seu mandato pois faleceu em 1959 de infarto. Era contador e professor da escola de comércio de Ubá, onde lecionava para o curso de contabilidade.
MAJOR LÁZARO GOMES	Lázaro Raymundo Gomes era maranhense e foi um pioneiro da imprensa ubaense, fundou a Gazeta de Ubá em 14 de abril de 1889, um jornal monárquico. A patente de major foi comprada, fato comum na época assim como as demais patentes da guarda nacional.
MONSENHOR JOSÉ CÂNDIDO DINIZ	Pároco da igreja nossa Senhora do Rosário, localizada na Zona Central da cidade de Ubá.
MATHILDE ROCHA BALBI	Esposa do ex. Deputado estadual e federal Philippe Balbi, o qual foi eleito em 1945 e é natural de Guidoal-mg, cidade vizinha a Ubá.
CORONEL CARLOS BRANDÃO	Carlos Brandão nasceu no serro em 1858. Era tio de Peixoto filho e genro de João Alves de

	Araújo Roças, chefe político monarquista e coronel da guarda nacional. Em 1898 assumiu pela primeira vez interinamente o executivo ubaense, 1908, permanecendo no poder até 1912.
CORONEL JÚLIO SOARES	Júlio Soares de Moura nasceu em 2 de fevereiro de 1887 e era sobrinho de Raul Soares. A proximidade com o primo influente favoreceu sua carreira política. Foi prefeito da cidade entre 1919-1923.
PEIXOTO FILHO	Carlos Peixoto de Melo Filho era ubaense, nasceu em 1871 em uma família de tradição política. Avô, pai e primos eram influentes políticos do império. Formou-se em direito se tornando mais tarde prefeito de Ubá - na verdade, presidente da câmara, correspondente ao cargo de agente do executivo em 1896. Foi eleito deputado estadual aos 32 anos e deputado federal e presidente da câmara dos deputados aos 35, durante o governo Afonso Pena e Nilo Peçanha.
PADRE GAILHAC	Antônio Pierre Jean Gailhac nasceu na França em 1802. Fundou o Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria Virgem Imaculada em 1849. Atualmente a cidade de Ubá possui o Colégio Sagrado Coração de Maria, parte do mesmo instituto.
JOSÉ CAMPOMIZZI	Nasceu em 1899, nas proximidades de Paula Cândido, sendo seus pais imigrantes italianos que vieram tentar novas oportunidades no Brasil.
SANTOS DUMONT	Alberto Santos Dumont nasceu em 1932 em Guarujá-SP e foi um inventor que projetou e construiu os primeiros balões dirigíveis com motor a gasolina.
ANTONIETA RISI SOARES DE SOUZA	Esposa do Jacinto Soares de Sousa Lima, médico formado no Rio de Janeiro em 1926 e em

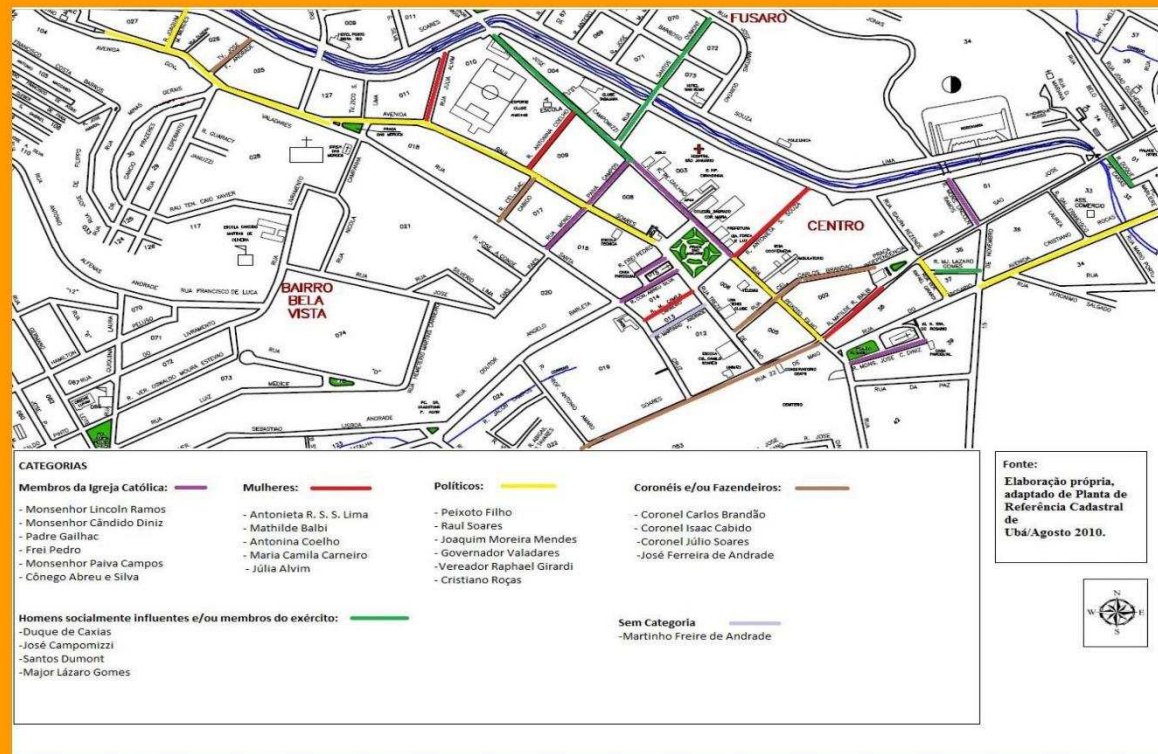


Figura 3: Mapa da Zona Central de Ubá, separado por categorias de nomeações das ruas. **Fonte:** Elaboração Própria, adaptado de Planta de Referência Cadastral de Ubá/agosto 2010.

Embora estes nomes sejam de habitantes da cidade é preciso destacar que ambos em algum momento da história possuíram controle sobre os meios de produção bem como dos recursos financeiros, o que os tornavam figuras políticas em destaque em uma sociedade conservadora tal como Ubá. Portanto, o prestígio político influenciou a nomeação das ruas centrais do município, tendo sido escolhidos os nomes de pessoas que na época de destaque agrícola regional representou grande influência na sociedade.

Então, considerando tal apresentação dos nomes entende-se que o período histórico da cidade de Ubá até a década de 1960 representou um período de construção dos símbolos da paisagem cultural, o qual contribuiu de maneira importante para a constituição da memória

coletiva da cidade. Tendo sido neste momento que as famílias que hoje detêm o prestígio social se constituíram como símbolos de prestígio socioculturais da cidade.

A partir do quadro 1 foi elaborado um mapa da Zona Central da cidade de Ubá (Figura 3) apresentando os nomes das ruas que homenageiam pessoas, separado por categorias. Este mapa foi adaptado da Planta de Referência Cadastral da cidade de Ubá elaborado por técnicos da prefeitura durante o ano de 2010.

Através deste mapa é possível observar como a nomeação de ruas nesta área privilegiou os membros da Igreja Católica e políticos locais. Ao mesmo tempo entende-se que muitas culturas foram deixadas de lado nesse processo o que pode afetar diretamente a construção de memória social e identidade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **Aspectos Geográficos da Região de Ubá**. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, avulso n. 1, 1961.P 14.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/ Revista dos Tribunais,1990.

FERNANDES, C.L.L.; OLIVEIRA JUNIOR, R. H. **Cluster no setor Moveleiro: Um estudo das potencialidades da região de Ubá (MG)**. X Seminário sobre a Economia Mineira Diamantina, jun. 2002. Disponível em <<http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D31.PDF>>. Acessado em 24 de janeiro de 2017.

LAMAS, Fernando Gaureto. **Povoamento e Colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII**. Disponível em <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>>Acessado em 09 de setembro de 2016 às 23:55.

MAXIMIANO, Liz. Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719p.84-85>>. Acessado em: 04 de março de 2017.p.84,85.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. **Paisagem um conceito chave da Geografia**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/23.pdf>. Acessado em 10 de março de 2017.